



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

***“Habitação Social no Concelho da Covilhã  
Inclusão ou Exclusão?”***

**Mestranda: Anabela Pereira Campos -n.º M2458**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais**

2º ciclo de estudos

Orientador: Professor Doutor João Dias das Neves

**COVILHÃ, Outubro de 2013**





**Bairro do Cabeço - Tortosendo**



**Urbanização das Nogueiras - Teixeira**

## Agradecimentos

Agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor João Dias das Neves, pela forma como orientou este trabalho de Dissertação de Mestrado e pelas suas valiosas contribuições, tais como o saber transmitido e as benéficas críticas que teceu, sempre com criatividade. Agradeço-lhe, ainda, a sua total dedicação, atenção, disponibilidade e gentileza da forma como sempre me atendeu e o tempo que me dispensou.

Agradeço, também, a todos os que de certa forma me incentivaram em mais esta etapa a que me propus. À minha querida família, que sempre me apoiou em todas as fases da minha vida e sempre me estimulou a continuar e aos amigos que sempre se dispuseram a alegrar-me em momentos menos bons.

Um trabalho de investigação, apesar de ser um processo solitário, reúne sempre contributos de várias pessoas e instituições e, também este contou, ainda, com a colaboração da colega de trabalho Conceição Gil, que me ajudou na procura e junção de documentos e elementos indispensáveis sobre as datas de construção dos bairros e na quantificação dos agregados alojados nestes dois Bairros, objecto de estudo; com a colaboração do Sr. Manuel da Silva Ramos que contribuiu, com o seu saber sobre algumas condições em que outrora viveram os operários das fábricas, para que tivesse uma noção mais aprofundada das melhorias habitacionais no Concelho e na própria sequência da construção dos bairros; do Dr. João Riço que me ajudou na formatação deste trabalho; e aos inquilinos dos bairros sociais que sempre se dispuseram a fornecer as informações de que necessitei. Agradeço, ainda, à Câmara Municipal da Covilhã, onde desenvolvo o meu trabalho e onde adquiri muitos conhecimentos sobre habitação social, entre outros; e à Universidade da Beira Interior onde concluí a licenciatura em Sociologia e onde tenciono concluir o mestrado com esta Dissertação.

A todos, o meu muito obrigada.

## **Prefácio**

O presente trabalho foi elaborado para conclusão do Mestrado em Exclusões e Políticas Sociais, na Universidade da Beira Interior.

Integrada na Câmara Municipal da Covilhã, onde tenho vindo a desenvolver a minha actividade profissional desde 2000 e no Serviço de Habitación desde 2001, a lidar directa e diariamente com a população residente dos bairros sociais, conhecendo uma grande parte dos seus problemas mas, também, uma grande parte das suas vicissitudes, desenvolvi um interesse pelo estudo destas gentes e destes bairros, pelas suas vivências e pelas suas dificuldades, tentando esbater estas últimas, com a compreensão, ajuda e união de todos.

Através do Serviço de Habitación tem sido feito um acompanhamento das famílias alojadas, no sentido de tentar identificar os problemas, numa tentativa de resolução ou minimização de situações de exclusão e/ou marginalidade social. Conjuntamente com o Serviço de Acção Social, foram efectuadas, em 2011, visitas a todas as habitaciones para identificar problemas inerentes a estas famílias, tendo sido efectuados bastantes esforços numa tentativa de melhorar a qualidade habitacional e residencial destes bairros, que requerem um trabalho árduo, com uma consciencialização para, através de um carácter de proximidade, tentar inculcar processos de mudança, nomeadamente na participação social, empenho e relações de vizinhança. Estas visitas continuam a ser efectuadas aos casos mais problemáticos e que requerem ajuda contínua. O Serviço de Acção Social, numa parceria com o Instituto de Segurança Social e Conferências Vicentinas tentam, no plano económico, dar apoio a grupos mais desfavorecidos. O Serviço da Acção Social numa tentativa de integração social, actua, ainda, através da promoção de acções de esclarecimento, no âmbito da rede social e já organizou, para o efeito, acções com carácter lúdico ou pedagógico, sobre higiene e segurança; com ideias e soluções que os residentes poderão adoptar, nas suas habitaciones, no sentido de encontrarem as soluções mais adequadas. Nestas sessões são entregues produtos de limpeza, numa tentativa de incentivar a aderência desta população, que se apresenta bastante desinteressada. Estes agregados têm sido, diariamente, acompanhados pelo Serviço de Habitación, que tenta identificar os problemas e que actua, conjuntamente com aquele Serviço, de Acção Social, numa tentativa minimizar o abandono ou absentismo escolar, facilitar as relações de vizinhança, acompanhar as dificuldades dos agregados e as suas reais necessidades, tentando-se uma resolução ou uma redução dos seus problemas. Tem sido um trabalho interdisciplinar englobando várias equipas dinamizadas e mobilizadas para acompanhar de perto todas as dificuldades destas gentes, pois conta-se sempre com o apoio do Departamento de Obras, onde engenheiros, técnicos especializados e outros profissionais contribuem com as suas estratégias, num empenho conjunto. Assim, têm sido esbatidos

alguns dos problemas das gentes destes bairros, pois os problemas deles são os problemas de todos nós, de toda uma sociedade que se requer condigna e ajustada aos nossos tempos.

Envolvemo-nos nos problemas que vão para além dos nossos entendimentos, tenta-se uma ajuda e estes tornam-se nossos, então torna-se tarde para os abandonar e percebemos o quanto é possível, com um simples gesto, um simples sorriso, tornar alguém mais feliz. Apercebemo-nos de vivências, das carências e/ou, até, das satisfações, que para as apreender é necessária uma perspetiva holista; apurar uma multiplicidade de dimensões e comparar contextos empíricos e processuais essenciais para perceber o quão fértil é o terreno e que, isoladamente, seria impossível estudá-lo. Só com um conhecimento aprofundado analiticamente se consegue compreender as trajetórias e os percursos, perceber o que pode levar à mudança e o que a poderá bloquear. Daí essa necessidade de uma análise interdisciplinar sem a qual muito ficará pelo caminho.

É necessário conhecer estas gentes, os seus percursos, as suas metas, os seus obstáculos, as suas práticas, as suas relações com o próximo, as suas satisfações, para tentar perceber as suas necessidades.

Este é um conhecimento pré e pós alojamento, em que a sua essência seja tanto qualitativa como quantitativa, para saber fazer comparações. O estudo destas populações poderá levar à identificação das causas, na expectativa de encontrar soluções. Será, assim, possível chegar a conclusões e aprofundar um conhecimento do que pode mudar, contribuindo para minorizar a exclusão e contribuir para uma maior inclusão.

Para a conclusão da licenciatura, em Sociologia foi, pela autora desta Dissertação, elaborado um Seminário sobre, “A Habitação Social no Concelho da Covilhã - A Problemática do Bairro do Cabeço na Freguesia de Tortosendo” que contribuiu para tirar algumas ilações, tanto para o trabalho desempenhado na Câmara como para este estudo de Dissertação agora a ser organizado.

O problema da habitação é um problema social que precisa de ser aprofundado. Os estudos sobre habitação social e as suas políticas ficam aquém do que é necessário ser feito para a integração destas gentes, contribuindo, assim, para uma melhoria da qualidade de vida e bem-estar.

Este é um trabalho, interdisciplinar, de todos os técnicos, dos actores sociais, dos actores sociais institucionais, das parcerias e de todos os que se propuserem a dar o seu contributo e, inclusivamente, dos próprios indivíduos estudados que, com a ajuda de todos, poderão encontrar, neles próprios, soluções para alguns dos seus problemas. E, a Sociologia e os

sociólogos terão, aqui, como finalidade, dar o seu contributo no sentido de identificar indicadores que poderão minimizar a exclusão e tornar a inclusão mais abrangente.

## Resumo

Neste trabalho de dissertação propusemos fazer uma abordagem sobre a questão da habitação social. Com o êxodo rural, as cidades cresceram. Não estavam preparadas para acolher esses contingentes populacionais e uma grande parte das pessoas passou a residir em casas sem condições, o que obrigou os poderes políticos à promoção de habitação social, que, articulada com outras políticas sociais de integração tinha como fundamento a prevenção de criação de guetos e o combate à exclusão social. No entanto, a construção de bairros sociais, apesar da melhoria nas condições habitacionais, gera uma segregação espacial, uma quebra dos laços familiares, uma perda de sociabilidades e, dificulta a mobilidade social. Passa a ser necessário identificar se a atribuição de uma casa, num bairro social, melhora a qualidade de vida e a inserção na vida activa, a inclusão daqueles que de alguma forma se sentem excluídos. É analisando a satisfação residencial, abordando alguns indicadores de exclusão/inclusão, identificando a qualidade residencial, conhecendo os processos inerentes à constituição de modelos de habitat subjacentes, que se poderá compreender as oportunidades que uma casa pode trazer e perceber se, neste caso, os bairros sociais do Concelho da Covilhã, nomeadamente o Bairro Social do Cabeço, no Tortosendo e a Urbanização das Nogueiras, no Teixoso, contribuíram e contribuem para a inclusão dos seus residentes ou pelo contrário são eles também um factor de exclusão.

## Palavras-chave

Habitación, Exclusão Social, Integração Social, Inserção Social, Inclusão Social, Situação Profissional, Qualificações.



## **Abstract**

In this work of dissertation we considered to make a boarding on the question of the social habitation. With the agricultural exodus, the cities had grown. They were not prepared to receive these population contingents and a great part of the people started to inhabit in houses without conditions, which forced political powers to the promotion of social housing, that, articulated with others social politics of integration, had as bedding the prevention of creation of ghettos and the combat to the social exclusion. However, the construction of social quarters, although the improvement in living conditions, generates a space segregation, a breakdown of family ties, a loss of sociability and, it makes it difficult social mobility. Becomes necessary to identify whether the assignment of a house, in a social quarter, improves the quality of life and the insertion in the working life, including those who somehow feel excluded. Is analyzing satisfaction residential, addressing some indicators of exclusion / inclusion, identifying quality residential, knowing the processes involved in setting up models of underlying habitat, which can understand the opportunities that a home can bring and realize, in this case, housing estates County of the Covilhã, nominated the Bairro do Cabeço, in the Tortosendo and the Urbanização das Nogueiras, in the Teixoso, had contributed and contributes to the inclusion of its residents or conversely they also an exclusion factor.

## **Keywords**

Housing, Social Exclusion, Social Integration, Social Inclusion, Professional Status, Qualifications.

# Índice

Introdução.....	1
<b>I - Enquadramento Teórico</b>	
1.1 - Do Problema Social ao Problema Sociológico.....	3
1.2 - Conhecimento/teorias sociológico(as) sobre habitação social.....	5
<b>II - A Questão Social - Conceitos Fundamentais</b>	
2.1 - Exclusão/pobreza/inclusão/integração/inserção.....	10
2.2 - Segregação .....	18
2.3 - Diversidades étnicas.....	20
2.3.1 - Etnia Cigana - uma minoria étnica.....	22
<b>III - Enquadramento Político</b>	
3.1 - O papel do estado e políticas de habitação social em Portugal.....	24
3.2 - Habitação social no Concelho da Covilhã.....	30
<b>IV - Abordagem Sócio-Geográfica do Território em Estudo</b>	
4.1 - Caracterização urbana do Concelho da Covilhã.....	36
<b>V- Parte Metodológica e de Referenciação Empírica .....</b>	<b>38</b>
5.1 - Conceitos fundamentais e modelo de análise.....	38
5.2 - Métodos e técnicas de investigação sociológica.....	41
<b>VI - A Problemática da Habitação e do Realojamento - 1º Estudo de Caso</b>	
6.1 - O Bairro Social do Cabeço no Tortosendo - localização e contextualização.....	42
6.2 - Bairro do Cabeço - composição e caracterização da população.....	43
6.2.1 - Caracterização da população segundo diversidade étnica.....	49
6.2.2 - Indicadores económicos dos agregados familiares.....	52
6.2.3 - Rendas das habitações.....	53
6.2.4 - Motivos de candidatura dos agregados a uma habitação social.....	54

6.2.5 - Reclamações dos residentes.....	56
<b>VII - A Problemática da Habitación e do Alojamento - 2º Estudo de Caso</b>	
7.1 - Urbanização das Nogueiras no Teixoso - localização e contextualização.....	59
7.2 - Urbanização das Nogueiras - composição e caracterização da população.....	60
7.2.1 - Caracterização da população segundo diversidade étnica.....	67
7.2.2 - Indicadores económicos dos agregados familiares.....	68
7.2.3 - Rendas das habitações.....	68
7.2.4 - Motivos de candidatura dos agregados a uma habitación social.....	70
7.2.5 - Reclamações dos residentes.....	72
<b>VIII - Análise Empírica</b>	
8.1 - Análise de conteúdo e apresentação dos resultados - 1º estudo de caso - Bairro do Cabeço no Tortosendo.....	74
8.2 - Análise de conteúdo e apresentação dos resultados - 2º estudo de caso - Urbanização das Nogueiras no Teixoso.....	75
Conclusão.....	78
Considerações Finais/Sugestões .....	86
Bibliografia.....	89
Anexos.....	96

## Lista de Tabelas

### 1º Estudo de Caso - Bairro do Cabeço no Tortosendo

Tabela n.º 1 - Distribuição das tipologias por agregados.....	43
Tabela n.º 2 - Constituição dos Agregados.....	43
Tabela n.º 3 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento.....	45
Tabela n.º 4 - Índice de emprego/desemprego segundo a tipologia do agregado.....	45
Tabela n.º 5 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento antes de morarem no Bairro aquando da candidatura à habitação social.....	47
Tabela n.º 6 - Habilitações Literárias dos titulares dos contratos de arrendamento.....	47
Tabela n.º 7 - Habilitações literárias por grupos etários da totalidade dos Inquilinos.....	48
Tabela n.º 8 - Totalidade da população do Bairro segundo países de origem e grupos etários.....	50
Tabela n.º 9 - População de etnia cigana.....	50
Tabela n.º 10 - Habilitações da população de etnia cigana.....	51
Tabela n.º 11 - Profissões da população maior de idade de etnia cigana.....	51
Tabela n.º 12 - Rendimentos per capita mensal dos agregados.....	52
Tabela n.º 13 - Rendas mensais dos agregados.....	53
Tabela n.º 14 - Motivo da candidatura a habitação social.....	54
Tabela n.º 15 - Localidade de residência anterior ao alojamento no Bairro (Freguesias).....	55
Tabela n.º 16 - Anos de residência dos agregados no Bairro.....	55

## **2º Estudo de Caso - Urbanização das Nogueiras no Teixoso**

Tabela n.º 17 - Distribuição dos fogos por tipologias.....	60
Tabela n.º 18 - Constituição dos Agregados.....	61
Tabela n.º 19 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento.....	62
Tabela n.º 20 - Índice de emprego/desemprego segundo a tipologia do agregado.....	63
Tabela n.º 21 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento antes de morarem no Bairro.....	64
Tabela n.º 22 - Habilitações literárias dos titulares dos contratos de arrendamento.....	65
Tabela n.º 23 - Habilitações literárias por grupos etários da totalidade dos Inquilinos.....	66
Tabela n.º 24 - Totalidade da população do Bairro segundo países de origem e grupos etários.....	67
Tabela n.º 25 - População de etnia cigana.....	67
Tabela n.º 26 - Rendimentos per capita mensal dos agregados.....	68
Tabela n.º 27 - Rendas mensais dos agregados.....	69
Tabela n.º 28 - Motivo da candidatura a habitação social.....	70
Tabela n.º 29 - Localidade de residência anterior ao alojamento no Bairro (Freguesias).....	70
Tabela n.º 30 - Anos de residência dos agregados no Bairro.....	71

## **Lista de Gráficos**

### **1º Estudo de Caso - Bairro do Cabeço no Tortosendo**

Gráfico n.º 1 - Constituição dos Agregados.....	44
Gráfico n.º 2 - Situação Profissional.....	46
Gráfico n.º 3 - Comparação das habilitações dos titulares dos contratos.....	48
Gráfico n.º 4 - Habilitações dos 353 residentes do Bairro do Cabeço.....	49
Gráfico n.º 5 - Percentagens dos valores das rendas segundo os agregados familiares.....	54

### **2º Estudo de Caso - Urbanização das Nogueiras no Teixoso**

Gráfico n.º 6 - Constituição dos Agregados.....	62
Gráfico n.º 7 - Situação Profissional.....	64
Gráfico n.º 8 - Comparação das habilitações dos titulares dos contratos.....	65
Gráfico n.º 9 - Habilitações dos 285 residentes da Urbanização das Nogueiras.....	67
Gráfico n.º 10 - Percentagens dos valores das rendas segundo os agregados familiares.....	69

## Lista de Acrónimos

CMC - Câmara Municipal da Covilhã

DGEMN - Direcção-Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais

EFTA European Free Trade Association

FFH - Fundo de Fomento da Habitação

IARN - Instituto de Apoio de Retorno de Nacionais

IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INH - Instituto Nacional da Habitação

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PARKURBIS - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã

PER - Programa Especial de Realojamento

PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

SOLARH - Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação

SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana





## Introdução

«(...) l’habitation ne se comprend pas à partir des seules activités qu’elle abrite ou engendre, ni à partir de son instrumentalité. L’habitation est prise au sens de séjour sur terre des mortels, séjour dont la configuration fait advenir le jeu du monde : le séjour se déploie sur terre, mais aussi sous le ciel, englobe l’expérience du sacré et celle de l’appartenance à la communauté humaine. Ainsi se dessine la figure du Carré (le Quadriparti heideggerien) qui évoque, dans l’habitation, la communauté et le rassemblement de ce qui nous semble ordinairement distinct. L’habitation est le lieu central où la conscience de l’être-au-monde intègre et accueille les dimensions de l’univers (la terre, le ciel), de la vie sociale, des hommes (les mortels), et du sacré. Le Carré évoque la pluridimensionnalité de l’habitation humaine et donc la pluridimensionnalité de l’être, son ouverture au monde» (Garzon, 1985, p. 8).

A casa é uma identidade única, é uma apropriação de um espaço só seu/nosso. É uma distinção entre público e privado, em que a casa, “a minha”, “a nossa” casa, é um espaço privado/fechado aos olhares alheios. É um espaço de segurança, de recolhimento e de afeições. A habitação é, assim, uma das condições essenciais à vivência humana e, como tal, pensar em habitação social é pensar numa melhoria da qualidade de vida que, por sua vez, poderá contribuir para uma diminuição da exclusão social e até para a inclusão daqueles que se possam encontrar sob alguma forma de exclusão por não ter acesso fácil a uma habitação condigna. Contudo, a melhoria da qualidade de vida não passa apenas por uma melhoria dos alojamentos, passa também por um acompanhamento das famílias, que trazem consigo problemas de outras naturezas, que as acompanha na mudança de vida que uma casa lhes pode proporcionar e que se torna fundamental resolver, através de um acompanhamento. É preciso haver um acompanhamento sociofamiliar, promoção de parcerias para conseguir ultrapassar os vários problemas, uma sensibilização das comunidades e uma participação activa dos próprios cidadãos moradores dessas habitações.

Neste trabalho, de dissertação, parte-se do conhecimento empírico, passando por uma abordagem geral das políticas que têm vindo a ser desenvolvidas, para uma abordagem mais localizada, afirma-se o problema da habitação como um problema social tenta-se compreendê-lo sociologicamente. A análise empírica destina-se chegar a algumas considerações que não fossem apenas uma resposta à pergunta de partida ***“A habitação social, no concelho, é um mecanismo de inclusão, integração, inserção ou constitui um factor de exclusão e de marginalização dos seus habitantes que passam a ser estigmatizados?”*** mas que fossem para além desta, tentando chegar a outras questões que pudessem ficar em aberto, a serem seguidas em outros trabalhos de investigação.

Para o presente trabalho de dissertação parte-se de um enquadramento teórico, que aborda o problema social e o problema sociológico e faz-se uma abordagem sobre a habitação social em Portugal, o seu enquadramento no papel do Estado e as suas políticas sociais de habitação. Descreve-se a habitação social no Concelho da Covilhã e as políticas gerais de habitação.

Através de uma análise cuidada tentam-se identificar factores que determinam a exclusão social dos residentes e tenta-se chegar a algumas conclusões.

Os objectivos gerais deste trabalho de pesquisa consistem em: 1º - verificar se existe exclusão e identificar os factores que determinam essa exclusão social dos residentes, nomeadamente a apropriação do espaço, a força dos laços familiares, o grau de empregabilidade e formação profissional; 2º - perceber se a atribuição de uma casa melhorou a orientação das populações alojadas quanto ao emprego/rendimento ou contribuiu para uma maior exclusão.

O universo físico é constituído pelos Bairros Sociais do Teixoso - “Urbanização das Nogueiras” e do Tortosendo - “Bairro do Cabeço”.

O universo humano consiste na totalidade dos Residentes destes dois Bairros Sociais.

Um trabalho de investigação leva-nos sempre a novas descobertas que não estavam previstas ao início. Por mais que se conheça, nunca é o suficiente e não poderemos generalizar nem cair em soluções reducionistas, daí a necessidade de um conhecimento aprofundado das questões a colocar.

# I - Enquadramento Teórico

## 1.1 - Do Problema Social ao Problema Sociológico

Um grupo de sociólogos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small<sup>1</sup>) criou a Escola Sociológica de Chicago - Escola de Chicago - na década de 1910, que promoveu um vasto conjunto de pesquisas sociais - investigações direccionadas para os fenómenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano da grande metrópole norte-americana. Era uma pesquisa sociológica centrada, unicamente, nos fenómenos urbanos, que levou à instituição da Sociologia Urbana como ramo de estudos especializados, responsável pela introdução de métodos de pesquisa baseados no empirismo, que conduziu à caracterização de várias patologias sociais (Cancian<sup>2</sup>, 2009), que tornou a cidade de Chicago num “laboratório social” e que tentou granjear soluções para dar cobro a uma cidade desordenada pela industrialização e urbanização, devido ao crescimento demográfico, à migração, aos guetos com diferentes nacionalidades, que geram a segregação urbana, com uma concentração urbana excessiva e condições de vida e infraestruturas precárias (Sant’Anna, 2012).

Para os fundadores da Sociologia Urbana e para os sociólogos franceses, «o urbano deveria ser compreendido como espaço socialmente produzido, assumindo diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconómica e de controlo político em que está inserido. Ganha importância a interacção entre relações de produção, consumo, troca e poder que se manifesta no ambiente urbano» (Valladares e Freire-Medeiros *cit in* Sant’Anna, 2012) e «ressalta, assim, a importância do Habitat para as relações sociais. Existem, portanto, “leis naturais” que condicionam o desenvolvimento da cidade e determinam sua dinâmica (determinismo<sup>3</sup>)» (Cutolo, 2007).

---

<sup>1</sup> Um dos primeiros sociólogos americanos, pastor protestante, preocupado com a reforma social, voltado para o equacionamento dos problemas sociais que angustiavam as grandes cidades americanas e para o que deveria ser feito para contornar os problemas da pobreza e da imigração.

<sup>2</sup> Renato Cancian - cientista social, mestre em Sociologia Política e Doutor em Ciências Sociais.

<sup>3</sup> Doutrina ou corrente que determina que o homem é fruto do meio e destituído de vontade total. A sua liberdade é condicionada por forças tanto externas como internas. Nada vem por acaso, tudo é força de acontecimentos anteriores. Na ciência o determinismo faz parte da experimentação em que há uma busca constante da relação entre os fenómenos. Os deterministas consideram que os acontecimentos do universo estão de acordo com as leis naturais, isto é, que todo o fenómeno é condicionado pelo que o precede.

Uma realidade é ver o problema social, tal como ele se nos apresenta, tentando identificar conceitos acerca daquilo que ele poderá significar, ou seja, dar-lhe um sentido denotativo. Outra realidade, bem diferente, é tentar contornar o problema através de um sentido conotativo, ou seja, atribuir-lhe outros significados, contornar esse problema e tentar dar-lhe algumas resoluções, estudar o problema e, para isso, estudar os valores afectivos ou sociais e tentar formular questões que não estavam tomadas desde o início, é procurar identificar/determinar, a partir da situação problemática que a início ainda não estava bem definida e tentar dar soluções ou abrir outros caminhos de interpretação dos fenómenos. Ora, «num contexto social, a determinação daquilo que é ou não “o problema” põe em jogo os interesses, bem como as estratégias dos actores e traduz-se em acções, por um lado; enquanto formulação de uma questão, a procura da definição do “problema” exprime-se por outro lado necessariamente em discursos que entram num processo social de circulação, de elaboração, de debate» (Santos, 1999, p. 5). Por haver, no contexto social, um jogo de interesses em que os interventores (tanto públicos como privados) competem e tentam reforçar os seus poderes relativos e por ter, também, a ver com o problema da cidadania e da necessidade de garantia dos direitos sociais, pois lida-se, aqui, com pessoas no limiar da pobreza e por outra questão que diz respeito ao valor social das verbas gastas em iniciativas urbanísticas, ou seja que nem sempre acarreta as melhores soluções (Baptista, 2001, p. 74), é necessário clarificar o problema e quais as relações que ele tem com outras questões, identificar o espaço social e as pessoas afectadas ou que sejam intervenientes na produção ou gestão desse problema, identificar qual o interesse da sua revelação para a sociedade. Nos problemas científicos (sociológicos) as soluções possíveis do problema tendem a ter uma explicação lógica. O sociólogo tem de contrapor ao “problema social” o “problema sociológico”, que vai permitir encontrar justificações científicas para os problemas de modo a que, quem solicita essas justificações, tenha argumentos para as suas estratégias sociais, ou seja, que possam produzir conhecimento, mas que também poderão deixar descontentes aqueles que veem os seus interesses diluídos. O conhecimento sociológico existe como o resultado de investigações profissionais e científicas em que a análise dos dados e a formulação de conceitos têm em vista a verdade através do método científico (observação, clarificação e interpretação/generalização).

O conhecimento sociológico, nesta problemática da habitação, analisa os processos de crescimento urbano e alteração dos habitats urbanos tradicionais e as sociabilidades, percorrendo todos os níveis da vida social, distanciando-se, assim, das pressões de ordem social e política e, por outro lado, os sociólogos intervêm no campo urbanístico e habitacional numa lógica interdisciplinar no intuito de encontrar respostas cientificamente verificadas para as questões socialmente colocadas (Baptista, 2001, p. 74).

Seria então necessário, para além das políticas sociais de habitação, ter em conta uma análise sociológica estudando vários casos e através de uma análise comparativa (comparação de diversos contextos empíricos) e processual (comparação de contextos de pré e pós realojamento) conhecer a satisfação residencial, tanto quanto à apropriação do espaço, como quanto à própria qualidade residencial. Conhecer a sua relação com uma melhoria da qualidade de vida e igualdade de oportunidades e o seu contributo para a inclusão das populações realojadas e para a empregabilidade, formação escolar, profissional e educação.

## **1.2 Conhecimento/Teorias Sociológico(as) sobre Habitação Social**

A habitação é uma condição fundamental para o indivíduo e para a sua vivência em comunidade, então falar de habitação é falar de algo prioritário na vida social e esta problemática «tem vindo a acompanhar (...) o desenvolvimento da sociologia desde os seus primórdios» (Freitas, 2001, p. 21). «(...) *l'habitation est coextensive avec l'essence de l'être humain*» (Liiceanu, cit in Garzon, 1985, p. 8), neste âmbito, «(...) a habitação, como um campo privilegiado de análise (...) acaba por mobilizar os ingredientes necessários para poder ser equacionada como um objecto de excelência no quadro das mais variadas leituras sobre os sistemas sociais» (Freitas, 2001, p. 25). «*Bâtir (...) n'est pas seulement un moyen de l'habitation, une voie qui y conduit, bâtir est déjà, de lui-même, habiter*» (Heidegger, cit in Garzon, 1985, p. 8).

Segundo Cardoso (1984, p. 28) «(...) entendemos por habitação social um tipo especial, não necessariamente homogéneo de habitação cujas características construtivas, de produção e consumo são definidas pelo Estado e cuja promoção dele depende directa ou indirectamente». Ainda, para o mesmo autor (1984, p. 31) a habitação social está ligada às definições de inserção social/acesso; inserção económica/subsídio; inserção institucional/organização.

Apesar das preocupações sobre a problemática da Habitação Social, a qual tem sido objecto de várias reflexões tanto a nível nacional como internacional, e a qual tem, também, sido alvo de controvérsias, não tem sido feito muito. Apenas se construíram mais fogos, mas quais as consequências? Quais os resultados?

Segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP) nos seus artigos 1; 65 e 66, tem de ser respeitada a dignidade da pessoa humana e deverá existir uma sociedade livre, justa e solidária. Todos têm direito a uma habitação condigna com higiene e conforto, que assegure a intimidade pessoal e a privacidade da família e, o Estado, para assegurar esse direito, à habitação, tem de programar uma política de habitação que garanta uma rede ajustada de

transportes e de equipamento social, pois todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado. Para isso o Estado através de organismos próprios deve tomar as medidas devidas, envolvendo a participação dos cidadãos (CRP, 1997). Neste âmbito, o Estado tem tentado promover políticas de habitação, no entanto, tem existido uma concepção “monolítica do habitat”, materializada por imensos espaços de betão armado, com um baixo nível de qualidade, «sem a preocupação de criar uma humanização do espaço, que facilite a comunicação e o encontro dos seus habitantes», com uma isenção de equipamentos e desenraizados urbanisticamente (Abrantes, 1994, p. 51). «Constroem-se casas para pessoas abstractas (...) que técnica ou politicamente se postula que têm (ou deveriam ter) determinadas características» (...) Quase nunca é a casa ou bairro que essas populações necessitam» (Freitas, *cit in* Costa, 1995, p. 73).

O parque habitacional, em Portugal, tem vindo a densificar-se assinalando um progresso nas condições de habitabilidade. Mas, «a construção massiva de bairros sociais é uma opção que está ultrapassada do ponto de vista arquitectónico e urbanístico (...). Essa é uma solução do ponto de vista arquitectónico e urbanístico que já provou que não é a mais adequada, mas em Portugal continua a ser uma opção. É uma solução que no contexto europeu já não é utilizada desde os anos 70» (Guerra, 2008). Existe um fracasso, não só quanto ao modelo arquitectónico, apesar das boas intenções dos projectistas, mas também ao nível urbanístico quanto à densificação, desintegração e projectos incompletos - equipamentos exteriores que não são concretizados (Guerra, 1994, p. 11). Faltam as infraestruturas sociais (creches, Jardins de Infância, Escolas, Serviços Sociais e Serviços de Saúde, etc.) e comerciais (lojas, correios, telefones, etc.) indispensáveis. «Faltam arranjos exteriores: ruas, passeios jardins, zonas verdes e de lazer, onde os jovens e as crianças se possam encontrar e brincar, e os espaços comuns - polivalentes - onde a comunidade possa estabelecer laços de convivencialidade para realizarem as suas festas e ritos e discutir e analisar os seus problemas». Continua a pensar-se mais na quantidade de fogos esquecendo-se “uma lógica social” inerente à organização dos espaços e corre-se o risco de se irem agravando os conflitos sociais e étnicos, que muitas vezes provocam atitudes de racismo e de xenofobia e marginalidade (Abrantes, 1994, p. 50). «*La gestion de ces espaces urbains devient rapidement un problème lorsque le contexte économique change dans les années 1970, car les nombre d’actifs sans emploi ne cesse d’évoluer. La dégradation du tissu social qui s’ensuit, alliée a la situation d’isolement de ces sites par rapport à la trame urbaine traditionnelle, entraîne rapidement un phénomène de «ghettoisation» principal vecteur de la spirale de l’exclusion*» (Service de L’Habitat *cit in* URBIA, 2006, p. 73).

A emigração, que provoca uma população culturalmente heterogénea, apesar de ser socialmente homogénea, traz problemas de socialização, sobretudo nos mais jovens, o que provoca abandono escolar e comportamentos desviantes que acabam por ter repercussões

colectivas e que acabam por marcar negativamente os bairros. «Os moradores desses bairros sentem com intensidade este estigma social não porque assumem, em si individualmente, um estatuto de desviante, mas porque interiorizaram essa imagem pública socialmente desvalorizada atribuindo-a a determinados elementos do próprio bairro». Essa população acaba por viver desinteressada de todas as esferas do social - «das culturas dominantes na sociedade portuguesa ao emprego, habitação, bens de consumo, etc. (...). O problema do realojamento é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, tudo isto porque as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas». Não se pode pensar no realojamento como se o problema fosse financeiro ou urbanístico. (Guerra, 1994, p. 11). «Os estudos dizem que as pessoas têm um grande prazer pela casa, mas um grande desgosto pelo bairro. A passagem de barracas a alojamento, em bairros sociais, permite melhores condições de habitação, mas muito piores condições de sociabilidade, vizinhança e integração» (Guerra, 2008). «Acabar com os bairros de barracas pode trazer novos problemas sociais. Entre estes ressalta o perigo de novos guetos em bairros com excessivas concentrações de habitação social» (Gusmão, 2004, *cit in* J.P.<sup>4</sup>) pois os moradores tendem a absorver o estigma social. Não está em causa a adopção do estatuto de desviante, mas a interiorização de uma imagem pública desvalorizada identificada com a reputação do bairro. O gosto pela casa contrapõe-se ao desgosto pelo bairro que é reprovado devido à «“má vizinhança”, insegurança e demasiada intimidade nas intervenções locais que perturbam a intimidade de cada família». Esse desagrado, em relação ao bairro, provém mais das razões socioculturais do que das más condições de conservação dos fogos ou dos edifícios ou da aparência dos espaços públicos ou das inexistências de equipamentos (Guerra, 1994, pp. 11-12). «Embora os especialistas em habitat urbano façam distinções entre vários tipos de bairros sociais e evitem a identificação entre estes e áreas habitacionais degradadas, é inequívoco o poder redutor da etiqueta “bairro social”: designaria uma entidade sócio-territorial mais ou menos semelhante em todos os grandes aglomerados» (Fernandes, 1997, p. 87). O estigma apenso, indiscriminadamente, aos bairros sociais em massa passa pelo facto de serem todos iguais (Fernandes, 1997, p. 93). Neste âmbito, «a solução deveria passar pelo apoio à família e não pelo apoio à pedra» as famílias deveriam ser alojadas de forma dispersa, aproveitando o mercado imobiliário, através do apoio ao arrendamento, cobrindo o valor que o agregado não conseguisse suportar, pois o plano de erradicação de barracas ponderava um plano através do qual as famílias escolhiam uma habitação do mercado imobiliário com um limite de valor pré-determinado pelo Estado, o que parecia ser uma solução mais adequada e que não foi avaliada, isso porque «as câmaras municipais não dispõem praticamente de terrenos que permitam construir

---

<sup>4</sup> Extracto de texto do Jornal *Público* de 24-4-95 «Os perigos e as virtudes do PER» cujo subtítulo é «Com o Plano de Erradicação de Barracas a Câmara de Lisboa promete evitar a criação de novos guetos».

pequenas unidades integradas no tecido urbano». Isabel Guerra critica, ainda, «a ausência de políticas públicas gerais que valorizem outro tipo de soluções» (Guerra, 2008).

Ao tornar-se uma estratégia elementar nas medidas do Estado, a habitação social passou a ter lugar na maior parte das constituições nacionais e a forçar o Estado a ter uma intervenção no sentido de reduzir a exclusão, criando, assim, mais uma forma de integração do que de inserção. Ao fornecer fogos, provoca uma resistência à mudança nos receptores que apenas recebem bens e serviços e se afastam da lógica de mercado, vendo as suas acções limitadas não tentando resolver os seus problemas e evitando uma participação conjunta entre o cidadão e o Estado (Augusto, s/d).

Em Portugal tem sido esquecida a resolução dos problemas dos realojamentos antes de estes serem construídos. Prefigura-se que todas as pessoas ambicionam ir para bairros com casas de betão e fica esquecido que muitas dessas gentes são integradas em espaços urbanos sem serem incluídas. «Há uma integração forçosa, exógena e não uma inclusão» daí a crítica da «reprogramação das pessoas» que as autarquias utilizam, que «não atende verificação de quem vai incluir, se não haverá eventualmente problemas e conflitualidade mais ou menos violenta entre as comunidades que se vão incluir» que convergem para o caminho da violência e que as autarquias não conseguem prevenir ou atalhar (Poiarés<sup>5</sup>, 2008). A questão da habitação é, então, um campo interdisciplinar e intradisciplinar e há que dar uma contribuição sociológica ao campo do urbanismo (Baptista, 2001, pp. 74-75), passando a ser analisada, esta questão de uma forma holística.

«As pessoas estão ligadas às suas casas através de processos contínuos de mudança». A casa é um lugar de continuidades que atravessa o passado, o presente e o futuro em muitas sociedades, ao nível individual, familiar ou grupal» (Werner et al, *cit in* Freitas et al, 1996, p. 3), neste sentido, a mudança e a continuidade tornam-se aspectos fundamentais das relações entre o indivíduo e o meio, já que os espaços domésticos ou residenciais se vão tornando espaços de transacção de valores culturais e normas sociais. As casas passam a assumir o espaço onde as pessoas aprendem a lidar com valores opostos, «necessidades individuais, desejos ou aspirações e motivações versus as exigências e solicitações da sociedade no seu todo». Os indivíduos, na sua tentativa de serem únicos e distintos formam forças ligadas à sua própria satisfação, ou da sua família, ou de grupos de referência, tornando-se parte integrante da sociedade, facultando a sua identificação com a comunidade, ampliando a sua capacidade de nela intervir e dela depender (Altman et al, *cit in* Freitas et al, 1996, pp. 3-4). Neste sentido, o espaço doméstico ou residencial afirma-se como um meio ou um factor de integração social.

---

<sup>5</sup> Especialista em Psicologia Criminal



O sociólogo tem, portanto, de confrontar o dito com o feito, de descodificar e recodificar as interpretações reificadas como factos com um intuito explicativo, como refere Bourdieu «nas nossas sociedades, o Estado contribui de forma determinante na produção e na reprodução dos instrumentos da construção da realidade social enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas» (Bourdieu *cit in* Baptista, 2001, p. 77), logo há que “observar o resultado prático das suas intenções” (Baptista, 2001, p. 77).

As ciências sociais têm uma supremacia no estudo da habitação, visto que têm os instrumentos teóricos e metodológicos quanto à abordagem de algumas dimensões e porque faz parte da sua tradição a indispensabilidade de contextualizar os seus objectos de estudo e de abordar os fenómenos como um todo, no entanto a interdisciplinaridade é importante para elas - ciências sociais - pois conseguem soluções e aperfeiçoamento de estratégias para conhecer melhor o que nos rodeia bem como para melhorar a qualidade de vida (Freitas et al, 1996, p. 9).

Alarga-se, então, o alojamento aos contextos residenciais em que se insere, passando pelo edifício e a sua inscrição nas vizinhanças, o que leva a um estudo mais global, relacional e processual e que exige uma abordagem epistemológica ao seu desenvolvimento (Freitas, 2001, p. 40).

## II - A Questão Social - Conceitos Fundamentais

### 2.1-Exclusão/Pobreza/Inclusão/Integração/Inserção

«Os valores universais que estão a emergir hoje e que são os mecanismos das formas de política radical (...), exprimem e ao mesmo tempo decorrem deste cosmopolitismo global. (...) Uma ética de uma sociedade pós-tradicional globalizante implica o reconhecimento da santidade da vida humana e do direito universal à felicidade e autorrealização, aliado à obrigação de promover a solidariedade cosmopolita e uma atitude de respeito por agências e seres não humanos, presentes e futuros. Longe de assistir ao desaparecimento de valores universais, esta é talvez a primeira vez na história da humanidade, em que estes valores têm uma aceitação real» (Giddens, cit in Freitas, 2001, p. 55).

«Ao romper com a ordem religiosa e com os seus princípios de regulação divina, e ao vir a gravitar em torno de valores “revolucionários” como os que deram corpo à Revolução Francesa - *liberté, égalité, fraternité* - a modernidade veio (re)colocar o Homem (Le Sujet segundo Touraine) na centralidade das suas preocupações» (Freitas, 2001, p. 59).

Com a modernidade (pós Revolução Industrial) e numa época de aceleradas transformações, aparecem fraturas sociais que provocam mudanças tanto nos comportamentos como nas mentalidades, que vão produzir reflexos negativos nessa contínua evolução das sociedades, tais como a pobreza e a exclusão social e, isso tem de despertar premências tanto nos agentes como nas instituições, pois a questão social está, hoje, no centro das nossas preocupações.

«A reflexão de Castel (...) define a *questão social* “como uma aporia fundamental a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, que põe em questão a capacidade de uma sociedade (que em termos políticos se chama nação) existir como um todo”. (...) O conceito de exclusão, (...) nesse contexto, parte do suposto que, embora a exclusão social expresse um conjunto de carecimentos materiais, culturais, políticos e morais, seus elementos constitutivos só são desvelados se remetidos à análise “no coração mesmo dos processos de produção e da repartição das riquezas sociais”, como bem assinala Castel. Nesses termos, a *questão social*, tal como a entendemos, é a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais, e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo. Não sendo uma questão recente, como vimos, mas inscrita na dinâmica histórica das relações sociais capitalistas, sua (re)produção, formas de permanência e metamorfoses precisam ser apreendidas a partir das

novas configurações e mediações sociopolíticas - nacionais e internacionais - próprias da sociedade contemporânea (Raichelis, 2006, pp. 16-17).

Desde há uns anos que o impulso da exclusão tem constituído um facto social de importância primordial (Fitoussi, et al, 1997). «Foi na Cimeira de Paris, em 1972, que se decidiu o desenvolvimento de uma política social, e foi em 1974 que o Conselho adoptou o primeiro programa de acção social» (EAPN, 1996, p. 30).

A simplificação<sup>6</sup> dos problemas cria obstáculos à compreensão das transformações da sociedade e manifesta-se na maneira como os políticos abordam a exclusão, que passa a ser constituída por uma nova pobreza - pessoas sem-abrigo, desempregados de longa duração. E, a “questão social” desloca-se de uma análise global do sistema para uma análise mais focalizada no segmento mais vulnerável da população (Fitoussi, et al, 1997, p. 11).

«A exclusão é um resultado de um processo, e não um estado social dado», as desigualdades continuam a persistir com intensidade, embora as suas dimensões sejam diferentes das do passado, as relações com essas desigualdades mudaram de natureza que não será apenas uma “banal evolução sociológica” pois não significa unicamente sociedade homogénea com modos de vida e hierarquias sociais diferenciadas, com modos de organização colectivos, mas uma sociedade com modos de vida individualizados<sup>7</sup> e mais evolutivos, em que cada indivíduo segue a sua própria conduta e em que cada vez menos utiliza padrões idênticos e regulares de consumo. É um universo «mais individualista, de contornos mais flutuantes e mais instáveis» (Fitoussi, et al, 1997, p. 11-13). No entanto, o indivíduo não deve continuar a consolidar a sua individualização pois torna-se mais fragilizado, mais vulnerável, tanto em termos económicos como em termos sociais, sente-se mais frágil psiquicamente, vivendo num ‘universo mais aleatório e menos organizado’, abandona-se em si próprio (Fitoussi, et al, 1997, pp. 18-19).

---

<sup>6</sup> «A luta contra a exclusão simplificou o social em excesso pois «a dinâmica social não pode ser reduzida à oposição entre os que estão ‘dentro’ e os que estão ‘fora’. Pode-se inclusivamente dizer que a nossa compreensão da sociedade é hoje distorcida pela polarização de todas as atenções em torno dos fenómenos de exclusão» (Fitoussi, et al, 1997, p. 11).

<sup>7</sup> Individualismo: «palavra que qualifica alternadamente uma evolução moral (o triunfo da lógica mercantil e do retraimento ensimesmado), um facto sociológico (o esboroar-se dos corpos intermédios, a fragilização dos laços comunitários e a tendência para a atomização social) e um princípio filosófico (a valorização da autonomia e da autenticidade). Para além de todas as confusões e de todas as aproximações, designa, todavia, um traço central das nossas sociedades, globalmente descurado pela análise política. Contribui tanto como as mutações de ordem económica para alimentar a desorientação contemporânea. (...). Durante os anos 70 e 80, tendeu a celebrar-se sobretudo a face positiva do individualismo: a oportunidade para cada um afirmar a sua diferença e libertar das imposições colectivas. (...). Esta fase “globalmente positiva” do individualismo moderno está hoje a chegar ao fim. (...). A reinvenção positiva de um laço social mais pessoal desdobra-se insensivelmente de um mecanismo de desligação de “desfiliação”, como diria Robert Castel. A independência torna-se vulnerabilidade, a relação igualitária com outrem inverte-se sob a forma de uma incerteza quanto ao futuro» (Fitoussi, et al, 1997, p. 17-18).

«O futuro tornou-se um operador de discriminação entre pessoas que se julgavam iguais. (...) o futuro desvaloriza antecipadamente o capital humano e sobrevaloriza o capital monetário» (Fitoussi, et al, 1997, p. 16). O enfraquecimento da política gera problemas de ordem social que se manifestam ao nível das instituições e nas próprias estruturas dos sistemas.

«Quando os gestos desastrados e as vacilações dos governantes confinam com o vazio dos projectos da oposição, o espaço político torna-se naturalmente um espaço de asfixia. A cena política deixa de proporcionar, quer pontos de referência para a compreensão dos problemas, quer perspectivas para a acção.

A crise é, em última instância, de ordem estrutural e releva também de uma dimensão de ordem antropológica. É ao mesmo tempo crise de civilização e crise do indivíduo. Entram com efeito em disfunção, simultaneamente, as instituições de instauração do laço social e da solidariedade (a crise do Estado-Providência), as formas da relação entre a economia e a sociedade (a crise do trabalho) e os modos de constituição das identidades individuais e colectivas (a crise do sujeito)» (Fitoussi, et al, 1997, p. 17).

Nos finais da década de 80, do século XX, a Comissão Europeia depara-se com a deterioração do mercado de emprego e com os efeitos do desemprego, com o aparecimento da problemática da exclusão, com a dificuldade de inserção e, no final de 1988, publica um relatório provisório sobre a acção comunitária, sobre a luta contra a pobreza, onde constata que «“a composição da população pobre se alterou consideravelmente ao longo dos dez últimos anos e de maneira idêntica em vários países” e que a pobreza nascida nestes últimos anos é “quantitativamente e qualitativamente diferente”» (EAPN, 1996, p.45). «A exclusão social adquire, [assim] honras de cidadania - os pobres existem e são reconhecidos pelas instâncias políticas, tornando-se cada vez mais difícil ignorá-los» (Guerra, 1994, p. 12).

O termo “exclusão social” aparece, assim, no início da década de 90 e «resolve-se em torno da necessidade de conciliação das contrariedades, mas também das profundas interdependências entre os processos de globalização da sociedade e as vivências quotidianas de indivíduos e/ou grupos à escala territorial (Dupas, 1999; Fitoussi e Rosavallon, 1997; Madanipour et al, 1998 *cit in* Freitas, 2001, p.109).

«Em 1993, a missão do FSE (Fundo Social Europeu) foi reafirmada: “Combater o desemprego de longa data, facilitar a inserção na vida activa dos jovens e das pessoas expostas à exclusão.”» (EAPN, 1996, p.73). Mas o termo ‘Exclusão Social’ é ambíguo, não existindo uma concordância quanto ao seu sentido, mesmo entre especialistas.

«No final do percurso, a noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos que foram consagrados, nos nossos dias, pela mediocridade dos modos intelectuais

e universitários: está saturada de sentidos, de não-sentidos e de contra-sentidos» (Costa, 1998, p. 9).

O termo exclusão, de origem francesa, foi criado para analisar pessoas e grupos desfavorecidos. Robert Castel, que é uma das referências fundamentais nesse assunto, «define ‘exclusão social’ como a fase extrema do processo de ‘marginalização’, entendido este como um percurso ‘descendente’, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade» (Robert Castel *cit in* Costa, 1998, p. 10). Isto implica rupturas, com o mercado de trabalho - desemprego, rupturas afectivas - com a família, com os amigos.

A Comissão Europeia tinha introduzido, no início da década de 90, a noção de ‘exclusão social’ nos discursos comunitários europeus, mas com um sentido diferente, primeiro, pretendeu que esse termo substituísse o termo e a noção de ‘pobreza’ contrariamente à noção inicial que distinguia ‘pobreza’ de ‘exclusão social’ e que admitia a existência de uma sem a outra; segundo, apelidou de ‘exclusão social’ o próprio processo de ‘marginalização’ e não apenas a fase terminal desse processo.

Para esclarecer algumas confusões, em 1990, em Alghero (Itália), teve lugar um seminário europeu, organizado pela Comissão, com especialistas das várias tradições europeias de ciências sociais, mas que foi pouco esclarecedor. O termo entrou no âmbito dos debates científicos da União e foi, mais tarde, colocado no plano mundial através de análises efectuadas pelo Instituto Internacional de Estudos de Desenvolvimento da OIT<sup>8</sup>. Havia que constatar de que maneira o conceito se adaptava ao estudo de situações verificadas em países em vias de desenvolvimento (Costa, 1998, P. 11). Em Março de 2000, foi definido, no Conselho Europeu de Lisboa, uma estratégia para a União Europeia para 2000-2010, denominada de Estratégia de Lisboa, com o intuito de tornar a Europa comunitária num espaço baseado na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, a fim de conceber um crescimento económico sustentável, com mais empregos, reformas económicas e coesão social e, para isso, era necessário conciliar consistentemente o crescimento económico e as mudanças tecnológicas com os conceitos de sociedade e os valores europeus numa onda de erradicação da pobreza e da exclusão social (Diário da República, de 15 de Dezembro de 2006<sup>9</sup>).

---

<sup>8</sup> Organização Internacional do Trabalho.

<sup>9</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006 - Anexo Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008

Graham Room (*cit in Costa, 1998, p. 12*) anuncia uma distinção entre a tradição britânica que se interessa particularmente pelos aspectos *distributivos*, pela *pobreza* e a escola francesa que se interessa pelos aspectos *relacionais*, pela *exclusão social*, interesses que têm a ver com os seus próprios conceitos de sociedade de uma e de outra nação<sup>10</sup>.

Parece, no entanto, incorrecta a substituição do termo ‘pobreza’ pelo termo ‘exclusão social’ o qual seria mesmo nocivo, tanto para a ciência como para os grupos desfavorecidos, principalmente em Portugal, onde a pobreza ainda é bastante acentuada. No entanto, a expressão está incluída nalgumas definições de pobreza tendo em conta que os recursos dos pobres ficam fora do controlo dos indivíduos, ao ponto de passarem a ser excluídos. Daí a necessidade de manter vivas as duas terminologias. (Costa, 1998, pp. 12-13).

«A pobreza representa sempre uma forma de exclusão social, ou seja - sublinham os autores<sup>11</sup> -, "não há pobreza sem exclusão social. Mas o contrário não é verdadeiro, porque existem formas de exclusão social que não implicam pobreza”» (Soares, 2008, p. 2).

Amaro, define a exclusão social «como uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros, assim pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania (...)» e pode resultar de factores ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais. Para o autor pode ser útil dividir os factores da exclusão social em grupos, distinguindo três tipos de factores: de ordem macro - que são de natureza estrutural e que se relacionam com o funcionamento global das sociedades (sistema económico, financeiro, modelo de desenvolvimento, estratégias transnacionais, valores, modelos culturais, atitudes e comportamentos face à natureza, processos de globalização, entre outros); de ordem meso - de natureza estrutural e que podem resultar de incidências conjunturais (estes são de ordem mais local, que interferem no quotidiano dos indivíduos por questões de proximidade tais como as políticas autárquicas, mercado de trabalho local, etc.); e de ordem micro - como factores individuais e familiares em que a exclusão procede de falhas e instabilidades, frustrações, derivadas dos percursos pessoais. Daí a sua natureza multidimensional (Amaro, s/d).

---

<sup>10</sup> «No caso britânico “a visão liberal de sociedade, segundo a qual a sociedade era vista, pelas elites intelectuais e políticas relevantes, como uma massa de indivíduos atomizados, envolvidos na competição no âmbito do mercado”, ao passo que no caso francês, “a sociedade é vista, pelas elites intelectuais e políticas, como uma hierarquia de estatuto ou como um número de colectividades, ligadas por conjuntos de direitos e obrigações mútuos que estão enraizados nalguma ordem moral mais ampla» (Costa, 1998, p. 12)

<sup>11</sup> Mário Soares refere-se aos autores, do livro “Um Olhar sobre a Pobreza - Vulnerabilidade e Exclusão Social, no Portugal Contemporâneo”, Alfredo Bruto da Costa (coordenador), Isabel Batista; Pedro Perista e Paula Carrilho (co-autores)

Pode, então, falar-se de exclusões sociais, no plural, pois devido à complexidade e heterogeneidade do termo, a exclusão tem causas imediatas que se opõem às causas intermédias e estruturais (Costa, 1998, p. 21).

«A luta contra a exclusão polarizou as atenções, mobilizou as energias, ordenou a compaixão» (Fitoussi et al, 1997, p. 11), no entanto, para que exista uma boa noção acerca de exclusão teremos de ter em conta o significado do seu oposto os seja de ‘inclusão social’, ‘integração social’ ou ‘inserção social’ (Costa, 1998, p. 14).

Para Isabel Guerra «onde antes se considerava realizar uma acção de “integração” fala-se agora de “inserção” (...)». No entanto estas duas palavras não traduzem os mesmos sentidos. A palavra inserção significa fazer emergir da condição de excluído, «visa reorganizar os recursos para que estes correspondam melhor às necessidades», «formalmente remete para a inclusão no conjunto do que se encontra à margem», enquanto integração designa ‘colocar no bom caminho’, «corresponde a uma visão mais sectorizada da acção» (Guerra, 1994, p. 14).

Mas para haver ‘integração social’ teremos de ter em conta um duplo processo, ou uma combinação entre o indivíduo e a sociedade em que os “indivíduos se tornam cidadãos plenos” e a “sociedade que permite e acolhe a cidadania”. Não existe aqui um processo de “assimilação” mas uma consideração em que a integração passa por um processo de interacção inserida na teoria dos sistemas, em que existe «interacção entre uma das partes e outras partes de um todo e com este todo», subsistindo uma interdependência positiva traduzida por solidariedade e, ao mesmo tempo, uma tensão e um confronto, traduzido por conflitualidade. Assim, a integração passa pelo acesso às oportunidades da sociedade, a quem delas estava excluído. É uma espécie de retoma de uma relação interactiva entre a parte excluída e o organismo a que pertence que, apesar de manter a sua individualidade e especificidade (da parte - indivíduo/família), que a diferencia<sup>12</sup> das outras partes desse organismo, consegue algo de específico e de diferente, que a enriquece e que se toma por uma mais-valia para a sociedade.

Quanto ao duplo processo mencionado, ele associa a duas lógicas em que uma passa pelo pressuposto de que o indivíduo pode escolher se aproveita ou não as oportunidades da sociedade e, no caso de escolher a opção de as aceitar poderemos apelidar essa preferência de ‘inserção social’ e por outro lado, poderemos chamar de processo de inclusão quando a sociedade cria oportunidades de uma forma justa para todos com imparcialidade/equidade.

---

<sup>12</sup> O autor pressupõe, aqui, um enriquecimento pela diversidade como uma mais-valia.

A Inserção e a Inclusão são, assim, as duas faces de um processo duplo que é a Integração, e que consiste em eliminar ou pelo menos minimizar os factores macro e meso, reforçando, ao mesmo tempo, as oportunidades e removendo, ou pelo menos minimizando os factores micro, aumentando as competências e as capacidades individuais e familiares, no sentido de erradicar a exclusão social, ou pelo menos minimizá-la (Amaro, s/d).

«Inserir é devolver uma margem de escolha aos indivíduos (...)» é uma forma de aprendizagem para o excluído, aumenta ou diminui as margens de escolha do indivíduo dentro das instituições, ajudando-o a delinear o percurso para atingir os seus objectivos. A integração é uma forma de conformar os indivíduos a viver numa sociedade já estruturada ou seja, fazê-lo adaptar-se às suas normas dentro dessa sociedade normalizada, conformando os indivíduos segundo um projecto comum (Guerra, 1994, p.14). «A busca da dignidade começa por ser tarefa de cada um e realiza-se mediante a integração social» (Fernandes, 1998, p. 49).

Os problemas da exclusão não são fáceis de resolver, sendo problemas bastante complexos e de uma grande dimensão exigem uma multidisciplinaridade de instâncias que vão dos moradores aos políticos - administração central e local passando por outros parceiros tais como escolas, empresas, justiça, etc. (Guerra, 1994, p. 15). A pobreza e a exclusão não têm razões evidentes e facilmente controláveis. São o resultado de vários fracassos consecutivos e os problemas não são passíveis de resolução se forem, simultaneamente, aplicadas políticas contraditórias. «É a situação estrutural socioeconómica que produz a pobreza e a exclusão. Mas é a mesma situação estrutural que, para se perpetuar, tenta minimizar os efeitos perversos do seu funcionamento». (Fernandes, 1998, pp.48-49). E, «não será possível resolver o problema da privação relativa e da exclusão social se não se alteram as regras do funcionamento da economia e os princípios da vida colectiva, e não se recusam as políticas meramente monetaristas» (Fernandes, 1998, p. 50).

A exclusão de uns, activa a exclusão de outros e mais do que a pobreza, é a amargura por ela criada que ameaça as democracias. Não é apenas a riqueza que origina a pobreza. Também, o prenúncio de uma recessão económica, põe em causa a estabilidade política. «Cria-se um abismo entre ricos e os que nada têm, fazendo aumentar a violência destes últimos e o medo dos outros. (...) O medo do futuro e a insegurança que lhe está associada tendem a diluir o tecido social, pondo-o em estado de críspação» (Fernandes, 1998, p. 54).

«Podemos começar por nos interrogar se hoje se pode colocar a problemática das “questões sociais” no planeamento. O rendimento mínimo<sup>13</sup>, a formação profissional, o apoio à economia de

---

<sup>13</sup> A designação actual é Rendimento Social de Inserção.



inserção, etc., mostram bem que na sociedade moderna as fronteiras se diluíram entre a esfera social e as restantes esferas, nomeadamente a económica.

Mas o que sabemos é que o desenvolvimento económico não é um fim em si mesmo, é um meio para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, a qualidade de vida e a coesão social (entendida como a luta contra as polarizações sociais) são objectivos do planeamento territorial. O território não é apenas suporte geográfico da modernidade económica e cultural, ele é actor de um esforço constante e global de desenvolvimento da coesão social, e este não é um discurso piedoso nem desejo utópico mas um processo de troca e de acção entre os municípios e os seus eleitos». (Guerra, s/d).

A exclusão social e a pobreza exigem um esforço colectivo, das autarquias, das escolas, da família, com diálogo permanente e dinamização do associativismo local com criação de actividades económicas que promovam o trabalho social numa perspectiva de dinamização das populações (Fernandes, 1998, p. 56).

«Diante do esvaziamento do espaço público contemporâneo e do crescimento de demandas sociais não atendidas, o risco é o de fragmentação da sociedade civil e a ausência de projetos coletivos capazes de criar novas agregações sociais. Sabemos que a condição essencial para a cidadania é a mediação dos conflitos pela sociedade política, pela negociação e luta pela hegemonia. A esfera pública é espaço de lutas sociais entre diferentes projetos, por vezes antagônicos, e revela a insuficiência da esfera privada para processar novas relações sociais» (Raichelis, 2006, p. 20).

O Estado, que por si mesmo não cria uma identidade colectiva de sociedade e que não é o único mediador no processo de integração social, mas que impede a desintegração social em todos os sentidos, acaba por adquirir legitimidade perante os outros sectores e poderes sociais (Mozzicaffredo cit in Freitas, 2001, p. 80).

«Os elevados níveis de pobreza (...) são principalmente determinados pela estrutura de desigualdade (...) ou seja, pela perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão económica e social. A pobreza e a desigualdade são fenómenos distintos, ainda que associados» (Bichir, 2006, p. 38).

Existem múltiplas dimensões da pobreza e esta não pode ser definida unicamente através de critérios económicos de ingresso e consumo - por meio da linha de pobreza absoluta ou relativa - ou seja que não sejam apenas considerados pobres os que têm um nível de bem-estar inferior ao da maioria ou a um certo patamar de bem estar (Mingione, 1999 cit in Carpin, 2005, p. 22) Logo a segregação espacial pode ser entendida como um dos aspectos possíveis da pobreza urbana na sua dimensão espacial. (Carpin, 2005, p. 22)

## 2.2 - Segregação

«A primeira Escola de Chicago marca o nascimento da sociologia urbana e lança a discussão sobre a segregação, actualizada, actualmente, com o tema da cidade global» (Préteceille, 2004, *cit in* Bichir, 2006, p. 40) «Esses primeiros estudos sobre segregação, desenvolvidos nas décadas de 20 e 30 nos Estados Unidos, referiam-se especialmente aos guetos de população migrante (Park et al, 1925 *cit in* Bichir, 2006, p. 40).

«O termo segregação é ambíguo, uma vez que designa tanto um processo como o seu resultado (...) vê um grupo ser mantido à distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. (...). Aplica-se, além disso, a realidades diversas: étnica, racial e social nomeadamente. (...). A segregação racial não se confunde necessariamente com a exploração ou discriminação, e até pode mesmo, por vezes, apresentar-se como o contrário - “separados e iguais” (...)» (Wieviorka, 2002, p. 67).

Uma das obras da lavra da Escola de Chicago, *The Ghetto*, de Louis Wirth (1928) mostra que tanto o gueto medieval, como o gueto moderno, da Cidade de Chicago correspondem à protecção e a um conjunto de recursos em vez de serem, apenas, um lugar de rejeição, para os que aí residem. O facto de viver separadamente, deste ponto de vista, contribui para poder construir uma comunidade viva, com a sua própria cultura, regras e leis e até economia e política. Como tal, a segregação urbana, vista na mesma perspectiva, é mais um benefício que um mal, dado que permite, aos indivíduos, participarem na vida da grande cidade, beneficiando, ao mesmo tempo, de recursos de uma comunidade étnica inscrita num território mais pequeno. Pressupõe um acompanhamento da modernidade, e o racismo, neste ponto, é visto como tensões interculturais. No entanto, esta imagem ideal da etnicidade e da segregação urbana desfez-se, nos Estado Unidos da América, no momento em que os negros chegaram em grande número à Cidade de Chicago, no início do século XX, e construíram um proletariado industrial. Passaram a viver numa situação de grande pobreza, em guetos que deixaram de ter aqueles predicados positivos, desenvolvidos pela Escola de Chicago e passaram a ser privados do essencial dos seus recursos culturais, económicos e políticos. Passa a haver uma segregação total, racial e social em que o racismo combina com a exclusão social. A segregação pode ser resultado do funcionamento de mercado, lógicas institucionais ou políticas ou, até da sua combinação. O mercado pode gerar segregação como, por exemplo, no que refere ao jogo das compras e das vendas e dos contratos de locação, ou do próprio comportamento dos pais dos alunos quando podem escolher as escolas que os seus filhos frequentarão (Wieviorka, 2002, pp. 67-70).

«Outra distinção realizada por Marcuse (2004) refere-se às aglomerações espaciais formadas por segregação voluntária - caso de grupos de migrantes, geralmente com a mesma origem étnica, que resolvem morar no mesmo local, reforçando, assim, laços comunitários e de

identidade (...) (Davis, 1992; Caldeira, 2000) - e por segregação involuntária - caso dos guetos de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, dos guetos negros da África do Sul durante o apartheid e dos guetos negros dos Estados Unidos pré direitos civis» (Bichir, 2006, p. 41-42).

Ainda, para Bichir, «Um outro sentido de segregação refere-se à separação entre grupos sociais no espaço<sup>14</sup> (Torres, 2005<sup>a</sup>; Pasternak, 2004) configurando certa homogeneidade interna (Villaça, 2004) e heterogeneidade externa - ou seja, trata-se de analisar os padrões de semelhança e diferença na distribuição dos grupos sociais no espaço, segundo uma certa clivagem (Marques, 2005)» (Bichir, 2006, p. 42).

«A segregação racial corresponde a uma lógica de diferenciação, a discriminação corresponde antes a uma lógica de hierarquização. Consiste (...) em invocar a raça para lhe conferir um tratamento diferenciado. (...) A discriminação racial é susceptível de se exercer em todos os domínios da vida social, no acesso à educação, à saúde, ao emprego, à habitação, no interior da empresa e nos locais de trabalho, por vezes também nas associações (...)» (Wieviorka, 2002, p. 70).

O facto de residir em ambientes segregados cria isolamento em relação ao acesso às redes sociais e económicas mais relevantes (Bichir, 2006, p. 81).

«Diversos autores têm apontado os efeitos da segregação social, entendida como um dos aspectos possíveis da pobreza urbana, sobre as redes de relações sociais, uma vez que se vê reduzido o contacto entre os diferentes grupos sociais (Marques, 2005; Torres, 2005; Sunkel, 2003; Briggs, 2001). Uma das consequências dessa redução é a limitação do acesso aos recursos entendidos como capital social (informação, influência, prestígio, dentre outros)» (Carpin, 2005, p. 14).

«A segregação residencial é diferente da segregação em sentido sociológico, apesar de haver relações entre os dois fenómenos (Sabatini, 2004)<sup>15</sup> É possível haver uma grande distância social com proximidade espacial, e vice-versa, o que tem relação com a dimensão do simbólico, dos valores que legitimam ou não as desigualdades em uma dada sociedade (Scalon, 2005)» (Bichir, 2006, p. 18).

A periferia, com a sua ausência de infraestruturas, acaba por constituir uma forma de segregação sócio espacial, por implicar prejuízo em muitos indivíduos no acesso aos serviços colectivos produzidos pelo Estado. Devido ao processo de crescimento urbano, acentuado nos

---

<sup>14</sup> «Essa forma de segregação extrema corresponderia à exclusão social em sentido mais forte, de acordo com Castel (1997)» (cit in Bichir, 2006, p. 42).

<sup>15</sup> «(...) pode haver redução da segregação com o aumento das suas consequências sociais (tais como pior qualidade dos empregos, menos segurança, privatização dos serviços públicos) especialmente para os grupos mais pobres (...)» (Bichir, 2006, pp. 18-19).

anos de 1970, as áreas periféricas passaram a ser o local de residência da classe trabalhadora e os grupos mais pobres acabam por ser, sempre, empurrados para aí, onde as rendas são mais baixas, o que gera a segregação espacial dessa classe trabalhadora. Estas áreas são caracterizadas pela ausência de investimentos públicos, precaridade e distância em relação ao centro (Bichir, 2006, p. 31-33).

## 2.3 - Diversidades Étnicas

«Segundo Barkan, o progressivo abandono da ideia de “raça” não foi um processo simples nem decorreu apenas de uma reação ao horror do nazismo, mas envolveu, por um lado, factores relacionados com a situação social e o posicionamento ideológico dos cientistas e, por outro lado, os próprios constrangimentos metodológicos que as diversas ciências envolvidas, (...) impunham (Barkan, 1992, p. 202, cit in Vala, 1999, p. 146)».

Segundo este mesmo autor, as ideias de “raça” tiveram de ser submetidas à validação científica. «Como refere Gould a ideia de “raça” é uma ideia arbitrária e “estudos intensivos, durante mais de uma década, foram incapazes de detectar um único gene de ‘raça’ - ou seja, um gene presente em todos os membros de um grupo e ausente nos restantes, (...) A maior preponderância de variabilidade humana ocorre no seio dos grupos, não nas diferenças entre eles» (Gould, 1985, cit in Vala, 1999, p. 146).

Neste contexto, as ciências sociais abandonaram o conceito de “raça” e passam a basear-se no conceito de etnia, conceito que pressupõe diferenças culturais entre grupos que são socialmente transmitidas e não geneticamente herdadas. «E, tal como no campo científico, também a nível institucional e político, a ideia de “raça” foi substituída pela ideia de etnia e de diferenças culturais, nomeadamente a partir da Segunda Guerra Mundial (...)». (Apesar de em Portugal, o Dia da Raça só ter sido eliminado após o 25 de Abril de 1974). É, assim, mais fácil exprimir diferenças culturais do que raciais, sendo aquelas socialmente mais normativas para justificar os conflitos sociais e as relações sociais marcadas por assimetrias de poder. No entanto, quando se diz: somos culturalmente diferentes, estamos a dizer que somos culturalmente superiores (Vala, 1999, p. 146-148).

«A perseguição das minorias é um fenómeno universal, assumindo formas particulares em cada cultura, de acordo com o carácter político, étnico, sexual, etc., da minoria alvo dessa perseguição. (...) Podemos, no entanto, pensar com legitimidade que, ao longo dos séculos, se desenvolveram duas culturas sobre a perseguição de minorias. Por um lado, uma cultura do consentimento, cuja regra lapidar, *cujos regio, ejus religio*<sup>16</sup>, implica a conversão ou a exclusão forçada de quem quer que não se submeta. Por outro lado, sobretudo a partir do século XVII,

---

<sup>16</sup> “A cada terra, sua religião”.

uma cultura da dissidência (Moscovici, 1998, *cit in* Vala, 1999, p.103) que justifica a existência de minorias, e reclama a tolerância e solidariedade para com elas. Os filósofos Locke e Spinoza esboçaram uma teoria sobre esta última orientação cultural, e a Revolução Francesa instituiu-a como um dos direitos do homem, ao proclamar o direito de resistir à opressão. A originalidade nesta nova cultura contribuiu, evidentemente, para apoiar a existência das minorias, fornecer recursos para a sua criação e um sentido para a sua resistência à maioria. Mas conduz, igualmente, à atribuição, a esta última, da responsabilidade dos actos de intolerância e de todos os atentados à liberdade dos homens. (...) A existência destas duas culturas na Europa acarretou consequências sociais, políticas e psicológicas». (Vala, 1999, p. 103).

Também «a descrição das formas de ocupação e apropriação do espaço em meio urbano foi promovida pela chamada Escola de Chicago. (...) Foi Park quem instituiu a teoria da relação causal entre distância social e distância física: o que está em causa é fundamentalmente, neste período, a existência de uma sociologia do espaço a partir da qual as diferenças sociais entre grupos podem ser “medidas”» (Duchac 1974, p. 221, *cit in* Maia, p. 34). Como Park afirma: «Si, en société, nous vivons ensemble, nous vivons aussi à l'écart les uns des autres, de sorte que les relations humaines peuvent toujours être analysées, avec plus ou moins d'exactitude, en termes de distance.» (Grafmeyer et Joseph, 1990, p. 43 *cit in* Maia, 2002, p. 34). Tendo em conta esta teoria, os diferentes grupos vão ocupando parcelas de um espaço que, tendo em conta uma ordem de importância étnica, social e económica, num processo conflituoso, uns têm domínio sobre os outros dependendo da capacidade que uns têm para se sobrepor aos demais. Em alternativa, poderá ser uma assimilação progressiva dos mais fracos aos mais fortes. «Assim, aqueles que por efeito das migrações se situam num espaço marginal e de segregação, à medida que se vão integrando na comunidade, tenderão a ocupar espaços mais nobres na cidade. (...) A maior concentração de indivíduos tende a criar diferenciação e especialização: os que migram para a cidade são acolhidos, na grande maioria, num espaço segregado, o gueto, que lhes permite uma primeira socialização, vista até como uma vontade de conterrâneos para permanecerem em conjunto. Pouco a pouco, a sua integração e socialização é acompanhada por uma partilha do espaço, tendencialmente indistinta, com os naturais e aqueles que há mais tempo aí se encontram radicados» (Maia, 2002, p. 34)

«A migração interna teve, como consequência, mudanças importantes a nível político e sociológico» (Vala, 1999, p. 63). «O impacto social das migrações provocado pela industrialização fez-se sentir significativamente nas cidades. É aí, onde se instalaram as fábricas, que passam a adensar-se em bairros sociais os operários provenientes dos meios rurais (Raison 1986b, p. 336), cujas condições de existência, tanto residenciais como laborais, tiveram larga repercussão sobre o pensamento social de então» (Freire, 1993, pp. 284-286; Lumbrales, 1988, pp. 107-118, *cit in* Maia, 2002, p.33)

### 2.3.1 - Etnia Cigana - Uma Minoria Étnica

«Ciganos. E mais uma vez a minha raiz Humana estremeceu. São eles que me dão sempre a medida absoluta da liberdade que não tenho e por que suspiro. Anarquistas em espírito e corpo, lembram-me príncipes do nada, milionários do desinteresse, sacerdotes da preguiça, ampulhetas obstinadas onde o tempo não se escoia. Comem a podridão, vestem-se de absurdo, são marcianos na terra. E a vê-los caminhar do transitório, é a imagem do homem ideal que vejo passar, lírica e desdenhosa» (Miguel Torga, Diário vol. VII, *cit in* Coresão e Pinto, 1995, p. 18).

Desde a sua chegada à Europa (séculos XIV e XV) que os ciganos foram olhados como intrusos e a sua presença suscitou desconfiança, medo e rejeição. Tanto para igreja como para os príncipes, como para os camponeses. Eram uma preocupação, apesar dos seus grupos pouco numerosos. A sua imagem era repulsiva, tanto pelos costumes e modos de vida, como pelo vestir ou pelo falar. Era uma imagem que misturava feitiçaria com ladroagem e propagação de doenças que os condenou para toda a vida e não faltaram políticas de exclusão em todos os países, levada ao extremo, na Alemanha, pelo regime nazi (Légeois, 2001, pp. 35-37).

Só na segunda metade do século XX foram desenvolvidas ideias de humanismo. E começa uma política de inclusão, desenvolvendo-se uma política de acção social, que veio humanizar, reforçar e normalizar aquele que é visto como um marginal e “transformá-lo num ser diferente banalizado” para os tentar adaptar activamente a uma nova situação sempre que tivessem dificuldade em o fazer. No entanto, as imagens que se foram construindo dos ciganos têm tendência a apagar quaisquer aspectos culturais e a fazer ressaltar um “problema social”. A inclusão torna-se numa reclusão, do ponto de vista humanista, pois ao passar de nómada a sedentário não será perseguido e terá um maior número de apoios sociais. A inclusão é sinónima de assimilação e, decidida nos anos cinquenta, passa a ser fortemente impulsionada na década de setenta, com novas regulamentações com a aceitação da sua presença permanente nos países que se tornaram multiculturais. E, o desejo dos países é, quanto aos Ciganos e Viajantes, conseguir uma “integração social”, o que está contornado de obstáculos (Liégeois, 2001, p. 40-43).

«As raras tentativas de “integração” tiveram sempre um inequívoco sentido repressivo de *dissolução* ou *domesticação* do povo cigano (...) Nunca foi intentada uma política de autêntica *integração* na sociedade dos cidadãos» (Cortesão e Pinto, 1995, p. 19). Então, não sendo expulsos, passaram a ser segregados.

Os ciganos continuam a preservar a sua identidade cultural, apesar da sua interação com os costumes opostos, ou seja da maioria, perpetuam a sua autonomia cultural, mantiveram, durante cinco séculos, a sua cultura e tradições que, para além disso, se desenvolveu perante adversidades, tais como o clima político e religioso, sendo escorraçados. (Vala, 1999, p. 105).

A escolarização das crianças é uma adaptação activa ao ambiente em que se vive e a escolarização das crianças de etnia cigana tem sido um fracasso em todos os aspectos: tanto para os pais que não querem que os seus filhos vão à escola, como para os professores, para os governos e, até mesmo, para os pais que querem escolarizar os seus filhos (Liégeois, 2001, p. 23).

«A independência profissional é um valor essencial para o cigano (...). A liberdade no campo económico é que é essencial e não a liberdade geográfica. Essa independência permite ao indivíduo ser senhor do seu tempo, estar disponível para se ocupar das suas actividades sociais e para manter as suas relações sociais». (Liégeois, 2001, p.54, 63). No entanto, a possibilidade de usufruir de apoio social e de subsídios de pobreza levaram os ciganos à sedentarização, o que leva a torná-los numa população que vive sem fazer nada, à custa do Estado.

Os ciganos continuam a ser assinalados pela desconfiança e o receio, pelo sentimento de desconfiança que nutrem e por estimularem de uma sensação de insegurança - as próprias acusações de roubos, de agressões físicas - fazerem a sua própria justiça, o que os leva a serem julgados como perigosos - uma “perigosidade social” como lhes chama Vala (1999, p. 107), o que vai criar um distanciamento social e uma rejeição pelo não cigano e acentuam-se as diferenças e as conseqüentes atitudes negativas.

No âmbito das actividades profissionais que fui desempenhando fui comprovando que os ciganos continuam a manter os seus costumes e cultura tradicionais, apesar de haver uma certa aculturação que se denota ao nível das relações de poder e do respeito pelos detentores do poder. Este respeito deve-se, sobretudo, aos prejuízos experimentados resultantes da punição, no entanto nunca assumem um papel de culpados - continuam com uma rejeição às regras de urbanismo.

Os conflitos entre etnias continuam a existir, principalmente entre as comunidades de ciganos e as populações. São efectuados abaixo-assinados, pelos residentes dos bairros para que os afastem e os retirem dos espaços habitacionais. Apesar de não haver um acesso aos mesmos, tendo em conta que os mesmos são dirigidos aos membros que constituem o poder político, que procura dissimular, com a finalidade de não criar tumultos entre os residentes nos bairros, acabamos por ter conhecimento dos mesmos por alguns dos inquilinos aí residentes. O último abaixo-assinado de que houve conhecimento foi na Boidobra, no Bairro da Alâmpada.

## III - Enquadramento Político

### 3.1 - O Papel do Estado e Políticas de Habitação social em Portugal

«A casa, desde sempre se formulou como princípio primordial da arquitectura, transformando lugares, evidenciando culturas e justificando-se em si própria na sua função de habitar. Deste modo, o habitar encontra-se na génese da arquitectura, implicando assim uma circunscrição de um espaço, gerador de uma dualidade interior e exterior. A habitação define-se, portanto, não como um mero refúgio, mas como um espaço que permite a permanência e a vida» (Sousa, 2007).

Foi a partir da Revolução Industrial que os arquitectos passaram a ter uma maior atenção pela casa e passaram a desenvolver-se preocupações pelos consequentes problemas sociais. A partir dessa altura, deu-se uma enorme afluência aos centros urbanos e industriais, o que provocou problemas, tanto no funcionamento desses centros como na estrutura social. Passou a haver sobreocupação dos espaços e, conseqüentemente, uma descida da qualidade de vida. Perante isso, iniciou-se um movimento de arquitectos com a finalidade de serem desenvolvidos novos modelos de habitação social.

Em 1899, devido a uma epidemia de peste bubónica, houve uma outra diligência para a construção de bairros no Porto, para abrigar operários. Estes bairros eram pensados para que as famílias pudessem viver isoladas dos vizinhos e eram necessários para proteger a ordem social e evitar a propagação de doenças. Melhorando as condições habitacionais dos operários, com habitações individuais, poderia ser evitada a promiscuidade e a disseminação de doenças. Para além de uma melhoria da qualidade de vida, isso iria permitir o reforço da ordem social com o acesso à propriedade, bem como facilitaria a consolidação da instituição da família (Teixeira, 1992; Matos, 1994).

Em Portugal, a habitação para operários começa a estar presente nas discussões políticas no início do século XX, na cidade do Porto. Até aí não havia qualquer reflexão sobre o que seria a habitação para operários ou se haveria um tipo específico de habitação com essa função - abrigar operários (Teixeira, 1992; Matos, 1994).

É neste contexto que Salazar estabelece políticas para a fundação de um modelo de habitação para operários (Sousa, 2007) e foi durante o Estado Novo que se verificou um período fecundo no que toca à questão da habitação social (Alves, 2008).



Esta questão, da habitação social, que é a habitação de iniciativa pública ou com participação pública (Baptista, 2001, p. 74), parece estar ligada às sociedades capitalistas<sup>17</sup>, até porque as classes mais baixas ou assalariadas não têm rendimentos que permitam soluções mais justas. Apesar de haver problemas habitacionais em sociedades com ideais antagónicos ao capitalismo, esses problemas são distintos dos do ocidente (Alves, 2008).

Pensar a Política de Habitação Social é pensar no bem-estar, na qualidade de vida das pessoas e, logo, pensar numa casa é pensar numa resposta a problemas sociais (Alves, 2008). Viver numa habitação condigna, com espaço para todos os elementos do agregado familiar, com infraestruturas básicas, como a água, saneamento e electricidade e «cuja estrutura física se insere no seu meio ambiente e nos padrões socioculturais e étnicos dos seus moradores, é simultaneamente um factor de bem-estar individual e familiar ao combater situações de pobreza e exclusão, e é também um factor de promoção da inclusão, no sentido em que previne comportamentos de marginalidade e violência urbana» (Brito et al, 2005).

Os programas habitacionais, nos centros urbanos e industriais, contribuem, ainda, para um mais fácil acesso de todos à cidade, pois, com o crescimento urbano, houve vários factores que provocaram a decadência dos centros. A população com menos recursos estende-se para a periferia constituída por áreas sem infraestruturas e distantes dos locais de trabalho, o que provoca uma separação das classes sociais, um subaproveitamento dos recursos já existentes e a ampliação daquelas infraestruturas para áreas não ocupadas anteriormente (Diogo, 2004).

Uma forma de popularizar a cidade era a implementação de programas habitacionais nas áreas centrais que optimizassem o uso das infraestruturas e dos serviços públicos já existentes. O empobrecimento dessas áreas deve-se, em parte, à diminuição do número de moradores; à existência de inúmeros imóveis vazios e subutilizados; à degradação do património histórico e à fragilidade habitacional (à medida que os imóveis se vão degradando, a população mais carenciada acaba por arrendar ‘cubículos’ nessas áreas para estar mais próxima dos empregos e ter menos custos nos transportes e utilizar os serviços públicos), o que provoca uma mudança no perfil socioeconómico dos moradores, dos usuários e das actividades locais e leva a uma ampliação dos serviços públicos para a periferia e a um subaproveitamento dos que já existem - característica da separação das diferentes classes sociais. Assim, promover a habitação social nas áreas centrais ficará favorecida a melhoria da qualidade de vida da população e essa democratização do acesso à cidade (Diogo, 2004).

---

<sup>17</sup> «As relações sociais (...) derivadas do sistema capitalista, fomentam a exclusão, a discriminação e a segregação capazes de equacionar o surgimento e o uso da violência e as representações mais ou menos preconceituosas delas decorrentes tanto institucional como socialmente» (Gusmão, 2004, p. 150).

«Apesar de serem múltiplas as entidades ligadas à habitação social, entre 1953 e 1962, apenas 5% do total de alojamentos foram produzidos com apoio estatal» e, em 1959, com a abertura de Portugal à European Free Trade Association (EFTA)<sup>18</sup>, com o início das relações com a então Comunidade Económica Europeia e com o surgimento da guerra colonial deu-se uma mudança no plano económico o que incrementou um reanimado dinamismo industrial e um novo desenvolvimento urbano que fez notar as limitações do sistema de produção habitacional do país que se tornou evidente.

Entre 1965/1967 com o Plano Intercalar de Fomento, foram identificadas falhas quanto a matérias habitacionais públicas bem como no que toca às limitações do sector privado na produção social de habitação e, em 1968/1973, é lançado o III Plano de Fomento em que passa a haver coerência nestas matérias. Eram necessárias políticas de habitação social para as populações que se deslocavam para os novos polos de oferta de trabalho, visto que o mercado livre de habitação não era ajustado aos seus rendimentos. Foi, assim, criado o Fundo de Fomento de Habitação (FFH) para concentrar competências quanto à habitação que eram atribuição do Ministério das Obras Públicas. Nasceu, então, a concepção dos Planos Integrados<sup>19</sup>, ao abrigo das novas orientações do III Plano de Fomento (Portal da Habitação - Os Planos Integrados).

O FFH<sup>20</sup> foi, então, o impulsor dos programas de promoção directa e da construção de habitação que proporcionou a algumas famílias uma habitação condigna, afectando recursos financeiros para o sector habitacional que, até então, tinha fraca representação nas políticas governativas. No entanto, em 1982 entrou num processo de extinção devido ao descrédito proporcionado pela deficiência das construções e pela pouca rigorosidade da gestão financeira, extinção que criou um enorme vazio pela falta de órgãos administrativos que o substituíssem, o que provocou uma paragem no crescimento da habitação social (Velo, 1984).

Em 1987 sucede-se-lhe o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE)<sup>21</sup> vocacionado para assumir as funções do FFH, mas já então adaptado às

---

<sup>18</sup> Em Português: Associação Europeia de Comércio Livre - organização europeia fundada pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça para defenderem os seus interesses económicos através da criação de uma área de comércio livre em que os produtos dos estados membros não estavam sujeitos ao pagamento de impostos aduaneiros (Wikipédia)

<sup>19</sup> Designados Planos Integrados por a concepção urbana do espaço ser enquadrada por princípios de integração social, ambiental e de complementaridade territorial nos empreendimentos públicos de grande envergadura (Portal da Habitação - Os Planos Integrados).

<sup>20</sup> Decreto-Lei 49033 de 28 de Maio de 1969.

<sup>21</sup> Decreto Lei 88/87, de 26 de Fevereiro

novas filosofia e política habitacionais completamente divergentes daquelas a que o FFH procurou dar execução, que passa a gerir o parque habitacional, construído após 1974. O parque habitacional construído através dos programas do Estado Novo passa a ser gerido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS). Os bairros sociais e os seus residentes ficam, assim, consagrados ao abandono, o que deu origem à degradação das habitações, a venda de chaves, entre outras consequências (Vilaça, 2001, p. 86). Passou a haver um vazio entre os moradores e as instituições.

A redução do papel do Estado na promoção pública habitacional e o desdobramento das instituições estatais vão provocar um enriquecimento na habitação social e, em 1984, é criado o Instituto Nacional de Habitação (INH) como símbolo de uma tentativa na política habitacional do País, no sentido de “colmatar a brecha de um aparelho administrativo essencial à preparação dos estudos e do planeamento de políticas habitacionais, servindo como um apoio técnico especializado” (Velo, 1984, p.82). Estão, assim, criadas as bases para dar um maior dinamismo à política de crédito à habitação e para a segunda fase da política habitacional, que se iniciou em 1985.

O INH tinha como pressuposto retomar o apoio financeiro aos programas de renda económica, cuja competência foi transferida para os municípios e à habitação a custos controlados promovida pelas cooperativas, empresas municipais e municípios.

A focagem principal do INH era a habitação social, tanto quanto à elaboração de normas bem como quanto à certificação de projectos e financiamento de programas aos municípios, cooperativas, empresas particulares e gestão de programas e fiscalização de obras (Portal da Habitação - Apresentação).

Em 2006 o INH foi objecto de reestruturação e redominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.)<sup>22</sup> no qual se integraram dois organismos que foram extintos posteriormente, o IGAPHE e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

O IHRU passou a ter um maior papel na produção técnica, com um papel de representante na dinamização de programas e acções de financiamento mais diversificadas, quanto à política de habitação, não prevendo alienar o património de milhares de fogos que ainda possui, mas com o pressuposto de assumir uma orientação, juntamente com as autarquias locais para um acompanhamento mais próximo<sup>23</sup>. Tinha a imposição da implementação de novos modelos de

---

<sup>22</sup> Decreto-Lei 207/2006, de 27 de Outubro.

<sup>23</sup> Note-se que o IGAPHE havia alienado alguns fogos a favor dos municípios por não ter condições para administrar o vasto património que possuía. No caso da Covilhã os fogos na Rua cidade do Fundão, Mateus Fernandes e alguns dos Penedos Altos são disso exemplo.

habitação (Portal da Habitação - Apresentação). «Até há poucos anos - 10/15 anos - ninguém pensava na reabilitação». Havia um défice de habitação e logo pensava-se em construir novos edifícios. «Hoje há excesso» e «(...) não convém construir mais casas novas» mas reabilitar. Faz mais sentido recuperar edifícios, pois os materiais antigos têm uma maior durabilidade que o betão, que se pensava ser um material eterno, mas que se concluiu que é bastante degradável e que tem um limite de durabilidade muito limitado (Velez, 2009, p. 17, 18).

O IHRU passou a ter como prioridade a reabilitação de vários imóveis, através de planos integrados, que são ‘investimentos públicos de grande envergadura e intervenções de cariz urbanístico’ com o intuito da integração social, ambiental e a complementaridade territorial, que não se resumiam à construção de habitações. Esses planos integrados procuram garantir a criação de um território urbano, que para além da função residencial conseguisse complementar as lacunas através de acessibilidades e equipamentos, criando um ambiente saudável que pudesse dar origem a outras áreas de expansão ordenadas. Para isso, teriam de ser elaborados estudos com recenseamento, no terreno, de modo a que os moradores fossem acompanhados o mais de perto possível, com um real conhecimento das preocupações e das necessidades, criando incentivos com vista a um processo que se quer participado. Só a partir desses estudos no terreno se pode avançar para a intervenção material com vista a conservação da rua.

A corresponsabilidade estende-se às organizações locais, públicas e privadas. São necessárias equipas externas para a caracterização socioeconómica da população residente, no intuito desse levantamento social beneficiar a concretização dos Planos Integrados, com criação de emprego, para alguns bairros, com vista a solucionar problemas da população que aí se instala (Peralta, 2009, pp. 14-15).

O IHRU procura fazer uma gestão de proximidade, retomando a ligação da componente social com a componente física da obra. Tem como objectivo, a proximidade do cidadão/inquilino que é obrigado a conservar a sua fracção, procedendo a reparações, sendo corresponsabilizada pela habitação. Em termos sociais, o IHRU, pretende criar motivações e urbanidade no sentido de intercalar pessoas de várias condições sociais podendo algumas pagar mais, com a finalidade de ser ultrapassada a “guetização”. No entanto, este será um projecto lento por requer equipamentos que permitam a convivencialidade social, disponibilizando as pessoas para uma sociedade mais aberta (Peralta, 2009, pp. 8-9)

Para a recuperação e reabilitação das habitações o IHRU conta com programas como o RECRIA, o REHABITA, o RECRIPH e o SOLARH, PROHABITA, PER e Porta 65 Jovem (Peralta, 2009, p. 5). Nos planos de intervenção estão previstos financiamentos à construção a preços controlados, através das câmaras municipais, cooperativas, empresas e IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). «Num programa mais político, o IHRU está a

desenvolver o Observatório da Habitación - que efectua estudos nas áreas abrangidas pela instituição - e o Plano Estratégico da Habitación, que pretende ser um guia de políticas que cruzem o inventário dos imóveis disponíveis e das necessidades e carências de habitación das populações. (...) Oferece serviços de reabilitação, que podem mudar a face das zonas urbanas» (S., 2009, pp. 31-32). Na opinião de Virgínia Almeida<sup>24</sup> «interessa sublinhar que se pretende promover uma intervenção entre um Instituto Público (IHRU) e as universidades para que a investigação universitária apoie o sector público nas suas actividades e análises e para bem fundamentar a tomada de decisões» (Almeida, 2009, p. 5).

Para Ruivo (2002) uma parte substancial do Poder Local em Portugal tem optado por políticas modestas de parceria, no combate à pobreza e exclusão social, sendo a Sociedade Civil, nomeadamente a sociedade civil formal (Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS's) que se têm comprometido nestas situações. Isto é, uma sociedade civil que em parte é mantida pelo Estado. O Estado tem vindo a desviar-se deste compromisso, descartando-se de algumas responsabilidades, defendendo a sua alegada incapacidade de fazer face às crescentes necessidades passando a atribuir competências à sociedade civil, o que faz com que algumas correntes o apelidem de “providencial estatal decadente”. «A função do Estado passaria a ser de tutela, controlo, financiamento e dinamização de iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil através das suas instituições reconhecidas» (Ruivo, 2002, p. 33). As instituições da sociedade civil mantêm uma continuada dependência do Poder Central, tanto burocraticamente como financeiramente como em logística, apesar de proclamarem a sua autonomia, pois sem o Estado não conseguiriam dar prosseguimento aos seus objectivos. Elas são uma ‘metamorfose’ do Estado-Providência que as mitiga, sendo que o Estado tem propensão a absorver e penetrar essa sociedade civil ‘secundária’ como Santos a designa (Santos, 1987, p. 40, *cit in* Ruivo, 2002, p. 33).

As novas formas de organização não se transferem para as relações sociais e não assentam num desenvolvimento uniforme, pelo contrário traduzem-se num desenvolvimento desequilibrado. As autarquias locais, herdaram um vazio de competências das políticas do regime anterior que quase foram ignoradas pelo Governo de Marcelo Caetano e só após o 25 de Abril de 1974 assumiram contornos de um poder local efectivo, ao mesmo tempo que decorreu um desenvolvimento para a criação de um Estado-Providência tardio, que caracteriza a situação portuguesa (Silva, 1995, pp. 107-108).

Essa dependência em relação ao Centro poderá estar ligada a contextos históricos. As situações de crise vividas pelas sociedades foram sendo alvo de preocupações por parte do

---

<sup>24</sup> Coordenadora do Observatório da Habitación e Reabilitação Urbana.

Estado e os territórios passam a atribuir-lhe uma importância primordial nos desígnios da intervenção social (Ruivo, 2002, pp. 34-35).

A escassez de melhores condições de bem-estar tem sido atribuída ao Estado-Providência, ao poder local e ao forte intervencionismo do Estado, tanto a nível normativo como ao nível dos apoios prestados.

### **3.2 - Habitação Social no Concelho da Covilhã**

No Concelho da Covilhã, desde a década de 30 até à década de 90 do século XX que o intervencionismo do Estado é visível, ou seja, desde a construção das primeiras casas económicas para operários até à construção de bairros de habitação social.

A execução de políticas de combate à exclusão e à pobreza poderão ter de variar conforme o local para o qual são pensadas e para fazer face à situação de carência habitacional, a Câmara Municipal da Covilhã (CMC) não tem ficado indiferente. Tem adoptado políticas de intervenção através da construção de blocos habitacionais de cariz social no Concelho, apesar de continuarem a persistir carências a esse nível, devido aos baixos rendimentos e/ou falta de emprego. No entanto, houve uma melhoria de salubridade e conforto de algumas famílias, desde 1981.

Para além da construção de blocos habitacionais, a CMC tem vindo a dar prossecução à manutenção das habitações que, com o passar dos anos, se têm vindo a degradar. Vai recuperando os telhados que vão provocando infiltrações, as canalizações, para além de outras intervenções. Tem, ainda, vindo a proceder à recuperação de habitações devolutas, danificadas pelo mau uso, para serem entregues a novos agregados.

Na Covilhã, foi criada uma Empresa Municipal (SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana - Nova Covilhã), no sentido de dar prossecução a uma política de reabilitação de habitações antigas. E, através de candidatura ao PROHABITA, pôde dispor de algumas casas, com uma renda mais acessível que o mercado de arrendamento normal, uma alternativa à habitação social em bairros sociais.

«No decurso das duas últimas décadas atravessamos sucessivos momentos cuja tónica foi a de profundas alterações tanto das práticas como das teorias que fundamentam as intervenções no domínio do desenvolvimento. Com efeito, é um quadro de mudança que, por um lado, se inscreve a contestação aos modelos até à data dominantes, em que o sistema produtivo privilegiava as economias de escala, e que, por outro, emergem novas propostas e abordagens, no seio das quais novas dimensões que não a estritamente económica são contempladas. É também perante este contexto, finalmente, que a dimensão local e a pequena escala têm adquirido significado e granjeado adeptos» (Ruivo, 2002, p. 53)

«Reconheça-se, por outro lado, que o desenvolvimento, ao contrário do crescimento meramente económico, é afinal um processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de vida, animado pela procura da solidariedade e justiça social e alimentado pela participação colectiva enquanto força de expressão comunitária e individual. Perante este entendimento de desenvolvimento e aquele reconhecimento no domínio da actividade municipal sejamos, então, levados a aceitar que o assumir pelas autarquias das suas atribuições não pode continuar a confinar-se aos domínios clássicos das infraestruturas e equipamentos básicos, preocupação esmagadoramente dominante dos autarcas dos últimos vinte e cinco anos. E constata-se, então, a necessidade de redimensionamento da respectiva intervenção integrando, a partir de agora, o social e o económico, o político e o cultural, as políticas macro-dimensionadas com as orientações da escala municipal» (Ruivo, 2002, p. 54).

O desemprego tem sido uma constante na Cidade da Covilhã (terceiro concelho com mais desempregados na Região Centro do País<sup>25</sup>), que se pauta por uma estrutura económica com características predominantemente industriais. As carências habitacionais continuam a crescer devido aos fracos rendimentos, ao desemprego e ao elevado custo das habitações. A falência de várias fábricas que constituíam a fonte de rendimento da maior parte das famílias residentes no Concelho, juntamente com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e com a desqualificação da mão-de-obra, devido às baixas qualificações, continua a levar à marginalidade e à exclusão social, tornando-se, a habitação, um dos elos principais para a integração social, devido ao seu papel preponderante nas condições de vida das populações, podendo mesmo atenuar o conflito e intensificar a autoestima, no sentido de melhorar a predisposição para outras condições que poderão desencadear uma melhoria nas qualificações e na consequente obtenção de emprego.

Foi a partir do século XIX que, em Portugal, se desenvolveu o processo de industrialização que, apesar de lento, foi provocando a concentração das populações nas cidades industriais, desenvolvendo-se a classe burguesa e ao mesmo tempo uma classe operária, que começa a emergir. Tendem a ‘coabitar’, no mesmo espaço urbano, diferentes comunidades raciais com diferentes origens, diferentes costumes, valores e culturas, formando, nesses espaços, múltiplas identidades territoriais, em muitos casos exógenas à identidade original do território que as adopta. Isto provoca o estilhaçamento da comunidade local e a multiplicidade de identidades contrárias, que «(...) poderá explicar o porquê da diminuição dos laços informais de solidariedade e de entreaajuda entre as várias comunidades que se encontrarão, de certo modo, culturalmente isoladas entre si no interior do local». A junção destas características acarretará duas consequências importantes, «por um lado, a consequência que se registará na manutenção ou diminuição do nível das solidariedades

---

<sup>25</sup> «Mais de três mil e 800 sem trabalho na Covilhã», in *Diário XXI*. 2005,02,28: disponível em <http://www.centrofundao.com/mpcore.php?name=Noticias&file=article&sid=2126>

primárias inter-comunidades; por outro, a consequência que se manifestará na tendência por uma forte ou fraca intervenção social local» (Ruivo, 2002, p. 40).

A Covilhã, não é excepção - em 1881 o maior número de unidades de lanifícios estava aí localizado - e, como tal, geram-se mecanismos que dão novos rumos à Cidade. As classes operárias vêm-se na obrigação de procurar edifícios arruinados onde forjam as suas próprias habitações mediante o pagamento de uma renda mais acessível, pois alguns operários dormiam nas fábricas «Eu ainda sou do tempo em que se passava toda a semana metido na fábrica e só se saía ao domingo», refere a personagem “o Marreta” no livro “A Lã e a Neve” de Ferreira de Castro (Castro, 1947, p. 211). O desenvolvimento da indústria fez-se acompanhar do desenvolvimento da construção civil, devido às necessidades de mão-de-obra e ao crescimento da urbanização. Surgem construções de conjuntos habitacionais precários de alta densidade, que dão origem às vilas operárias e aos bairros sociais.

As entidades covilhanenses, juntamente com outras entidades institucionais, não ficaram indiferentes e recorreram a políticas de intervenção no âmbito da construção de habitações sociais e, o Concelho da Covilhã fortaleceu a sua contribuição no apoio a famílias carenciadas em habitação através de programas de construção de bairros sociais.

Desde 1938, com o Governo do Estado Novo, até aos nossos dias, foram construídos, no Concelho da Covilhã, vários blocos habitacionais de âmbito social, na tentativa de colmatar as carências e deficiências habitacionais da população, cujos rendimentos as impossibilitava de resolver esse problema por si própria e, nesse ano, começaram as fundações do primeiro bairro social para operários - o Bairro da Alegria - concluído em 1940. Construído por iniciativa privada em terrenos pertencentes aos proprietários das fábricas, é constituído por habitações geminadas de um só piso, que se dispõem em banda em conjuntos de seis, oito e dez unidades.

Com a finalidade de minorar os problemas de carência em habitação, a CMC promoveu, ainda, o aproveitamento de diversos terrenos para construção e inaugurou o Bairro dos Penedos Altos com 40 moradias que é ampliado, em 1940, em mais 20 moradias económicas construídas pela Secção das Casas Económicas do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, com a participação do Comissariado do Desemprego, que foram entregues em 1943.

Em 1941, a Secção de Casa Económicas desenvolveu mais um projecto para 104 moradias, uma igreja, uma escola, um dispensário, um posto de polícia e um parque infantil e, em 1946, é deliberada a ampliação do número de casas económicas para mais 122 habitações. Simultaneamente, a Federação dos Lanifícios, a Federação dos Melhoramentos Urbanos e a CMC escolhem o terreno para mais um bairro económico e é eleito o Rodrigo, onde é edificado o Bairro do Rodrigo.



O Município assinou, em 1947, um contrato com a Caixa Sindical de Presidência dos Lanifícios para a edificação de dois bairros de operários, com cerca de 100 moradias, dentro da cidade, e, com 24 moradias na freguesia de Tortosendo que ficaram concluídas em 1948, ano em que se deu uma nova ampliação do Bairro dos Penedos Altos.

Em 1951, é inaugurado o Bairro do Rodrigo e, em 1953, é inaugurada a sua ampliação para mais 26 moradias

Em Maio de 1954, é inaugurada a obra de ampliação do Bairro Operário do Tortosendo com mais 10 casas económicas.

De 1955 a 1963, é construído o Bairro Social da Estação, promovido pelas Caixas de Previdência - hoje IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) - composto por 83 fogos e 8 lojas em 1955, ampliado em mais 48 fogos em 1961 e mais 96 em 1963. A sua constituição foi organizada em lotes multifamiliares, com alguns equipamentos socioculturais e comerciais/serviços em espaços exteriores e alguns espaços verdes.

Em 1958, foi decretada, pelo Estado Novo, a Lei n.º 2092, de 9 de Abril, que iria promover a cooperação das Instituições de Previdência, das Casas do Povo e as suas Federações, no fomento de habitação que vai permitir a concessão de empréstimos, aos beneficiários, para construção, benfeitorias e obras de conservação das suas próprias habitações. Esta Lei iria permitir que, na Covilhã, se construíssem alguns fogos pelos próprios beneficiários, mediante empréstimos, designadamente o Bloco Estrela.

Em 1959 teve início a construção de 16 habitações na zona da Estação, para beneficiários das Caixas de Previdência que residiam na cidade, ficando a Câmara com 10 % para a população que pudesse vir a ser desalojada a favor do Plano Municipal.

Em 1961 fica prevista a construção de 42 fogos, junto ao Campo da Bola, para trabalhadores da indústria e mais 105 moradias, de renda económica, com um estabelecimento comercial na Zona da Estação, junto ao Palácio da Justiça e às residências dos Magistrados.

A partir de meados da década de 60, verificou-se uma estagnação na produção de habitações a nível nacional que se manifestou também no Concelho da Covilhã e que se estendeu até 1974, data em que se deu um novo arranque na construção.

Após uma fase de estagnação onde se registou, apenas, a construção de 16 fogos no Tortosendo, pela Fundação Salazar, iniciou-se, em 1981, a construção de mais 12 fogos no Tortosendo, no Bairro do Cabeço através de um acordo entre o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) - que se extinguiu e deu origem, também, ao já extinto Instituto de Gestão e

Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE)<sup>26</sup> - e a CMC, decorrentes das políticas do pós 25 de Abril.

Foram construídos, entre 1981 e 1993, mais 7 empreendimentos habitacionais no Concelho, que tiveram lugar entre dois períodos: de 1974 a 1985 com a construção de 4 empreendimentos, que correspondem à primeira fase da habitação social e tiveram origem em projectos fornecidos pelo FFH, com 48 fogos no Bairro dos Penedos Altos e que resultou de um acordo com o Instituto de Apoio ao Retorno Nacional (IARN)<sup>27</sup> que se destinava ao realojamento dos regressados de Angola ou Moçambique, tendo alguns destes fogos sido convertidos em Propriedade Resolúvel<sup>28</sup>; um bloco com 25 fogos no Bairro do Mercado, em 1985, na freguesia de Tortosendo, que foi alargado para 29 em 1990, composto de habitações que se constituíram, também, em Regime de Propriedade Resolúvel; um empreendimento de promoção directa, em 1985, com 56 fogos na Rua Cidade do Fundão, freguesia de S. Pedro, sendo alguns em Regime de Propriedade Resolúvel e outros de Renda Social<sup>29</sup> - destinados a alojamento de famílias a residir em barracas e a realojados de habitações que faziam parte do plano de urbanização do centro da cidade. Foram, ainda, construídos, na Rua Mateus Fernandes, 48 fogos de promoção directa em Regime de Propriedade Resolúvel, alargados a mais 11, em 1985. Estas habitações foram alienadas pelo IGAPHE em Novembro de 2003 a favor da CMC.

Em 1990 começa um novo período, que corresponde à segunda fase e que se assinala pela construção de: 80 fogos na Quinta da Alâmpada, na freguesia de Boidobra, construídos por promoção directa através de um acordo entre a CMC e o INH, que constituíram a primeira etapa de urbanização desta freguesia e que tinha como objectivo o realojamento de residentes do convento de Santo António e, ainda, residentes de habitações a demolir para a construção do eixo TCT, além de se destinar, também, a abrigar uma parte da população carenciada em habitação. Destes blocos foram vendidos 55, tendo restado 25, que se

---

<sup>26</sup> O IGAPHE está hoje integrado no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU), juntamente com o antigo Instituto Nacional de Habitação (INH) e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

<sup>27</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de Março.

<sup>28</sup> Regime introduzido pelo Decreto-Lei n.º 23.052, de Setembro de 1933 que vem criar melhores condições de acesso à propriedade, tem como base uma política de construção de habitações a custos controlados, com o apoio financeiro do Estado, e é destinado a famílias carenciadas por ter um preço mais reduzido e constitui-se com a celebração de escritura pública de compra e venda. O preço de venda é fixado pela entidade vendedora nos termos da legislação e pode ser pago em prestações constantes ou progressivas, até 25 anos, calculadas à taxa de juro praticada no momento.

<sup>29</sup> Definido pela Portaria n.º 288/83, de 17 de Março, aplicado às habitações promovidas pela Administração Central e Local e atribuídas em regime de arrendamento, que poderá ser convertido em Regime de Renda Apoiada por decisão da entidade locadora.

encontram com Regime de Renda Apoiada; 12 fogos no Bairro da Biquinha, freguesia de Conceição, em 1993, construídos através de um acordo de colaboração assinado em Março de 1991 entre a Administração Central e a CMC. Neste empreendimento estava previsto realojar famílias vítimas dos incêndios florestais ocorridos em 1990, que permanecem em regime de arrendamento apoiado; 12 fogos no Largo da Feira, na freguesia de Tortosendo, em 1993, construção com acordo celebrado entre a CMC, IGAPHE e INH, para arrendamento em Regime de Renda Apoiada. É no mesmo ano que celebra um outro protocolo, com as mesmas entidades, para edificar mais 60 fogos na Quinta da Alâmpada, freguesia de Boidobra com apoio do INH e, simultaneamente, são cedidos, pela CMC, terrenos à Santa Casa da Misericórdia para construir mais 350 fogos e entra um novo ajuste para a construção de mais 500, distribuídos pelo concelho; 24 fogos no Largo da Feira na freguesia de Tortosendo, em 1998, são construídos, com o apoio do INH; mais 24 no Bairro da Biquinha, freguesia de Conceição, em 1999; 52 na Quinta da Alâmpada na freguesia de Boidobra em 2001; 24 fogos na freguesia de Vila do Carvalho e 64 na Urbanização das Nogueiras, freguesia de Teixoso em 2002; mais 71 fogos na Urbanização das Nogueiras, freguesia de Teixoso em 2003; 12 fogos no Bairro do Património, freguesia de Conceição em 2004 e, 148 no Bairro do Cabeço, freguesia de Tortosendo, em 2005.

Existe, ainda um projecto para construção de mais 50 fogos na zona da Biquinha e 24 na freguesia de Paúl que até à presente data não foi concretizado.

Para além das Habitações em Bairros Sociais, a Covilhã, que apresenta um parque habitacional degradado, tem vindo a recuperar, como já foi referido, algumas das habitações, através de uma empresa municipal - SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana- Nova Covilhã) - que tem vindo a arrendar com rendas inferiores às do mercado de arrendamento. Estas tem lugar dentro da cidade da Covilhã e na Freguesia de Tortosendo.

Também o IGFSS, em, Janeiro de 2010, alienou 32 fogos de habitação social a favor da CMC.

Neste momento, a CMC faz a gestão de 135 fogos sociais no Teixoso, 24 na Vila do Carvalho, 188 no Tortosendo; 224 na Cidade da Covilhã, e 134 na Boidobra, um total de 705 fogos.

A CMC tem vindo a responsabilizar os moradores por alguns danos que lhes estão inerentes, tentando, ao mesmo tempo, criar uma responsabilidade por parte destes quanto à manutenção dos espaços de vivência.

## **IV - Abordagem Sociogeográfica do Território em Estudo**

### **4.1 - Caracterização Urbana do Concelho da Covilhã**

O concelho da Covilhã faz parte da Região Centro de Portugal, Sub-Região Cova da Beira (NUT III) e está localizado no Distrito de Castelo Branco. Localizado no centro da região, comporta um núcleo urbano que se situa entre os 450 e os 800 metros de altitude e é composto por com uma população que ronda os 51770 mil habitantes e é constituído por 31 freguesias. O centro urbano congrega as freguesias da Conceição, Santa Maria, São Pedro, São Martinho, Boidobra, Vila do Carvalho e Cantar Galo. O núcleo urbano concentra 25246 mil habitantes - 48,7% da população residente no Concelho. A densidade populacional do Concelho é de 93,9 habitantes por Km<sup>2</sup>. A Covilhã encontra-se na parte sudoeste da Serra da Estrela, onde existe a tradição do trabalho da lã e, por esse motivo, é um dos principais centros de lanifícios da Europa, pelo que traduz uma forte cultura operária, o que originou a criação de vários bairros operários. O encerramento de muitas das suas indústrias gerou um forte desemprego agravado pelas baixas qualificações da população. O processo de envelhecimento da população, que tem vindo a crescer ao longo dos anos, é refreado pela Universidade da Beira Interior, frequentada por cerca de 7000 alunos e mais 200 inseridos no Programa *Erasmus*, divididos por quatro polos - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Faculdade de Ciências da Saúde (Medicina), Engenharias e do Desporto, que coloca a Cidade e a região numa posição destacada quanto ao conhecimento científico e artístico.

A cidade da Covilhã tenta colmatar a falta de emprego através da criação de um parque de ciência e tecnologia - *Parkurbis* que visa apoiar e promover novas tecnologias e o empreendedorismo, ligado à Universidade da Beira Interior. Está, ainda a ser criado um *Data Center* para processamento de dados com abertura em Setembro. Contudo o Concelho, devido às baixas qualificações e à sua forte tradição operária continua a ser assolado por um forte desemprego que leva muitas famílias a sobreviver de subsídios de desemprego e do Rendimento Social de Inserção, o que contrasta com a falta de casas a um preço acessível que o mercado de arrendamento formal/normal não comporta e à elevada procura de casas de habitação social.

As habitações sociais existentes no momento, no Concelho da Covilhã são 705 que dão alojamento a 680 famílias. As candidaturas a uma habitação social eleva-se e presentemente quantificam-se, em 31/07/2013, num total de 363. Dessas candidaturas foram selecionadas 114 famílias a quem foram atribuídas casas; 199 foram arquivadas por não reunirem os

requisitos necessários para uma atribuição de uma casa de habitação social, nomeadamente por elementos do agregado familiar possuírem bens imóveis declarados na Direcção Geral de Impostos - Finanças, por não residirem há pelo menos cinco anos no Concelho da Covilhã, ou por não existirem fogos de tipologia adequada ao agregado ou, ainda, por não serem casos prioritários, tendo em conta a escassez de fogos disponíveis; 50 famílias candidatas encontram-se a aguardar uma habitação social, pois no momento conta-se, apenas, com 25 fogos devolutos, para os quais terá de haver uma selecção rigorosa das as famílias a realojar, contando com casos de necessidade extrema que possam aparecer. Entre estas candidaturas encontram-se famílias à espera de uma casa com condições mínimas de habitabilidade e agregados que não possuem rendimentos adequados às rendas que têm vindo a pagar, devido à elevada taxa de desemprego.

Está a ser estudada a hipóteses de equipar uma casa com todos os electrodomésticos e mobiliário para alojamento temporário de alguma família que possa ser vítima de incêndio ou outra adversidade. Não está, ainda, escolhida a tipologia nem o local, mas será no Bairro do Cabeço, no Tortosendo, ou na Urbanização das Nogueiras, no Teixoso, tendo em conta que são as duas freguesias com mais fogos disponíveis.

A Cidade da Covilhã, presentemente, divide-se em quatro freguesias que a compõem: Santa Maria, Conceição, São Martinho e S. Pedro e o Concelho engloba mais vinte e sete freguesias, entre elas o Teixoso e o Tortosendo onde se situam os Bairros Sociais, objecto de análise deste trabalho de dissertação.

A Freguesia de Teixoso é uma Vila com uma área de 35,6 Km<sup>2</sup> e cerca de 4361 habitantes. Situa-se a 5,4 Km da Cidade da Covilhã, sede de Concelho. Constituem esta Freguesia, o seu núcleo e quatro anexas: Atalaia, Borracheira, Gibraltar e Terlamonte. Tornou-se Vila pelo seu valor agrícola, industrial e pelo número de habitantes.

A Freguesia de Tortosendo é uma Vila com uma área de 17,8 Km<sup>2</sup> e cerca de 5602 habitantes. Situa-se a 5,2 Km da Cidade da Covilhã, sede de Concelho. Foi elevado a Vila em 1927, ano da inauguração da rede eléctrica, em que os teares mecânicos deram lugar a teares eléctricos, o que fez aumentar a produtividade e a qualidade da produção. A partir de então as suas fábricas ganharam fama no país.

## **V - Parte Metodológica e de Referenciação Empírica**

O trabalho de investigação a apresentar é o resultado de um trabalho que se tem vindo a desenvolver com um olhar atento que permite contextualizar o objecto de estudo. A metodologia consiste na descrição rigorosamente detalhada do percurso do trabalho de investigação. Aqui, é indicado o tipo de pesquisa, o tratamento dos dados e os instrumentos utilizados na colecta dos mesmos - o universo da pesquisa - e mostra-se como os dados foram tratados e analisados.

O tema escolhido deve-se, sobretudo, ao facto de a habitação social ser um problema social que poderá ser estudado com o objectivo de tentar encontrar respostas ou formulação de outras questões, através da sua construção como problema sociológico. Deve-se, ainda, ao facto de trabalhar directa e diariamente com este problema, conhecendo, de perto, as carências destas populações para as quais é necessário criar respostas adequadas para o seu desenvolvimento ou adequação às suas vivências. A investigação empírica que é feita através de informação, verificada pelo uso de uma experiência directa, tem como base esclarecer os caminhos percorridos para chegar aos objectivos propostos. Metodologicamente, o trabalho está organizado de forma a apresentar as principais questões que compõem a problemática e identifica alguns conceitos que poderão servir de suporte, ou instrumentos de análise, para uma melhor compreensão dos processos de mudança dos territórios e alterações sociais desenvolvidas, segundo as transformações da modernidade que acabam por ser influenciadas por um contexto global.

O objectivo deste trabalho é, a partir de algumas políticas urbanas, perceber o modo como poderão ser influenciadas algumas dimensões sociais. Também, perceber no que o habitat poderá desenvolver uma cidadania mais activa.

A perspectiva sociológica permite que se olhe para além das estruturas sociais. E a questão da habitação para além de persistir como um problema social é um problema sociológico para o qual as respostas nunca serão suficientes.

### **5.1 - Conceitos Fundamentais e Modelo de Análise**

Há que actuar localmente e reunir estratégias, através dos actores sociais e através das instituições locais em que as autarquias têm um papel primordial, para a construção de novos modelos que erradiquem ou pelo menos diminuam a exclusão das populações mais afectadas,

tendo em conta que estas são a sua representação. Para isso, a metodologia do tipo qualitativo é o método mais adequado aos objetivos.

Neste trabalho, tem-se como referência empírica ou *objecto de estudo* os bairros de habitação social do Cabeço, no Tortosendo e a Urbanização das Nogueiras, no Teixoso, freguesias do Concelho da Covilhã e que são propriedade deste Município. Tem-se como fio condutor as consequências de ser habitante de um bairro social. Se o facto de aí habitar contribui para a exclusão dos seus moradores, ou, por outro lado, constitui um factor de integração, por ser uma alternativa a quem não tem condições económicas para concorrer com o mercado de arrendamento. Abordam-se, aqui, conceitos fundamentais como exclusão, marginalização e integração, inclusão, inserção.

Porém, como em qualquer outro trabalho empírico, conseguem-se atingir outras problemáticas, no entanto, serão determinados, com rigor, os objectivos do estudo, o universo do estudo, a amostragem e todos os conceitos subjacentes ao estudo do problema, as hipóteses e as variáveis a estudar. São aqui traçados e testados os instrumentos de recolha de informação e indicam-se as técnicas de análise a aplicar.

Seguidamente, são recolhidos os dados e é feita a sua aplicação final, com a finalidade de tentar conhecer a origem do problema. Testam-se as hipóteses que poderão dar lugar a soluções mais adequadas para a resolução da problemática.

Na problemática lançada para este trabalho tem-se como pergunta de partida:

*“A habitação social, no concelho, funciona com um mecanismo de inclusão, integração, inserção ou constitui um factor de exclusão e de marginalização dos seus habitantes que passam a ser estigmatizados?”*

Como *objecto de estudo*, estudam-se dois casos: O Bairro do Cabeço no Tortosendo e a Urbanização das Nogueiras no Teixoso, tendo como *objectivo geral* identificar se estas habitações, de baixo custo, contribuem para melhorar a situação daqueles que estavam privados de uma habitação com as mínimas condições de higiene e salubridade, a um preço adequado às suas capacidades económicas, levando à inclusão ou, por outro lado, constituem um factor de maior predisposição à exclusão social devido à estigmatização de que sofrem esses bairros. Como *objectivos específicos*, identificam-se fatores que determinam a exclusão social dos residentes, nomeadamente a localização e a apropriação do espaço, solidez dos laços familiares, grau de empregabilidade e escolaridade/formação profissional; tenta-se perceber se a atribuição de uma casa melhorou a inclusão das populações alojadas quanto ao emprego/rendimento ou contribuiu para uma maior exclusão; faz-se uma abordagem das políticas sociais que possam contribuir para uma melhor inclusão da população mais

desprotegida e fatores que podem condicionar as estratégias de intervenção e participação social, os modelos de organização que definem o tipo de participação/intervenção por parte dos moradores; identificam-se os residentes das habitações em estudo e as suas condições sociais (idade, nível de instrução, qualificação, desemprego/emprego/profissões/salário), tipologia das famílias, versus oportunidades e quais os fatores que levam os indivíduos a optar pelos bairros sociais; avalia-se em que medida a atribuição de uma habitação social contribuiu para uma melhoria do nível de vida dos habitantes, para uma igualdade de oportunidades tendo em conta os indicadores emprego/formação escolar e profissional, educação, participação e associativismo ou seja, se contribuiu para a inclusão dos residentes ou, pelo inverso, para a sua exclusão. Tenta-se, ainda, perceber o que provoca a marginalização destes bairros e dos respectivos habitantes e identificar causas que possam contribuir para a exclusão destas populações e possíveis sugestões para a sua integração.

Tendo, a autora deste trabalho, por efeito da sua actividade profissional, um contacto de longa duração com estas populações e com alguns dos seus problemas, tentou dar uma visão global de como são constituídas essas famílias e de como é a sua vivência. Neste âmbito, foram criadas hipóteses que poderão orientar o trabalho de investigação a fim de não se afastar do que se propõe.

#### **Hipótese Central:**

*“Os bairros sociais, no caso particular do Concelho da Covilhã, não são apenas centros de problemas, eles também originam soluções, criam alternativas e uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida ”.*

#### **2ª Hipótese:**

*“O desgosto pelo bairro não se deve tanto ao sítio onde está inserido mas a problemas de vizinhança, sendo necessária uma educação e a intervenção de equipas multidisciplinares. Tal como a escola, no bairro social, as instituições têm o papel fundamental de educar para viver num espaço comum criando responsabilidades e reduzindo os conflitos”.*

#### **3ª Hipótese:**

*“Para que exista um combate à exclusão social, será necessário criar condições ambientais de segurança e enquadramento paisagístico da zona envolvente, devendo as casas estar preparadas para a sua boa utilização bem como os espaços públicos envolventes e os equipamentos”.*



Para analisar estas problemáticas é utilizado o conhecimento sociológico através de um olhar sobre os modos de vida das populações, condições habitacionais, ocupação espacial, oportunidades e políticas habitacionais existentes. Irão ser identificadas condições externas comuns ou seja, regularidades dos comportamentos gerais dos actores sociais, para chegar a uma generalidade.

## **5.2 - Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica**

Para este estudo foram mobilizados o método dedutivo em que se aplicam princípios gerais a casos particulares. Parte-se do nível Macro para o nível micro e tentam-se confirmar as hipóteses, através do estudo de caso ou análise intensiva. Parte-se de uma análise qualitativa, privilegiando-se a análise de fontes, técnica de recolha de dados e pesquisa bibliográfica e o trabalho no terreno através do método de observação directa e intensiva e da entrevista - foram efectuadas 10 entrevista a moradores dos dois Bairros em questão. Contou-se, também com uma observação participante que consiste num estudo das populações durante um longo período e em que existe uma participação na sua vida colectiva.

As fontes escritas, consultadas, foram de vários tipos: livros, artigos de revistas, publicações e leis como fontes secundárias; foram também consultadas fontes primárias, tais como processos para identificar datas de construção de bairros e alguns documentos não publicados, informações entre outros.

Através de um estudo de caso realizado, anteriormente, no Bairro do Cabeço, intitulado “A Habitação Social no Concelho da Covilhã - Problemática do Bairro do Cabeço na Freguesia de Tortosendo” que foi apresentado, pela mesma autora desta Dissertação de Mestrado, como Seminário de conclusão de licenciatura em Sociologia, foi possível chegar a algumas conclusões que servirão de suporte para este trabalho que poderá ser, inclusivamente, uma continuação daquele.

## **VI - A Problemática da Habitação e do Realojamento - 1º Estudo de Caso**

### **6.1 - O Bairro Social do Cabeço no Tortosendo - Localização e Contextualização**

O Bairro social do Cabeço no Tortosendo, um dos locais objecto de estudo da presente dissertação, foi construído pela Câmara Municipal da Covilhã e terminado em 2005, ano em que começou a ser habitado. É composto por 148 fogos de Habitação Social.

As casas dividem-se em 18 blocos e num conjunto de 5 edifícios, compostos de três andares. Situa-se, como o próprio nome indica, no Cabeço do Tortosendo, na parte mais alta desta Freguesia e numa zona periférica da Vila do Tortosendo. Os edifícios têm uma coloração cinza e cor de tijolo, com umas grades nas traseiras. Carecem de espaços verdes e zonas de lazer.

Junto aos blocos existe um morro que dá para o campo de futebol do Tortosendo e que é propriedade do Unidos do Tortosendo, constituído por terra e mato.

No seu interior, as casas são apazíveis, apesar da pouca qualidade de alguns acabamentos, que se degradam facilmente. O pavimento das habitações é em parqué de fraca qualidade bem como as bancadas da cozinha, de tábua-pan, forrada, que exigem um maior cuidado no seu uso devido à fácil deterioração.

Para além das zonas residenciais, o Bairro é composto por um café e por uma loja social que se situam no edifício central. O café é frequentado, basicamente, por habitantes do Bairro. A loja social, que abre nas primeiras segundas-feiras de cada mês, de manhã, fornece roupa e é visitada pelos mesmos habitantes.

Existia, dentro do Bairro, um parque infantil, do qual ainda são visíveis os destroços e que foi danificado, presumivelmente, pelos habitantes do próprio Bairro.

Existe, nas proximidades do Bairro, um infantário que é maioritariamente frequentado por crianças residentes no mesmo Bairro.

## 6.2 - Bairro do Cabeço - Composição e Caracterização da População

Foram, para o presente estudo considerados todos os residentes do Bairro do Cabeço, ou seja, apesar de existirem 148 habitações, 8 estão devolutas, pelo que o universo de estudo é composto pelos inquilinos das 140 habitações ocupadas, pelo que a constituição da população do Bairro é de 140 agregados familiares, o que equivale a 100% da população aí residente.

Tabela n.º 1 - Distribuição das tipologias por agregados:

Total de fogos	Tipologia	N de apartamentos	Ocupados	Devolutos
148	T1	18	17	1
	T2	78	74	4
	T3	48	45	3
	T4	4	4	0
<b>Total</b>		<b>148</b>	<b>140</b>	<b>8</b>

As habitações, como se pode verificar na tabela n.º 1, variam entre o T1 e o T4. Os T1 são compostos por uma casa de banho, um quarto, uma sala, uma cozinha e uma despensa; os T2, T3 e T4, apenas diferem no número de quartos que correspondem a 2, 3 e 4 quartos. Em todas as habitações um dos quartos tem um roupeiro de parede.

Verifica-se, na tabela n.º 1, que, dos 148 fogos, estão 140 ocupados e 8 encontram-se devolutos. Podemos verificar, também a distribuição dos agregados pelas diferentes tipologias.

Tabela n.º 2 - Constituição dos agregados:

Tipologia dos agregados	N de agregados	%
Agregados de uma pessoa	43	30,7
Agregados de duas pessoas	33	23,6
Agregados de três pessoas	31	22,1
Agregados de quatro pessoas	21	15
Agregados de cinco pessoas	8	5,7
Agregados de seis pessoas	4	2,9
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

A tabela n.º 2 mostra-nos que a maioria dos agregados é constituída por uma só pessoa - 30,7%. Em segundo lugar, ocupado por agregados constituídos por duas pessoas, temos 23,6%, seguindo-se os agregados constituídos por três pessoas - 22,1% e os agregados com quatro pessoas que correspondem a 15% da população do Bairro. Em muito menor número estão os agregados constituídos por cinco e seis pessoas que correspondem a 5,7% e 2,9%, respectivamente.

Enquanto existem apenas 18 fogos de tipologia 1, a maioria dos agregados de uma pessoa ocupam uma casa tipologia 2 - geralmente são escolhidos, nestes casos, para habitar um T2, candidatos, sós, ou casais com idade mais jovem que poderão vir a constituir família. Nas habitações de tipologia 2 residem, também, agregados com duas e três pessoas. As habitações tipologia 3 estão, na sua maioria, ocupados por agregados de três e quatro pessoas. No entanto, os agregados de cinco pessoas estão a residir em fogos de tipologia 3 por carência de habitações de tipologia superior suficientes. O Bairro dispõe, apenas, de quatro habitações de tipologia 4 que estão ocupadas pelos quatro agregados constituídos por seis pessoas. Tendo em conta que alguns dos agregados alteram a sua composição ao longo da sua permanência nas habitações, as tipologias deixam de ser adequadas ao número de pessoas e existe alguma sobrelotação de algumas casas. Também existem alguns agregados de um e dois elementos a habitar casas de tipologia superior à necessária para o seu agregado.



Gráfico n.º 1 - Constituição dos agregados:

O gráfico n.º 1 é exemplificativo da constituição dos agregados, destaca que a tipologia dos agregados vai decrescendo de número de constituintes, sendo muito superior o número de indivíduos a viver sós e muito inferior o número de famílias mais numerosas.

Tabela n.º 3- Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento:

Profissões	N de pessoas	%
Desempregado	63	45,0
Reformado	47	33,6
Empregado de Limpeza	5	3,6
Ladrilhador	1	0,7
Operário Fabril	11	8
Administração Pública	2	1,4
Construção Civil	3	2,1
Talhante	1	0,7
Vendedor	1	0,7
Guarda Nocturno	1	0,7
Operador de Máquinas	1	0,7
Empregado Balcão	1	0,7
Cozinheiro	1	0,7
Por Conta Própria	1	0,7
Programa Ocupacional	1	0,7
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

Tabela n.º 4 - Índice de emprego/desemprego segundo a tipologia do agregado:

Tipologia dos agregados	N de agregados	%
Casal - os dois desempregados	28	20
Casal - os dois empregados	3	2,1
Casal - um empregado e um desempregado	13	9,3
Família monoparental - desempregado	19	13,6
Família monoparental - empregado	7	5
Agregados - uma só pessoa desempregada	10	7,1
Agregados - uma só pessoa empregada	8	5,7
Casal - os dois reformados	15	10,7
Casal - um reformado e um empregado	4	2,9
Casal - um reformado e um desempregado	8	5,7
Reformados a viver sós	25	17,9
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

Verifica-se, na tabela n.º 3 que a maioria dos titulares dos contratos de arrendamento está desempregada - 45%. Observando a tabela n.º 4, que mostra o índice de emprego/desemprego segundo a tipologia do agregado, verifica-se que, na maioria dos agregados, estão os dois elementos, que constituem o casal, desempregados - 20%. Temos, ainda um grande número de famílias monoparentais desempregadas - 19 famílias, o que equivale a 13,6%. Das pessoas a residir sozinhas existem 10 desempregadas - 7,1%. Aqui pode constatar-se que a maioria dos habitantes do Bairro beneficia do Subsídio de Desemprego, do Subsídio Social de Desemprego e do Rendimento Social de Inserção.

Estes dados traduzem o forte desemprego que se regista nos residentes do Bairro.

Os reformados correspondem a 33,6% dos titulares das habitações - 47 titulares dos contratos de arrendamento, porém apenas 15,7% têm uma pensão por idade (22 titulares) e 17,9% têm uma pensão por incapacidade (25 titulares). Verificam-se 15 casais com os dois elementos (do

casal) reformados - 10,7%. Existem, ainda, no Bairro, 4 agregados em que um elemento do casal se encontra reformado e o outro a trabalhar - 2,9%.

Pode-se verificar, ainda na tabela n.º 3 que, dos indivíduos que se encontram a trabalhar, a profissão que se destaca é operário fabril com 15 titulares a exercer a sua profissão em fábricas do Concelho, o que equivale a 8%. Existem 5 empregados de limpeza - 3,6% e 3 na construção civil - 2,1% e 2 na administração pública - 1,4%. Os outros titulares dos contratos, que se encontram a trabalhar, têm profissões de ladrilhador, talhante, vendedor, guarda-nocturno, operador de máquinas, empregado de balcão, cozinheiro, trabalhador por conta própria e programa ocupacional - 1 em cada profissão o que corresponde a 0,7%.

Destas duas tabelas n.ºs 3 e 4 pode-se concluir que o grau de empregabilidade no Bairro é baixo - 30 empregados que correspondem aos indivíduos cujo nome consta no contrato - 21,4%, contra 63 de desempregados - 45% - um número bastante elevado. É também elevado o número de reformados que corresponde a 33,6% - 47 reformados.

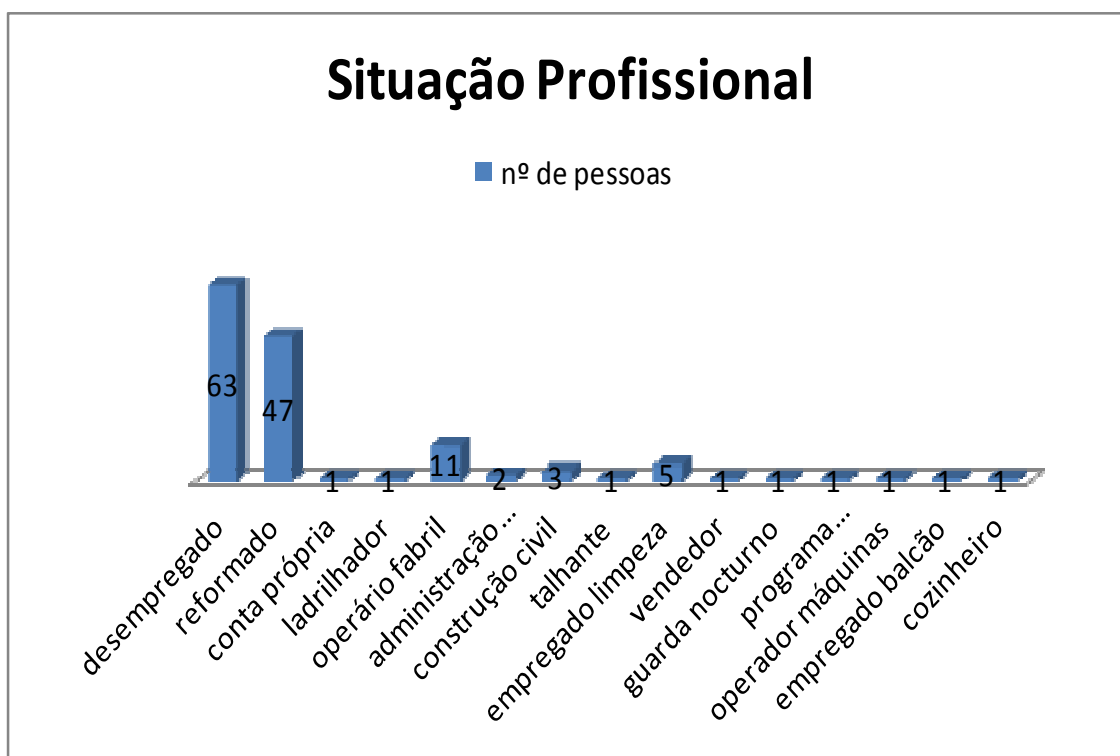


Gráfico n.º 2 - Situação Profissional:

O gráfico n.º 2 evidencia a maioria de desempregados, seguida de indivíduos reformados. Segue-se a profissão de operário têxtil e depois as outras diversas profissões.

Tabela n.º 5 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento antes de morarem no Bairro - aquando da candidatura a habitação social:

Profissões	N de pessoas	%
Desempregado	49	35,0
Reformado	32	23,0
Empregado de Mesa	1	0,7
Empregado de limpeza	3	2,1
Auxiliar Acção Médica	1	0,7
Assistente administrativo	1	0,7
Auxiliar de consultório	1	0,7
Auxiliar educativo	1	0,7
Mecânico	1	0,7
Carpinteiro	2	1,4
Costureira	4	3,0
Operário fabril	7	5,0
Ferreiro	1	0,7
Assistente operacional	1	0,7
Construção civil	2	1,4
Motosserrista	2	1,4
Vendedor	17	12,2
Lavador de carros	1	0,7
Empregado balcão	5	3,6
Ajudante cozinheiro	2	1,4
Ajudante lar	3	2,1
Pedreiro	3	2,1
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

Observando a tabela n.º 5 , que reflecte o nível de emprego/desemprego dos titulares dos contratos de arrendamento antes de morarem no Bairro, podemos verificar que o nível de desemprego evoluiu para um número de desempregados superior após a sua mudança para o Bairro. O número de reformados era menor antes de morarem no Bairro.

Tabela n.º 6 - Habilitações literárias dos titulares do contrato de arrendamento:

Escolaridade	N de pessoas	%
3º Ano de escolaridade	8	5,7
4º Ano de escolaridade	55	39,3
6º Ano de escolaridade	24	17,1
9º Ano de escolaridade	33	23,6
10º Ano de escolaridade	1	0,7
12º Ano de escolaridade	11	7,9
Ensino superior	1	0,7
Sem habilitações	7	5,0
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

A tabela n.º 6 reflecte a baixa escolarização dos titulares dos contratos de arrendamento. A maioria dos titulares, 55 pessoas, tem apenas o 4º ano - 39,3%; 8 titulares têm apenas, com o 3º ano de escolaridade - 5,7% e, 24 titulares - 17,1% têm o 6º ano de escolaridade. Resumindo, 87 titulares não têm mais que o antigo 2º ano do ciclo (6º ano actual) - 62,1%; seguindo-se os que concluíram o 9º ano de escolaridade que são 33, equivalente a 23,6% dos titulares. Temos 11 titulares com o 12º ano de escolaridade - 7,9% e 7 titulares sem quaisquer habilitações - 5%. Apenas um titular frequentou o ensino superior - 0,7%.

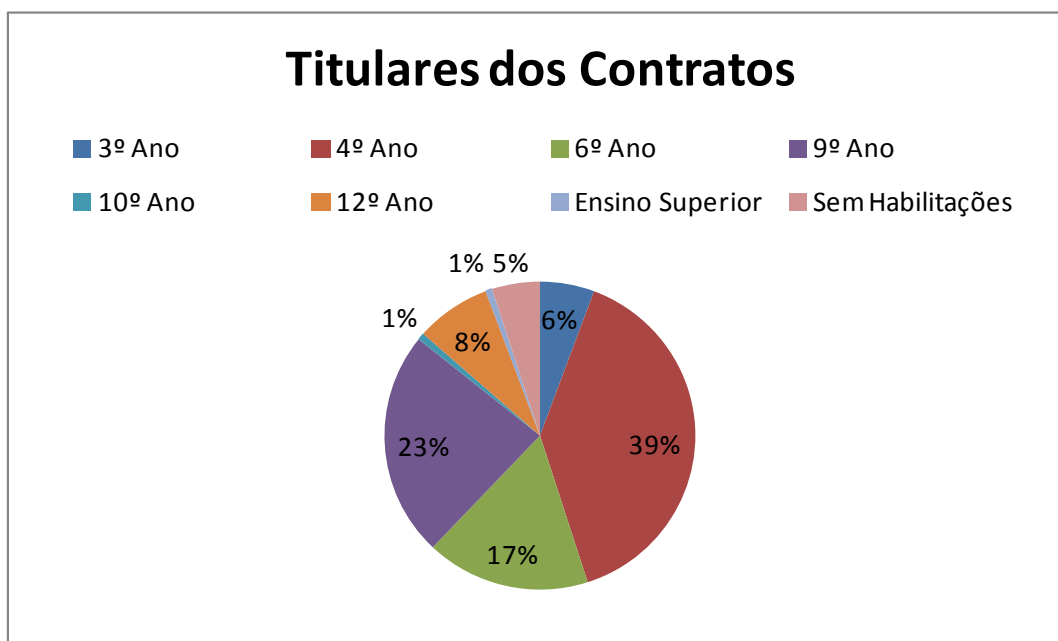


Gráfico n.º 3 - Comparação das habilitações dos titulares dos contratos

No gráfico n.º 3, (percentagens arredondadas) torna-se evidente a maioria de habitantes com o 4º ano de escolaridade, seguidos dos que têm o 9º ano e em terceiro lugar os que concluíram o 6º ano. É de salientar que apenas 1% frequentou o ensino superior, e que 5% da população não tem qualquer tipo de habilitações.

Tabela n.º 7 - Habilitações literárias por grupos etários da totalidade dos inquilinos:

Habilitações	Menores	%	Maiores	%	Total	%
Sem habilitações	38	35,5	17	6,9	55	15,6
1º Ano	5	4,7	0	0	5	1,4
2º Ano	11	10,3	0	0	11	3,1
3º Ano	7	6,5	11	4,5	18	5,1
4º Ano	7	6,5	82	33,3	89	25,2
5º Ano	6	5,6	5	2	11	3,1
6º Ano	5	4,7	44	17,9	49	13,9
7º Ano	8	7,5	0	0	8	2,3
8º Ano	9	8,4	0	0	9	2,5
9º Ano	5	4,7	52	21,2	57	16,1
10º Ano	4	3,7	2	0,8	6	1,7
11º Ano	2	1,9	4	1,6	6	1,7
12º Ano	0	0	21	8,5	21	6
Licenciatura	0	0	8	3,3	8	2,3
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,0</b>	<b>246</b>	<b>100,0</b>	<b>353</b>	<b>100,0</b>

Se avaliarmos as habilitações de todos os residentes do Bairro que constituem um total de 353, tabela n.º 7, podemos verificar que 25,2% (55 indivíduos) da população residente do bairro apenas tem o 4º ano de escolaridade e que 16,1% possui o 9º ano - num total de 57 indivíduos. Seguem-se 55 indivíduos sem quaisquer habilitações literárias - 15,6%. Com o 12º ano encontram-se 21 indivíduos - 6%.



Tendo em conta que a população menor de idade, existente no Bairro, continua a prosseguir com seus estudos, contamos apenas com a população maior de idade, que é constituída por 246 adultos e que o seu nível de escolaridade é maioritariamente constituído por indivíduos com o 4º ano de escolaridade - 82 Indivíduos - 33,3%, seguindo-se 52 indivíduos com o 9º ano de escolaridade - 12,2%. Em terceiro lugar temos 17,9% da população maior de idade com o 6º ano - 44 indivíduos e 21 com o 12º ano - 8,5%. Com menor incidência registam-se outros níveis de escolaridades cuja percentagem é pouco significativa, como por exemplo os licenciados que constituem 3,3% dos maiores - 8 indivíduos.

A população sem qualquer tipo de habilitações irá diminuir, visto que os menores sem habilitações se encontram na sua fase pré-escolar. O analfabetismo nos adultos é de 6,9% - 17 indivíduos, maiores de idade, não possui qualquer tipo de habilitações.

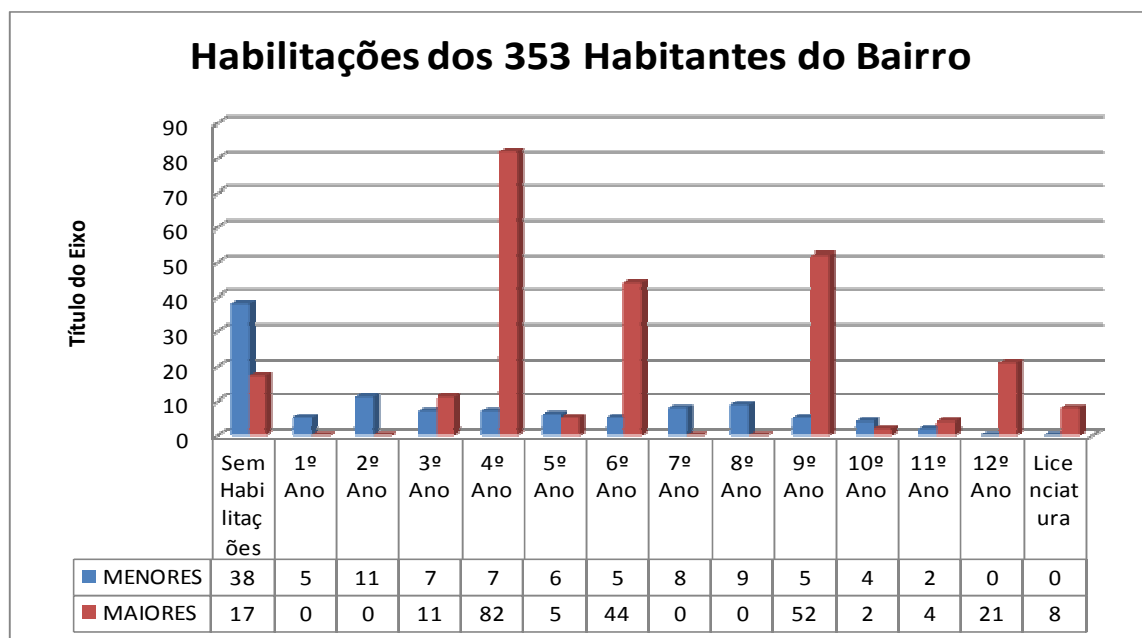


Gráfico n.º 4 - Habilitações dos 353 residentes do Bairro do Cabeço:

O gráfico n.º 4, das habilitações de todos os habitantes do Bairro, evidencia a maioria dos indivíduos, maiores de idade, residentes no Bairro, com apenas o 4º ano de escolaridade, seguindo-se os que têm o 9º ano e o 6º ano. A partir do 10º ano as taxas de ocorrência são muito baixas - com 2 maiores com o 10º ano; 4 maiores com o 11º ano; 21 com o 12º ano e 8 com licenciatura.

### 6.2.1 - Caracterização da População Segundo Diversidade Étnica

O Bairro do Cabeço é constituído por indivíduos de diferentes nacionalidades - brasileiros, guineenses, franceses, angolanos e cabo-verdianos, contudo apesar de a maioria dos

habitantes ter nacionalidade portuguesa, 28,3% da populao aí residente  de etnia cigana, dos quais 92 têm nacionalidade portuguesa e apenas 8 nacionalidade brasileira.

Tabela n.º 8 - Totalidade da populao do Bairro segundo países de origem e grupos etários:

Idade	Portugal	Brasil	Guiné	França	Angola	Cabo Verde	Total
Maiores de idade	234	7	1	1	1	1	245
Menores de idade	98	8	1	0	1	0	108
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>353</b>

A tabela n.º 8 mostra-nos a totalidade da populao do Bairro segundo o país de origem e podemos observar que esta populao  constituída por 332 portugueses - 94%; 15 indivíduos são de origem brasileira - 4,2%; 2 de origem guineense - 0,6%; 1 de origem francesa - 0,3%, 2 de origem angolana - 0,6% e 1 de origem cabo-verdiana - 0,3%. No entanto, estas famílias de imigrantes, já constituíram família em Portugal e têm filhos de nacionalidade portuguesa.

Os residentes brasileiros estão distribuídos por 4 agregados. Um dos agregados  constituído por um desempregado e um empregado de limpeza, outro por um operário da construo civil e um desempregado. Os outros 2 agregados são de etnia cigana e encontram-se desempregados.

As outras nacionalidades são compostas por um agregado cada, em que o guineense  monoparental e  reformado; o de nacionalidade francesa  desempregado; o angolano  empregado de limpeza e o cabo-verdiano  operário.

Tabela n.º 9 - Populao de etnia cigana:

Etnia Cigana	Maiores	Menores	Total
Portuguesa	62	30	92
Brasileira	3	5	8
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela n.º 9 mostra-nos a incidência da populao de etnia cigana, que  constituída por 62 portugueses maiores e 30 menores. Das famílias de etnia cigana de origem brasileira, 3 são maiores de idade e 5 menores. O número total desta populao, de etnia cigana,  de 100 indivíduos. Este  um número significativo na totalidade dos 353 residentes do Bairro, o que equivale a 28,3% da populao do Bairro. Estes 100 residentes de etnia cigana estão divididos por 29 agregados, dos quais 12 residem no último edifício de 3 blocos, ou seja no 6º edifício, enquanto os outros 17 agregados se encontram dispersos pelo Bairro.

Tabela n.º 10 - Habilitações da população de etnia cigana:

Habilitações	Maiores	%	Menores	%	Total	%
Sem habilitações	9	13,9	13	37,2	22	22,0
1º Ano	0	0	4	11,4	4	4,0
2º Ano	0	0	4	11,4	4	4,0
3º Ano	2	3,1	4	11,4	6	6,0
4º Ano	32	49,2	1	2,9	33	33,0
5º Ano	0	0	4	11,4	4	4,0
6º Ano	21	32,3	2	5,7	23	23,0
7º Ano	0	0	2	5,7	2	2,0
9º Ano	1	1,5	1	2,9	2	2,0
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>	<b>35</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>

Tendo em conta o número elevado de população de etnia cigana, importa identificar as suas habilitações e profissões, pelo que, na tabela n.º 10, observamos que a maioria dos indivíduos (33) têm o 4º ano de escolaridade - 33% da população, seguindo-se 23 com o 6º ano de escolaridade - 23% e 22 não tem qualquer nível de habilitações - 22%.

Tendo em conta que os menores se encontram em idade escolar e pré-escolar, contabilizamos apenas os indivíduos maiores de idade que em que existe um nível de incidência superior de indivíduos com o 4º ano - 49,2%. Seguem-se os que frequentaram o 6º ano - 32,3% da população. Existem, ainda, 9 indivíduos maiores sem quaisquer habilitações literárias. Na totalidade da população de etnia cigana, apenas 1 elemento maior de idade tem o 9º ano de escolaridade.

A população menor de idade prossegue com os seus estudos, apesar de haver duas famílias que não querem que as filhas com 12 anos ou mais, de idade, frequentem a escola.

Tabela n.º 11 - Profissões da população maior de idade de etnia cigana:

Profissão	N de pessoas	%
Estudante	3	4,6
Desempregado	42	64,6
Reformado	18	27,7
Comerciante	2	3,1
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

Na tabela n.º 11 podemos verificar que 64,6% da população, maior de idade, de etnia cigana se encontra desempregada - 42 indivíduos. Seguem-se os reformados, que constituem 27,7% da população, num total de 18 indivíduos e que adquiriram uma reforma (24,6% - 16 indivíduos - por idade, pois trabalharam e declararam algum rendimento, e 3,1% - 2 indivíduos - por incapacidade. Apenas existem dois indivíduos com a profissão de comerciantes - 3,1%. Três indivíduos encontram-se a estudar.

Da população desempregada, alguns indivíduos encontram-se a exercer a profissão de comerciantes. A maioria dos indivíduos de etnia cigana não estão colectados nas Finanças e

não assume qualquer profissão, nem declara os seus rendimentos provindos do comércio de rua, baseados numa economia informal, o que, para além da libertação de impostos, facilita a atribuição de um Rendimento Social de Inserção (RSI) por parte do Instituto de Segurança Social, para o qual o agregado tem de ser isento de remuneração ou ter rendimentos muito baixos. Os 3 indivíduos, maiores de idade, identificados como estudantes, são beneficiários do RSI, tendo sido coagidos a frequentar a escola, ou seja, a completar o 9º ano de escolaridade, sob pena de o mesmo ser suspenso.

## 6.2.2 - Indicadores Económicos dos Agregados Familiares

Tabela n.º 12 - Rendimentos per capita mensal dos agregados:

Rendimentos per capita mensal	N de agregados	%
Entre os 50 e os 100 €	16	11,4
Entre os 101 e os 200 €	52	37,2
Entre os 201 e os 300 €	24	17,1
Entre os 301 e os 400 €	22	15,7
Entre os 401 e os 500 €	8	5,7
Entre os 501 e os 600 €	11	7,9
Entre os 601 e os 700 €	5	3,6
Entre os 701 e os 800 €	1	0,7
Entre os 801 e os 900 €	1	0,7
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

Já foram identificadas alguns indicadores sociodemográficos dos 140 agregados, importa agora identificar os indicadores económicos. Devido à afluência de valores diferenciados, foram estabelecidas escalas de valores para identificação dos rendimentos dos agregados. E, na tabela n.º 12 podemos verificar que 114 agregados familiares, do Bairro, dispõem de um rendimento per-capita mensal igual ou inferior a 400 Euros - 81,4% e apenas 26 agregados recebem um rendimento superior a esse valor - 18,6%.

Pode-se verificar, ainda na mesma tabela, que 16 agregados recebem apenas um rendimento per-capita mensal entre os 50 e 100 Euros - 11,4% e 52 agregados recebem entre 101 e 200 Euros mensais - 37,2%.

Existem 68 agregados que apenas contam com um rendimento per capita até aos 200 Euros mensais - 48,6%, dos quais 16 agregados - 11,4% - estão a sobreviver com um rendimento mensal entre os 50 e os 100 Euros por pessoa mensalmente.

Os agregados que auferem mais de 600 Euros per capita mensais são viúvos(as) reformados(as) que residem sós, que, por morte dos cônjuges passaram a receber uma pensão de sobrevivência que aumenta o rendimento per capita. E que é composto por 7 indivíduos - 5% da população do Bairro.

### 6.2.3 - Rendas das Habitações

As rendas das habitações sociais são calculadas com base nos rendimentos dos agregados familiares e são regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio que regula a renda apoiada.

Foi deliberado, por reunião de Câmara de 04/06/2010, que a renda mínima passaria a ser de 50 Euros, tendo ficado suspensa por deliberação de 03/09/2010 até 31/012/2010, pelo que teve efeitos a partir de Janeiro de 2011, a renda máxima mantém-se em 350 Euros.

Os agregados, cujo titular do contrato de arrendamento tem mais de 65 anos ou possui o Cartão Municipal Social<sup>30</sup> usufruem de 20% de desconto no valor a pagar de renda mensal.

As rendas técnicas das habitações variam consoante os Bairros e as tipologias das habitações.

Tabela n.º 13 - Rendas mensais dos agregados:

Valor renda mensal	N de agregados	%
Renda mínima - 50 €	104	74,3
Entre os 51 € e os 60 €	5	3,6
Entre os 61 € e os 70 €	6	4,3
Entre os 71 € e os 80 €	5	3,6
Entre os 81 € e os 90 €	7	5,0
Entre os 91 € e os 100 €	2	1,4
Entre os 101 € e os 150 €	7	5,0
Entre os 151 € e os 200 €	3	2,1
Entre os 201 € e os 250 €	1	0,7
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

A tabela n.º 32 mostra-nos as rendas mensais dos agregados e podemos verificar que a maioria das rendas corresponde à renda mínima - 50 €, atribuída a um total de 104 agregados - 74,3%. Apenas 36 agregados pagam uma renda superior a esse valor - 25,7%.

---

<sup>30</sup> O cartão social municipal é atribuído a indivíduos com mais de 65 anos ou que com 60 anos seja reformado ou a quem possua uma deficiência superior a 60%, comprovada por Junta Médica.

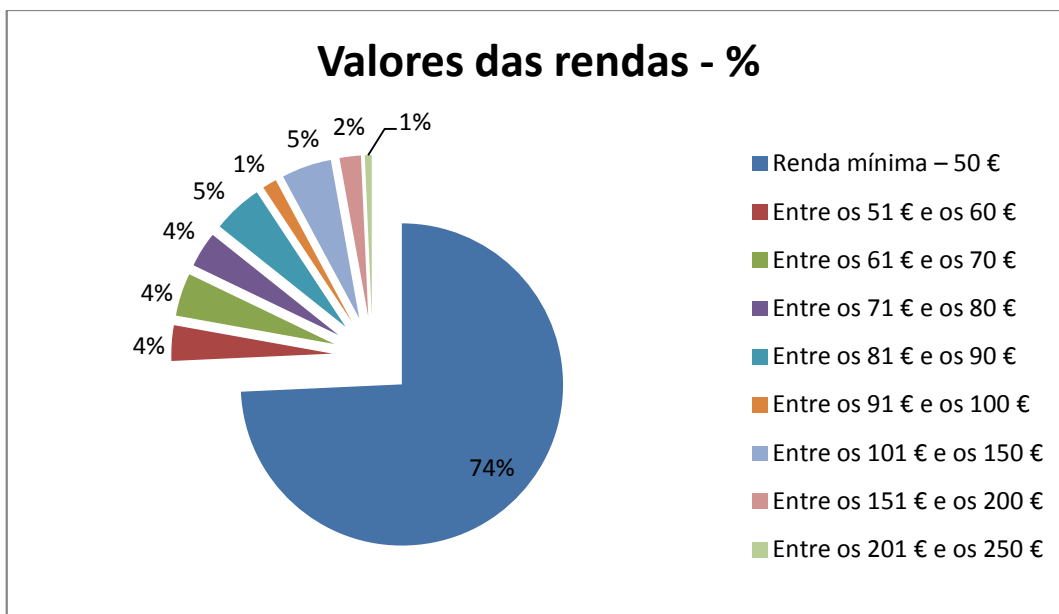


Gráfico n.º 5 - Percentagens dos valores das rendas segundo os agregados familiares:

O gráfico n.º 5 evidencia as percentagens de inquilinos e os respectivos valores das rendas mensais.

#### 6.2.4 - Motivos de Candidatura dos Agregados a uma Habitação Social

Tabela n.º 14 - Motivo de candidatura a habitação social:

Motivo	N de agregados	%
Casa sem condições	83	59,3
Casa em ruína	28	20,0
Renda muito alta	29	20,7
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

Os motivos que levaram os agregados a concorrer a uma habitação social, como podemos observar na tabela n.º 14, prendem-se, sobretudo, a viverem numa casa sem condições de habitabilidade - sem casa de banho, sem água e/ou electricidade, divisões demasiado pequenas, poucas divisões e pequenas para a composição do agregado, entre outras - e não terem rendimentos suficientes para procurar uma habitação no mercado de arrendamento normal. Estes agregados correspondem a 59,3% da população residente - 83 agregados.

Dos residentes no Bairro temos ainda uma população constituída por 28 agregados que viviam em casa em ruína eminente - 20% e os restantes 29 agregados não conseguia pagar a renda que tinha por ser demasiado alta para os seus rendimentos - 20,7%.

Tabela n.º 15 - Localidade de residência anterior ao alojamento no Bairro (Freguesias):

Localidade	N de agregados	%
Boidobra	9	6,5
Cantar galo	2	1,4
Casegas	1	0,7
Covilhã	46	32,9
Dominguiso	3	2,1
Orjais	1	0,7
Ourondo	1	0,7
Paúl	2	1,4
Tortosendo	72	51,5
Vales do Rio	2	1,4
Vila do Carvalho	1	0,7
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

Olhando a tabela n.º 15 verificamos que a maioria (51,5%) dos agregados que reside no Bairro do Cabeço, no Tortosendo, residia, anteriormente, na Freguesia de Tortosendo - 72 agregados. Porém, 46 agregados - 32,9% - residia na cidade da Covilhã. Os restantes agregados distribuíam-se pelas Freguesias de Boidobra (9 agregados - 6,5%); Cantar Galo (2 agregados - 1,4%); Casegas (1 agregado - 0,7%); Dominguiso (3 agregados - 2,1%), Orjais (1 agregado - 0,7%); Ourondo (1 agregado - 0,7%); Paúl (2 agregados - 1,4%); Vales do Rio (2 agregados - 1,4%) e Vila do Carvalho (1 agregado - 0,7%).

Tabela n.º 16 - Anos de residência dos agregados no Bairro:

Anos de residência no bairro	N de famílias	%
Um ano e até um ano	14	10,0
2 Anos	9	6,4
3 Anos	13	9,3
4 Anos	11	7,9
5 Anos	6	4,3
6 Anos	7	5,0
7 Anos	7	5,0
8 Anos	73	52,1
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>

A maioria da população reside há 8 anos no Bairro, ou seja desde o ano de sua inauguração - 73 agregados - 52,1%. Em seguida, temos 14 agregados que residem há um ano ou menos de um ano - 10% e 13 que apenas residem ali há 3 anos - 9,3% e 11 que residem há 4 anos - 7,9%. Apenas 9 agregados residem há 2 anos no Bairro - 6,4%. Temos sete agregados que residem há 6 anos - 5% e outros 7 que residem há 6 anos - 5%.

No inquérito podemos observar as seguintes respostas quando se perguntou os motivos da opção de uma casa de habitação social:

“...Infelizmente porque o meu marido esteve desempregado e... vivemos dificuldades financeiras e por isso concorri, foi esse o motivo” (inquirido A);

“O motivo foi porque eu estou divorciada e tive que sair de pronto da casa porque o meu ex-marido tratava-me muito mal, tentou-me matar a mim e aos meus filhos e entretanto, pronto, eu como não tenho, o meu ordenado é o ordenado mínimo e entretanto foi esse o motivo, pronto que eu me, pronto” (inquirido B);

“Porque não tinha possibilidades e só uma casa económica, com uma renda económica e não tenho possibilidade, enquanto nos outros lados se fosse alugar uma casa era 150, 200 Euros, 100 Euros e não temos possibilidades para isso” (Inquirido C);

“Não podia pagar uma renda tão cara” (Inquirido D); “Não tinha dinheiro para pagar uma renda elevada” (Inquirido E).

### **6.2.5 - Reclamações dos Residentes**

A maioria das reclamações dos residentes neste Bairro social prende-se com as más relações de vizinhança, relacionadas com quezílias entre vizinhos devidas a problemas com o pagamento das despesas das partes comuns dos prédios, tais como electricidade e limpeza. Outras são relacionadas com barulhos na vizinhança que impedem o descanso nocturno. Para com os moradores de etnia cigana, as queixas apontam para os barulhos originados por ajuntamentos de grupos, numa casa, para realizar os seus rituais, tais como rezar/orar e proceder a rituais de casamento de filhos, que se estendem durante a noite:

“As vantagens? As vantagens são porque fico, pronto, foi a renda que era mais económica e entretanto, pronto, também não tinha outra opção, que eu não podia estar a pagar uma renda alta, portanto foi isso. As desvantagens... as desvantagens é os vizinhos que temos à nossa volta”(inquirido B).

“Sabe que alguns vizinhos não querem pagar a limpeza do prédio e a luz das escadas” (Inquirido C).

“... não querem pagar o condomínio, que é uma ridícula de 2€ que serve, apenas, para pagar a luz e os detergentes, porque a limpeza vamo-nos revezando, apesar de alguns não a fazerem na vez que lhes compete” (inquirido E).

“as ciganas juntam-se todas ali naquela casa a rezar, fazem uma barulheira... parece que estão aos gritos e a pregar... é uma ladainha que só ouvindo...” (Inquirido B).

Está prestes a chegar a época de verão, e a maioria dos residentes queixa-se dos ciganos se juntarem na rua, a conversar até de madrugada e impedirem o sossego nocturno, o que afecta os que têm de se levantar para trabalhar ou as crianças que não conseguem ir à escola por não ter dormido devido aos barulhos. Apontam, ainda, as ameaças efectuadas por elementos desta etnia quando são advertidos:



“você tem de cá vir avisar esta gente, têm de fazer alguma coisa, é musica alta toda a noite... outro dia o cigano casou a filha de doze anos e parecia uma discoteca toda a noite, aquela casa. Não deixam dormir ninguém... como não trabalham... sabe... os outros é que se lixam... e os miúdos nem conseguem levantar-se para ir à escola porque não dormem...” (inquirido E)

“e nem se lhes pode dizer nada, senão ainda ameaçam a gente, sabe... e a gente tem medo deles” (inquirido E) [Os vizinhos a que se refere esta inquilina são de etnia cigana].

São apontadas, ainda ligações directas de água, e de electricidade com ligações directas ao quadro do condomínio que todos os inquilinos do prédio têm de pagar, efectuadas por Ciganos:

“...fazem ligações directas dos contadores, metem alfinetes para não contar água e às vezes até fazem ligações da luz ao quadro do condomínio” (inquirido A).

Os residentes queixam-se de humidades no interior das habitações e alguns lamentam-se relativamente à tipologia da casa que se tornou pequena para o número de elementos do agregado familiar, outros por pretenderem uma mudança de habitação por quezílias com algum vizinho - estas queixas, na maioria são efectuadas por escrito à Câmara.

Em visita a diversas habitações, nota-se um grande gosto e satisfação pela sua casa, apresentando limpeza, e harmonia na decoração interior, salvo dois agregados que apresentam maus tratos dos equipamentos - portas, vidros e persianas partidos, soalho danificado, paredes estragadas e sujas e armários da cozinha danificados. Há, destas duas habitações, inclusivamente, queixas de maus cheiros por parte dos vizinhos:

“...um pouco chato é derivado a certas pessoas que cá moram não terem certos cuidados, aaa... a nível principalmente da higiene e...” (inquirido A);

“...A limpeza já não é igual porque vieram novos inquilinos para cá e já cá têm acontecido uns certos barulhos durante a noite, coisa que não acontecia anteriormente”. (inquirido A) [estes inquilinos a que se refere são de etnia cigana]

“...as desvantagens é que às vezes a gente não gostar de morar com certas pessoas, sei lá, uns mais limpos outros mais sujos” (inquirido C).

Alguns dos moradores reclamam, ainda, da falta de jardins para as crianças brincarem, dos danos do parque infantil que existia, a falta de associações de moradores, a falta de comércio, a falta de telefones público e de locais de lazer:

“...faz falta um parque infantil para as crianças porque aquele que existe já o estragaram todo...” (inquirido E)

“Sim, aqui fazia falta sim, acho que um minimercado e... haver uma comissão de, de moradores foi o que o meu marido até falava... Sim mas aqui fazia falta era realmente um minimercado e uma boa comissão de moradores” (Inquirido A).

“...Olhe eu acho que por exemplo, faltava aqui um comércio, por exemplo, um minimercado, qualquer “coisinha assim, porque há muitas... pronto às vezes uma pessoa tem que se deslocar lá abaixo e sei lá... (inquirido B)

“...faz aqui falta uma paragem de autocarros, daqueles autocarros pequenos, faz aqui falta umas cabines telefónicas e também não temos...” (inquirido C)

Os moradores que pagam valores de renda mais elevados sente-se revoltados com o facto de os moradores de etnia cigana pagarem apenas uma renda mínima quando apresentam estilos de vida fátuos, ostentam um nível económico superior, vangloriando-se com carros de luxo, aparelhos de alta tecnologia como plasmas/*led's*, telemóveis de última geração, *tablets*, etc. Alguns encomendam as suas refeições em restaurantes de *take away*. Devido à sua economia informal, muitos conseguem rendimentos superiores a muitos dos habitantes que trabalham e que pagam rendas superiores a 100,00 Euros.

“...eu, aquilo que não gosto é de pagar uma renda mais elevada, que alguns ciganos que têm altos rendimentos e que ainda se gabam de pagar 50 Euros” (inquirido A).

“...Há aí muito boa gente a pagar uma renda barata porque não declara os seus rendimentos, nós, temos que pagar tudo e não podemos fugir a nada, é o que faz ser sério demais... (Inquido A)

Esta situação, porém, verifica-se mais no Bairro Social da Freguesia da Boidobra, que alguns indivíduos de etnia cigana do Bairro do Cabeço, designam como “ciganos ricos”. Existem famílias de etnia cigana, no Bairro do Cabeço, que pagam uma renda superior a 100€, mas, nestes casos, por terem mais de 2 pessoas com pensões por reforma e invalidez no agregado.

Os candidatos de etnia cigana queixam-se, frequentemente de haver muitos “ciganos juntos” e de preferirem morar longe dos outros elementos de sua etnia para evitar quezílias que possam trazer outras populações, para o Bairro, também da mesma etnia mas de grupos diferentes. Alguns candidatos a habitação de etnia cigana, chegam mesmo a declarar: “queremos uma casa longe dos ciganos”.

## **VII - A Problemática da Habitação e do Realojamento - 2º Estudo de Caso**

### **7.1 - Urbanização das Nogueiras no Teixoso - Localização e Contextualização**

A Urbanização das Nogueiras é um Bairro Social situado na Freguesia de Teixoso, que é um outro objecto de estudo deste trabalho de dissertação e que foi construído pela Câmara Municipal da Covilhã por duas fases: 64 fogos foram terminados em 2002 e 71 fogos terminados em 2003. No entanto, os 64 fogos terminados em 2002 só foram habitados no início do ano de 2003 porque havia partes inacabadas. Os 71 fogos começaram a ser habitados em Outubro de 2003.

O Bairro é composto por 134 habitações distribuídos por 16 blocos, dos quais 12 estão dispostos em faixa do lado esquerdo da entrada, com a traseira virada para uma ribeira e 4 do lado direito, com a traseira virada para a estrada.

As 64 habitações, que correspondem à primeira fase e que vão do bloco 9 ao 16 situam-se à entrada do Bairro, enquanto os 71, que correspondem à segunda fase, vão do bloco 1 ao 8 e encontram-se situados ao fundo do Bairro. Estes últimos têm elevadores no interior dos prédios que são constituídos por 4 andares enquanto os 61, constituídos por 3 andares não possuem elevadores.

Os prédios até ao bloco 12 possuem arrecadações nas caves e garagens nas traseiras dos prédios que dão para a ribeira. As garagens são arrendadas à parte e nem todas as garagens se destinam a arrumação de automóveis, pois não possuem dimensões suficientes para o efeito, no entanto estão arrendadas 8 garagens, a inquilinos das habitações sociais, para acautelarem os seus automóveis de possíveis danos que poderão resultar de actos de vandalismo.

A localização do Bairro é na periferia da Vila do Teixoso, junto ao quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) que se situa do lado esquerdo da estrada - sentido Covilhã-Urbanização das Nogueiras - antes da entrada no Bairro.

Os edifícios têm cores entre o amarelo pálido e o cinzento.

As casas, no seu interior são acolhedoras e apresentam um bom aspecto arquitectónico, construídas com materiais de qualidade intermdia, apesar de os armários de cozinha se degradarem facilmente com as infiltraes de humidades provenientes dos lava-loiças.

Dentro do Bairro existe uma loja social de mobiliário e artigos decorativos, uma delegao da Associao Beira Serra e um café com esplanada.

A loja social abre nas primeiras segundas-feiras de cada mês, de tarde, e quem necessitar de mobiliário ou artigos decorativos para o lar poderá solicitá-los junto dos Serviços de Aco Social no Departamento de Cultura da Câmara Municipal.

A sede da Beira-Serra - Associaes de Desenvolvimento -  composta por um salão onde existem computadores que permitem aos inquilinos do Bairro, por quem  maioritariamente frequentada, terem acesso gratuito  internet.

O café  maioritariamente frequentado por residentes do Bairro.

Existe, dentro do Bairro, um parque infantil, com alguns vestígios de degradao por uso inadequado.

O Bairro possui uma paragem de autocarro em frente do Posto da GNR, o que facilita a mobilidade dos habitantes para o centro da Freguesia de Teixoso, bem como para outros locais, nomeadamente para a cidade da Covilhã.

O aspecto geral do Bairro, apesar das suas cores tristes, da forma arquitectónica, jardins e sítios de lazer, tem um aspecto limpo e não degradado.

## **7.2 - Urbanizao das Nogueiras - Composio e Caracterizao da Populao**

Foram, para o presente estudo considerados todos os residentes do Bairro Urbanizao das Nogueiras, ou seja, das 135 habitaes existentes 7 estão devolutas pelo que o universo de estudo  composto pelos inquilinos das 129 habitaes ocupadas, o que equivale a 100% da populao aí residente.

Tabela n.º 17- Distribuo dos fogos por tipologias

Total de fogos	Tipologia	N.de fogos	Ocupados	Devolutos
135	T2	56	51	5
	T3	79	77	2
Total		135	128	7

As habitações, como se pode verificar na tabela n.º 17, variam entre o T2 e o T3. Os T2 são compostos por uma casa de banho, um quarto, uma sala, uma cozinha e uma despensa; os T3 apenas diferem no número de quartos que correspondem a 3 quartos. Em todas as habitações um dos quartos tem um roupeiro de parede. Pode-se verificar que, dos 135 fogos, estão 129 ocupados e 7 encontram-se devolutos.

Tabela n.º 18 - Constituição dos agregados:

Tipologia dos agregados	N.de agregados	%
Agregados de uma pessoa	46	35,7
Agregados de duas pessoas	43	33,3
Agregados de três pessoas	18	13,9
Agregados de quatro pessoas	14	10,9
Agregados de cinco pessoas	7	5,4
Agregados de seis pessoas	1	0,8
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

A tabela n.º 18 mostra-nos que a maioria dos agregados é constituída por uma pessoa - 35,7%. Em segundo lugar temos os agregados compostos por duas pessoas - 33,3%, seguindo-se os agregados constituídos por três pessoas - 13,9% e os agregados com 4 pessoas que correspondem a 10,9%. Em muito menor número estão os agregados constituídos por cinco e seis pessoas que correspondem a 5,4% e 0,8%, respectivamente.

Neste Bairro não existem habitações de tipologia 1 pelo que os agregados constituídos por uma pessoa residem em fogos de tipologia 2. Isto faz com que existam muitos agregados de 2 pessoas a residir em casa de tipologia 3.

Pode-se observar, pela inexistência de casa de tipologia superior a T3, que os agregados de seis pessoas residem num T3.

Também, aqui, se torna difícil e mesmo prejudicial alterar a residência dos habitantes sempre que se altera o número de elementos do agregado. Geralmente uma mudança de habitação acontece, apenas, por motivos de forte exigência, que poderão estar relacionados com a entrega de filhos que tenham permanecido numa instituição, devido a problemas com os pais; ou relacionados com motivos de saúde, principalmente por alguns prédios terem elevadores, no sentido de facilitar a mobilidade de alguns idosos ou pessoas que sofram de um qualquer tipo de deficiência física que perturbe essa mobilidade física.



Gráfico n.º 6 - Constituição dos agregados:

O gráfico n.º 6 representa, claramente a constituição dos agregados familiares, em que a tipologia dos agregados vai decrescendo de número de constituintes.

Tabela n.º 19 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento:

Profissões	N de pessoas	%
Desempregado	43	33,3
Reformado	54	41,9
Empregado de limpeza	6	4,6
Ladrilhador	1	0,8
Empregado supermercado	1	0,8
Assistente administrativo	1	0,8
Marceneiro	1	0,8
Calceteiro	1	0,8
Preseiro	1	0,8
Costureira	3	2,3
Operário fabril	4	3,1
Assistente operacional	1	0,8
Construção civil	2	1,5
Cangalheiro	1	0,8
Vendedor	2	1,5
Empregado balcão	1	0,8
Ajudante cozinheiro	3	2,3
Ajudante lar	2	1,5
Por conta própria	1	0,8
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

Tabela n.º 20 - Índice de emprego/desemprego segundo a tipologia do agregado:

Tipologia do agregado	N de agregados	%
Casal - os dois desempregados	15	11,6
Casal - os dois empregados	4	3,1
Casal - um desempregado e um empregado	16	12,4
Família monoparental - desempregado	14	11,0
Família monoparental - empregado	12	9,3
Família monoparental - um reformado	7	5,4
Agregados - uma só pessoa desempregada	4	3,1
Agregados - uma só pessoa empregada	7	5,4
Casal - os dois reformados	7	5,4
Casal - um reformado e um empregado	1	0,8
Casal - um reformado e um desempregado	7	5,4
Reformados a viver sós	35	27,1
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

Verifica-se, na tabela n.º 19 que a maioria dos titulares dos contratos de arrendamento está desempregada - 33,3%. Na tabela n.º 20 observamos o índice de emprego/desemprego segundo a tipologia do agregado, verifica-se uma percentagem significativa de agregados em que os dois elementos do casal se encontram desempregados - 11,6%. Uma grande parte, também, de famílias monoparentais encontra-se desempregada (11%), e existem 4 famílias constituídas por pessoas a residir sós - 3,1%. Também neste quadro poderemos verificar uma forte dependência dos subsídios sociais devido ao forte desemprego que assola os residentes deste Bairro.

Os reformados correspondem a 41,9% dos titulares das habitações - 54 titulares dos contratos de arrendamento, embora 35 titulares (27,1%) sejam reformados por idade igual ou superior a 65 anos e 19 titulares (14,8%) usufruam uma pensão por incapacidade. Verificam-se 7 casais com os dois elementos (do casal) reformados - 5,4%. Apenas existe um agregado em que um elemento se encontra reformado e o outro a trabalhar - 0,8%.

Pode-se verificar, ainda, na tabela n.º 19 que, dos indivíduos que se encontram a trabalhar, a profissão que se destaca é de empregado de limpeza com 6 titulares - 4,6%. Existem 4 operários fabris - 3,1%; 3 ajudantes de cozinha e 3 costureiras - 2,3% cada; e 2 na construção civil, vendedores e ajudantes de lar com 1,5% da população cada profissão. Os outros titulares dos contratos, que se encontram a trabalhar, têm profissões de ladrilhador, empregado de supermercado, assistente administrativo, marceneiro, calceteiro, preenseiro, assistente operacional, cangalheiro, empregado de balcão e trabalhador por conta própria - 1 em cada profissão - 0,8%.

Destacam-se os reformados a residir sós que correspondem a 27,1% dos titulares dos contratos de arrendamento do Bairro.

Destas duas tabelas n.ºs 19 e 20 pode-se concluir que o grau de empregabilidade no Bairro é baixo - 32 titulares dos contratos de arrendamento empregados - 24,8%, contra 43 desempregados - 33,3% - um número bastante elevado. É também elevado o número de reformados que corresponde a 41,9% - 54 reformados.



Gráfico n.º 7 - Situação profissional

O gráfico n.º 7 evidencia a maioria de reformados, seguida de indivíduos desempregados. Segue-se a profissão de empregado de limpeza e depois as outras diversas profissões.

Tabela n.º 21 - Profissões dos titulares dos contratos de arrendamento antes de morarem no Bairro:

Profissões	N de pessoas	%
Desempregado	38	29,4
Reformado	38	29,4
Agricultor	1	0,8
Empregado de limpeza	6	4,6
Assistente administrativo	3	2,3
Marceneiro	1	0,8
Calceteiro	1	0,8
Mecânico	1	0,8
Carpinteiro	2	1,6
Electricista	1	0,8
Jardineiro	1	0,8
Costureira	3	2,3
Operário fabril	11	8,5
Assistente operacional	1	0,8
Construção civil	3	2,3
Vendedor	3	2,3
Distribuidor de gás	1	0,8
Empregado balcão	3	2,3
Ajudante cozinheiro	6	4,6
Ajudante lar	1	0,8
Pedreiro	1	0,8
Por conta própria	2	1,6
Formação	1	0,8
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>



Observando a tabela n.º 21, que reflecte o nível de emprego/desemprego dos titulares dos contratos de arrendamento, antes de morarem no Bairro, podemos verificar que o nível de desemprego evoluiu para um número de desempregados superior após a sua mudança para o Bairro. O número de reformados também aumentou, tendo em conta que alguns durante a estadia nas habitações atingiram a idade da reforma outros, sendo desempregados de longa duração, conseguiram uma reforma antecipada.

Tabela n.º 22 - Habilitações literárias dos titulares do contrato de arrendamento:

Escolaridade	N pessoas	%
3º Ano de escolaridade	17	13,2
4º Ano de escolaridade	44	34,1
6º Ano de escolaridade	17	13,2
9º Ano de escolaridade	35	27,1
12º Ano de escolaridade	5	3,9
Ensino superior	1	0,8
Sem habilitações	10	7,7
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

A tabela n.º 22 reflecte a baixa escolarização dos titulares dos contratos de arrendamento. A maioria dos titulares, 44 pessoas, tem apenas o 4º ano - 34,1%; 17 titulares contam, apenas, com o 3º ano de escolaridade - 13,2% e, também 17 titulares - 13,2% têm o 6º ano de escolaridade. Resumindo, 78 titulares não têm mais que o antigo 2º ano do ciclo (6º ano actual) - 60,5%; seguindo-se os que concluíram o 9º ano de escolaridade que são 35, equivalente a 27,1% dos titulares. Temos 5 titulares com o 12º ano de escolaridade - 3,9% e 10 titulares sem quaisquer habilitações - 7,7%. Apenas um titular frequentou o ensino superior - 0,8%.

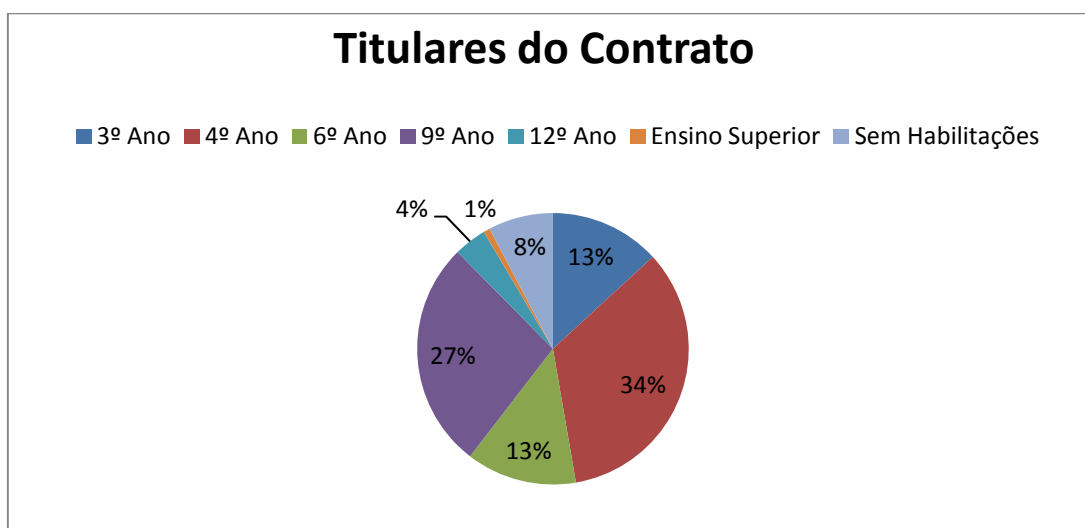


Gráfico n.º 8 - Comparação das habilitações dos titulares dos contratos:

No gráfico n.º 8, (percentagens arredondadas) torna-se evidente a maioria de habitantes com o 4º ano de escolaridade, seguidos dos que têm o 9º ano e em terceiro lugar, em igualdade, os

que concluíram o 3º e o 6º ano. É de salientar que apenas 1% frequentou o ensino superior, e que 8% da população não tem qualquer tipo de habilitações.

Tabela n.º 23 - Habilitações literárias por grupos etários da totalidade dos inquilinos:

Habilitações	Menores	%	Maiores	%	Total	%
Sem habilitações	21	36,2	15	6,6	36	12,6
1º Ano	5	8,5	0	0	5	1,8
2º Ano	3	5,2	0	0	3	1,1
3º Ano	7	12,1	17	7,5	24	8,4
4º Ano	3	5,2	65	28,6	68	23,8
5º Ano	4	6,9	0	0	4	1,4
6º Ano	4	6,9	30	13,2	34	11,9
7º Ano	3	5,2	0	0	3	1,1
8º Ano	4	6,9	0	0	4	1,4
9º Ano	1	1,7	59	26,0	60	21,0
10º Ano	3	5,2	1	0,4	4	1,4
11º Ano	0	0	9	4	9	3,2
12º Ano	0	0	26	11,5	26	9,1
Licenciatura	0	0	5	2,2	5	1,8
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>	<b>227</b>	<b>100,0</b>	<b>285</b>	<b>100,0</b>

Se avaliarmos as habilitações de todos os residentes do Bairro que constituem um total de 285, tabela n.º 23, podemos verificar que 23,8% (68 indivíduos) da população residente do bairro apenas tem o 4º ano de escolaridade e que 21,0% possui o 9º ano - num total de 60 indivíduos. Seguem-se 36 indivíduos sem quaisquer habilitações literárias - 12,6%. Com o 12º ano encontram-se 26 indivíduos - 9,1%.

Tendo em conta que a população menor de idade, existente no Bairro, continua a prosseguir com seus estudos, contamos apenas com a população maior de idade, que é constituída por 227 adultos e que o seu nível de escolaridade é maioritariamente constituído por indivíduos com o 4º ano de escolaridade - 65 Indivíduos - 28,6%, seguindo-se 59 indivíduos com o 9º ano de escolaridade - 26,0%. Em terceiro lugar temos 13,2% da população maior de idade com o 6º ano - 30 indivíduos e 26 com o 12º ano - 11,5%. Com menor incidência registam-se outros níveis de escolaridades cuja percentagem é pouco significativa, como por exemplo os licenciados que constituem 2,2% dos maiores - 5 indivíduos.

A população sem qualquer tipo de habilitações irá diminuir, visto que os menores sem habilitações se encontram na sua fase pré-escolar. O analfabetismo nos adultos é de 6,6% - 15 indivíduos, maiores de idade, não possui qualquer tipo de habilitações.

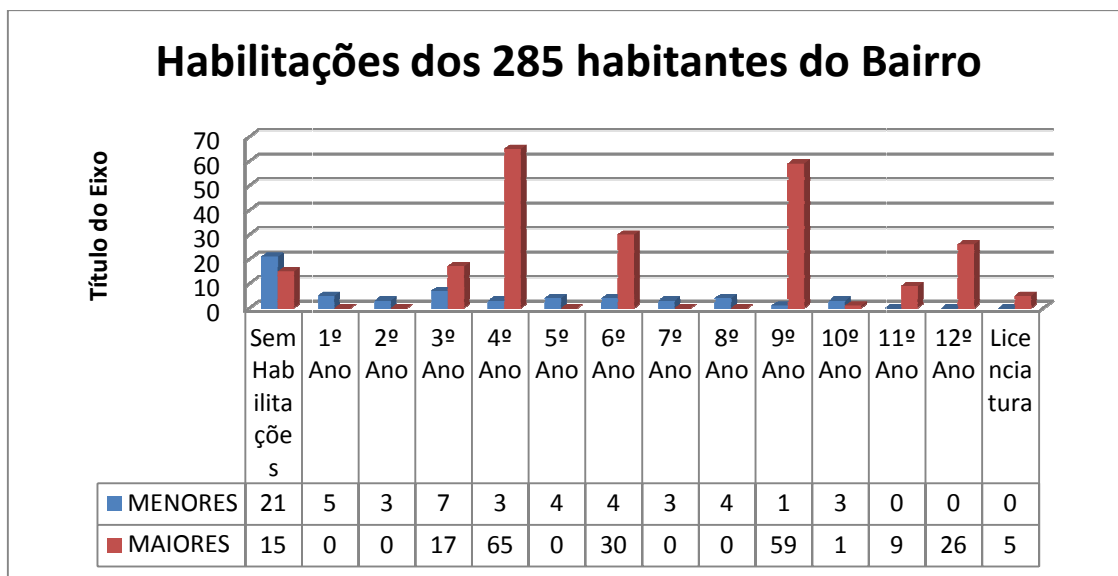


Gráfico n.º 9 - Habilitações dos 285 residentes da Urbanização das Nogueiras:

O gráfico n.º 9, das habilitações de todos os habitantes do Bairro, evidência a maioria dos indivíduos, maiores de idade, residentes no Bairro, com apenas o 4º ano de escolaridade, seguindo-se os que têm o 9º ano e o 6º ano. A partir do 10º ano as taxas de ocorrência são muito baixas.

### 7.2.1 - Caracterização da População Segundo Diversidade Étnica

Na Urbanização das Nogueiras apenas existem cidadãos Portugueses e Brasileiros, sendo que, estes últimos, são em número muito reduzido.

Tabela n.º 24 - Totalidade da população do Bairro segundo países de origem e grupos etários:

Idade	Portugal	Brasil	Total
Maiores de idade	56	2	58
Menores de idade	225	2	227
<b>Total</b>	<b>281</b>	<b>4</b>	<b>285</b>

A tabela n.º 24 mostra-nos a totalidade da população do Bairro segundo o país de origem e podemos observar que esta população é constituída por 281 e apenas 4 brasileiros - um casal com dois filhos.

Tabela n.º 25 - População de etnia cigana:

Etnia Cigana	Maiores	Menores	Total
Portuguesa	3	4	7
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>

A tabela n.º 25 mostra-nos a incidência da população de etnia cigana, que é, aqui, neste Bairro muito pouco significativa, sendo que apenas existem duas famílias com origem de etnia

cigana e que são portugueses. Os membros de etnia cigana são 7 divididos por duas famílias um casal com 3 filhos e uma família monoparental com um filho.

### **7.2.2 - Indicadores Económicos dos Agregados Familiares**

Tabela n.º 26 - Rendimentos per capita mensal dos agregados:

Rendimentos per capita mensal	N de agregados	%
Entre os 50 e os 100 €	7	5,4
Entre os 101 e os 200 €	39	30,2
Entre os 201 e os 300 €	32	24,8
Entre os 301 e os 400 €	26	20,2
Entre os 401 e os 500 €	13	10,1
Entre os 501 e os 600 €	10	7,7
Entre os 601 e os 700 €	1	0,8
Entre os 701 e os 800 €	1	0,8
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

Tendo sido já identificados alguns indicadores sociodemográficos dos 129 agregados, importa agora identificar os indicadores económicos. Devido à afluência de valores diferenciados, também aqui, foram estabelecidas escalas de valores para identificação dos rendimentos dos agregados. E, na tabela n.º 26 podemos verificar que 104 agregados familiares, do Bairro, dispõem de um rendimento per-capita mensal igual ou inferior a 400 Euros - 80,6% e apenas 25 agregados recebem um rendimento superior a esse valor - 19,4%.

Pode-se verificar, ainda na mesma tabela, que 7 agregados recebem apenas um rendimento per-capita mensal entre os 50 e 100 Euros - 5,4% e 39 agregados recebem entre 101 e 200 Euros mensais - 30,2%.

Existem 46 agregados que apenas contam com um rendimento per-capita até aos 200 Euros mensais - 35,6%, dos quais 7 agregados - 5,4% - estão a sobreviver com um rendimento mensal entre os 50 e os 100 Euros por pessoa mensalmente.

Os agregados que auferem mais de 600 Euros per capita mensais são viúvos(as) reformados(as) que residem sós, que, por morte dos cônjuges passaram a receber uma pensão de sobrevivência que aumenta o rendimento per capita. E que é composto por 2 indivíduos - 1,6% da população do Bairro.

### **7.2.3 - Rendas das Habitações**

Também, aqui, as rendas das habitações sociais são calculadas com base nos rendimentos dos agregados familiares e são regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio que regula a renda apoiada.

Relembre-se que foi deliberado, por reunião de Câmara de 04/06/2010 que a renda mínima passaria a ser de 50 Euros suspensa por deliberação de 03/09/2010 até 31/012/2010, pelo que teve efeitos a partir de Janeiro de 2011, a renda máxima mantém-se em 350 Euros.

Também os agregados cujo titular dos contratos de arrendamento têm mais de 65 anos ou possuem o Cartão Municipal Social, tem 20% de desconto no valor a pagar de renda mensal.

As rendas técnicas das habitações variam consoante os Bairros e as tipologias das habitações.

Tabela n.º 27 - Rendas mensais dos agregados:

Valor renda mensal	N de agregados	%
Renda mínima - 50 €	93	72,1
Entre os 51 € e os 60 €	9	7
Entre os 61 € e os 70 €	8	6,2
Entre os 71 € e os 80 €	6	4,7
Entre os 81 € e os 90 €	0	0
Entre os 91 € e os 100 €	3	2,3
Entre os 101 € e os 150 €	8	6,2
Entre os 151 € e os 200 €	2	1,5
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

A tabela n.º 27 mostra-nos as rendas mensais dos agregados e podemos verificar que a maioria das rendas corresponde à renda mínima - 50 €, atribuída a um total de 93 agregados - 72,1%. Apenas 36 agregados pagam uma renda superior a esse valor - 27,9%.

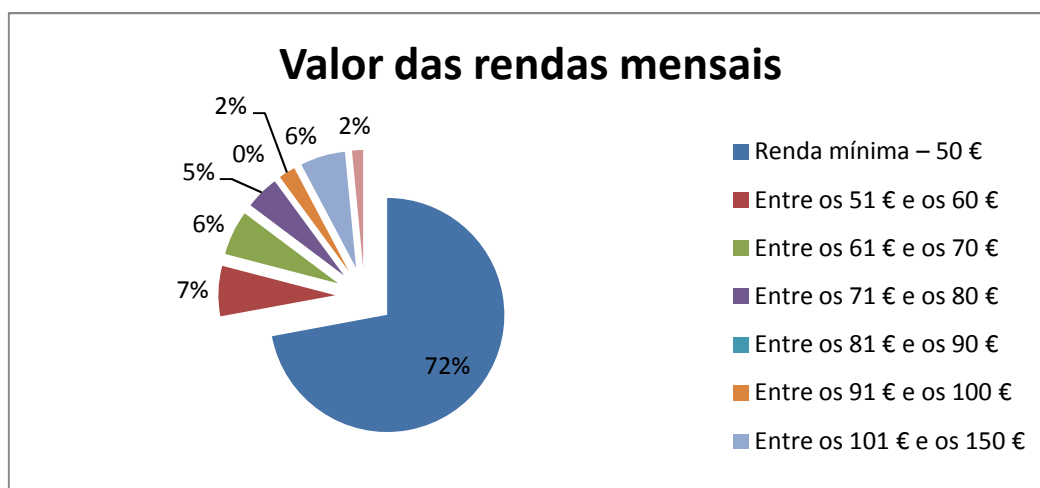


Gráfico n.º 10 - Percentagens dos valores das rendas segundo os agregados familiares:

O gráfico n.º 10 evidencia as percentagens de inquilinos e os respectivos valores das rendas mensais, onde é notável a presença da maioria das rendas com o valor mensal de 50 Euros, ou seja a renda mínima atribuída pela Câmara a casas de habitação social.

## 7.2.4 - Motivos de Candidatura dos Agregados a uma Habitación Social

Tabela n.º 28 - Motivo de candidatura a habitación social:

Motivo	N de agregados	%
Casa sem condições	57	44,2
Casa em ruína	30	23,2
Vivia em caravana	1	0,8
Divórcio	1	0,8
Renda muito alta	40	31,0
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

Os motivos que levaram os agregados a concorrer a uma habitación social, como podemos observar na tabela n.º 28, prendem-se, sobretudo a viverem numa casa sem condições de habitabilidade - sem casa de banho, sem água e/ou electricidade, divisões demasiado pequenas, poucas divisões e pequenas para a composição do agregado, entre outras - e não terem rendimentos suficientes para procurar uma habitación no mercado de arrendamento normal. Estes agregados correspondem a 44,2% da população residente - 57 agregados.

Dos residentes no Bairro temos ainda uma população constituída por 30 agregados que viviam em casa em ruína eminente - 23,2%. Dos restantes agregados temos um que vivia numa caravana, no Parque de Campismo do Pião, na Serra da Estrela - 0,8%; outro que por motivo de divórcio teve de abandonar a habitación - 0,8% e 40 agregados não conseguia pagar a renda que tinha por ser demasiado alta para os seus rendimentos - 31,0%.

Tabela n.º 29 Localidade de residência anterior ao alojamento no Bairro (Freguesias):

Localidade	N de agregados	%
Boidobra	2	1,5
Cantar Galo	9	6,9
Canhoso	6	4,6
Covilhã	48	37,2
Dominguiso	1	0,8
Erada	1	0,8
Ferro	1	0,8
Orjais	1	0,8
Teixoso	53	41,1
Terlamonte	1	0,8
Unhais da Serra	1	0,8
Vale formoso	1	0,8
Vila do Carvalho	4	3,1
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

Olhando a tabela n.º 29 verificamos que a maioria (41,1%) dos agregados que reside na Urbanização das Nogueiras, residia, anteriormente, na Freguesia de Teixoso - 53 agregados. Porém, 48 agregados - 37,2% - residia na cidade da Covilhã. Os restantes agregados distribuíam-se pelas Freguesias de Boidobra (2 agregados - 1,5%); Cantar Galo (9 agregados - 6,9%); Canhoso (6 agregado - 4,6%); Dominguiso (1 agregado - 0,8%), Erada (1 agregado - 0,8%); Ferro (1 agregado - 0,8%); Orjais (1 agregado - 0,8%); Terlamonte (1 agregado - 0,8%);

Unhais da Serra (1 agregado - 0,8%); Vale Formoso (1 agregado - 0,8%); e Vila do Carvalho (4 agregados - 3,1%).

Tabela n.º 30 - Anos de residência dos agregados no Bairro:

Anos de residência no bairro	N de famílias	%
Um ano e até um ano	12	9,3
2 Anos	6	4,7
3 Anos	4	3,1
4 Anos	11	8,5
5 Anos	8	6,2
6 Anos	4	3,1
7 Anos	7	5,4
8 Anos	3	2,3
9 Anos	10	7,8
10 Anos	64	49,6
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>100,0</b>

A maioria da população reside há 10 anos no Bairro, ou seja desde a sua construção - 64 agregados - 49,6%. Que residem no Bairro há 9 anos temos 10 agregados - 7,8%; 3 agregados que residem há 8 anos - 2,3%. Com 7 anos de residência no Bairro temos 7 famílias - 5,4% e com 6 anos 4 famílias - 3,1%.

Depois temos 12 agregados que residem há um ano ou menos de um ano - 9,3% e 11 que residem ali há 4 anos - 8,5% e 10 que residem há 9 anos - 7,8%. Existem 8 agregados que residem no Bairro há 8 anos. Apenas 6 agregados residem há 2 anos no Bairro - 4,7%. Temos sete agregados que residem há 6 anos e outros 7 que residem há 6 anos - 5%. Existem, ainda, 11 famílias que residem no Bairro há 4 anos e 12 famílias residem há um ano ou menos.

Nas respostas dos inquiridos à questão sobre qual o motivo para se terem candidatado a uma casa de habitação social poderemos verificar as seguintes respostas:

Por dificuldades financeiras por causa dos acessos e etc. (Inquirido F);

Não sei (Inquirido G);

Isso foi por questões económicas, não é? Se não fosse isso... (Inquirido H);

Foi porque era só eu e o meu marido que Deus tem e só tínhamos as reformas e não podíamos ter outra casa com estas condições (Inquirido I);

Na altura foi a minha tia que veio para cá por que não podia e eu vim para o pé dela porque já era velhinha, precisava de ajuda (Inquirido J).

### **7.2.5 - Reclamações dos Residentes**

A maioria das reclamações dos residentes da Urbanização das Nogueiras apontam para os barulhos causados pelos vizinhos. No presente ano, foram efectuadas 4 reclamações de ruídos que impedem o sossego nocturno e são várias as reclamações efectuadas, verbalmente, aos técnicos da Câmara, que se deslocam em vistas ao Bairro, e que se referem a factores como sacudir tapetes para cima de roupa a secar; atirar lixo das janelas para a rua e, nos casos em que a limpeza do prédio é efectuada pelos próprios inquilinos, circulando entre eles a responsabilidade de limpar as partes comuns, de haver aqueles que não cumprem com as suas obrigações. São, ainda efectuadas queixas de alguns inquilinos que abordam vizinhos, na rua, no sentido de maltratar verbalmente:

“...eu estou farta desta gente de baixa qualidade... estou farta de gente sem educação, que não sabe lidar com gente de bem...” (inquirido I).

No geral as reclamações sobre ruídos, neste Bairro, são, sobretudo, efectuadas por residentes idosos.

Há, ainda, queixas relacionadas com o pagamento das despesas comuns do prédio - electricidade e limpeza, quando esta é efectuada por alguém contratado para o efeito:

“...o que me chateia é as pessoas não quererem pagar a parte que lhes compete da limpeza e ficam a dever meses, é uma chatice...” (Inquirido G).

São, ainda solicitadas mudanças de habitação para uma tipologia superior por crescimento do agregado familiar ou por antipatias entre vizinhança:

“...aquela vizinha de cima é insuportável, ela e os filhos... põem música alta, batem com paus no chão, parece que estão a atirar pedras... elas não gostam de mim, é para me porem doida... já fiz parte na GNR mas não querem saber, dizem que tenho de ir à Câmara, já lá fui e vocês [na Câmara] dizem-me que é na GNR, não sei já o que fazer mas têm de me tratar do assunto... eu não quero que os ponham fora, mas têm de fazer alguma coisa... a GNR não quer saber, isto é um Bairro Social e eles não estão para se chatear...” (inquirido I)

Os inquilinos são informados que as reclamações relacionadas com os comportamentos da vizinhança deverão ser participados na Guarda Nacional Republicana (GNR), no entanto, apesar da insistência dos técnicos autárquicos, os agentes da GNR continuam a retorquir, aos residentes, que deverão fazer as suas acusações na Câmara que é a proprietária das casas, apenas actuando quando há queixas de agressão. Esta distinção, da própria actuação das forças de segurança, ao enviar as pessoas para os Serviços da Câmara, proprietária dos bairros, segundo os habitantes, pode apresentar uma certa diferenciação destas populações, alojadas em bairros sociais da restante população.



Na época de Verão as queixas incidem, mais frequentemente, devido à esplanada do café que se situa no Bairro:

“o café ali, agora no Verão... é uma barulheira que não se pode... estão ali até altas horas, fecha o café e ficam ali, sabe? Não fazem nada!” (Inquirido J).

Alguns dos moradores reclamam, ainda, jardins e a falta de comércio, perto do Bairro:

“...Falta cá um comércio, faltam jardins para estar à sombra, principalmente para as pessoas idosas e para as crianças brincarem à vontade...” (inquirido H)

## VIII - Análise Empírica

### 8.1 - Análise de Conteúdo e Apresentação dos Resultados - 1º Estudo de Caso - Bairro do Cabeço - Tortosendo

Tendo em conta os dados fornecidos nas tabelas e gráficos anteriores poderemos concluir que os agregados são, na sua maioria, constituídos por 1, 2 e 3 pessoas. A maioria dos titulares dos contratos de arrendamento encontra-se desempregada - 45%, o que corresponde a 65 indivíduos, contra 30 trabalhadores no activo - 21,4%. Os reformados correspondem a 33,6% - num total de 47 indivíduos.

Com os dois elementos do casal desempregado temos 28 agregados - 20%, seguidos dos 25 reformados a viver sozinhos, que correspondem a 17,9%, embora 16 titulares tenham uma pensão por idade superior a 65 anos (11,5%) e 9 uma pensão por incapacidade (6,4%). Seguem-se as 19 famílias monoparentais com o elemento maior de idade desempregado - 13,6% e os 15 casais com os dois elementos, do agregado, reformados - 10,7%. Os casais com um desempregado e o outro empregado somam um total de 13 - 9,3% e apenas 4 casais têm os dois elementos, maiores de idade, empregados - 2,1%.

Comparando com a situação profissional antes de irem residir no Bairro Social, os desempregados aumentaram, bem como os reformados. Os desempregados correspondiam a 35%, num total de 49 indivíduos titulares do contrato de arrendamento e os reformados eram 32 - 23%. Existia um nível de empregabilidade superior - 59 encontravam-se empregados - 42%.

As habilitações literárias são, na maioria, tanto dos titulares dos contratos de arrendamento como de toda a população adulta do Bairro, o 4º ano de escolaridade - 39,3% dos titulares dos contratos e, 33,3% da totalidade da população residente, seguindo-se o 9º ano com 23,6% titulares dos contratos e, 21,2% da totalidade dos residentes. Sem quaisquer habilitações - analfabetos - temos 5% de indivíduos titulares dos contratos e 6,9% na totalidade dos adultos do Bairro.

Os menores, uns estão na fase pré-escolar e ou outros continuam com os seus estudos.

A maioria da população do Bairro é portuguesa - 332 indivíduos, existem, ali a residir, 15 brasileiros, 2 guineenses, 1 francês, 1 angolano e 1 cabo-verdiano.

A população de etnia cigana corresponde a um número significativo de indivíduos que correspondente a um número de 100 ciganos - 28,3% da população total do Bairro, daí a

quantificação de dados separadamente. Temos 92 ciganos portugueses e 8 de origem brasileira. A população Cigana maior de idade possui, na sua maioria o 4º ano de escolaridade - 32 ciganos; 21 tem o 6º ano; 9 não têm quaisquer habilitações; 1 tem o 9º ano; 2 o 6º ano e 4 o 5º ano de escolaridade.

A maioria dos ciganos encontra-se desempregada - 64,4%, apesar de efectuarem algumas vendas, não constam como inscritos nas Finanças ou, se estão inscritos não apresentam rendimentos. Os reformados correspondem a 27,7% da população Cigana - 18 indivíduos. Como foi referenciado, atrás, 24,6% (16 indivíduos) por idade e 3,1% (dois indivíduos) por incapacidade. Existem, ainda, 2 comerciantes e 3 estudantes maiores de idade.

Os rendimentos de todos os agregados do Bairro variam entre os 50 e os 900 Euros, porém apenas 7 agregados possuem mais de 600 Euros per-capita mensais. A maioria dos agregados varia entre o 50 e os 100 Euros - 37,2%. Seguem-se os que têm entre 201 e 300 Euros per-capita mensais - 17,1% e entre 301 e 400 Euros - 15,7%.

A maioria dos agregados paga uma renda de 50 Euros - a renda mínima atribuída pela Câmara Municipal da Covilhã - 104 agregados - 74,3%. Existe 1 agregado a pagar uma renda entre os 201 e os 250 Euros.

O motivo das candidaturas são, em primeiro lugar, o facto de habitar uma casa sem condições de habitabilidade - 59,3%, em segundo lugar, ter uma renda muito alta, impossível de pagar com os rendimentos que os agregados auferem - 20,7% e em terceiro lugar habitar uma casa em ruína eminente - 20%

A localidade de residência anteriormente a virem morar no Bairro era, na maioria o Tortosendo - 51,5%, seguindo-se a Covilhã cidade - 32,9% e depois diversas freguesias como Boidobra, Cantar Galo, Casegas, Dominguiso, Orjais, Ourondo, Paúl, Vales do Rio e Vila do Carvalho.

Os anos de residência no Bairro variam entre os que residem há menos de um ano e os que residem há 8 anos. Sendo a maioria residente há 8 anos - 73 agregados - 52,1%, seguindo-se os que residem há um ano ou menos - que são 14 - o que equivale a 10% e os residentes há 3 anos que são 9,3% e 11 agregados que residem há 4 anos - 7,9%.

## **8.2 - Análise de Conteúdo e Apresentação dos Resultados - 2º Estudo de Caso - Urbanização das Nogueiras - Teixoso**

Tendo em conta os dados fornecidos nas tabelas e gráficos anteriores poderemos concluir que os agregados são, na sua maioria, constituídos por 1, 2, 3 e 4 pessoas. A maioria dos titulares

dos contratos de arrendamento - 43 agregados - encontra-se desempregada, o que equivale a 33,3%, contra 32 trabalhadores no activo - 24,8%. Os reformados correspondem a 41,9% - num total de 54 indivíduos que corresponde a 35 titulares dos contratos reformados por idade superior a 65 anos (27,1%) e 19 com pensão por incapacidade (14,8%).

Existem 35 reformados a residir sozinhos (27,1%,) dos quais 26 (20,1%) são reformados por idade superior a 65 anos e 9 (7%) por incapacidade, seguem-se os 16 casais com um elemento empregado e um desempregado que correspondem a 12,4% e as 15 famílias com os dois elementos maiores de idade desempregados - 11,6%. As 14 famílias monoparentais empregadas correspondem a 9,3%. Os casais que têm os dois elementos maiores de idade empregados somam apenas 4 - 3,1%.

Comparando com a situação profissional antes de irem residir no Bairro Social, os desempregados aumentaram, bem como os reformados. Os desempregados num total de 38 titulares dos contratos de arrendamento correspondiam a 29,4%, e os reformados eram 38 - 29,4%. Existia um nível de empregabilidade superior - 53 encontravam-se empregados - 41,2%.

As habilitações literárias são, na maioria, tanto dos titulares dos contratos de arrendamento como de toda a população adulta do Bairro, o 4º ano de escolaridade - 34,1% dos titulares dos contratos e 28,6% da totalidade da população residente, seguindo-se o 9º ano com 27,1% titulares dos contratos e 26,0% da totalidade dos residentes. Segue-se os que têm o 6º ano de escolaridade, que tanto para os titulares do contrato como para a população total é de 13,2% e destaca-se o 12º ano, aqui com 11,5 da população total de adultos do Bairro. Sem quaisquer habilitações - analfabetos temos 7,7% de indivíduos titulares dos contratos e 12,6% na totalidade dos adultos do Bairro.

Os menores, uns estão na fase pré-escolar e ou outros continuam com os seus estudos.

A maioria da população do Bairro é portuguesa - 281 indivíduos, e residem ali 4 brasileiros.

A população de etnia cigana é de 7 indivíduos, corresponde a um número muito pouco significativo e a sua origem é portuguesa.

Os rendimentos de todos os agregados do Bairro variam entre os 50 e os 800 Euros, porém, apenas 2 agregados possuem mais de 600 Euros per-capita mensais. A maioria dos agregados varia entre o 101 e os 200 Euros - 30,2%. Seguem-se os que têm entre 201 e 300 Euros per-capita mensais - 24,8% e entre 301 e 400 Euros - 20,2%. Temos ainda 13 agregados com rendimentos entre os 501 e os 600 Euros - 7,7%. Os que apenas vivem com rendimentos entre os 50 e os 100 Euros per-capita correspondem a 7 agregados - 5,4%.

A maioria dos agregados paga uma renda de 50 Euros - a renda mínima atribuída pela Câmara Municipal da Covilhã - 93 agregados - 72,1%. Existem 8 agregados a pagar uma renda entre 61 e 70 Euros e entre 101 e 150 Euros.

O motivo das candidaturas são, em primeiro lugar, o facto de habitar uma casa sem condioes de habitabilidade - 44,2%, em segundo lugar, ter uma renda muito alta, impossível de pagar com os rendimentos que os agregados auferem - 31,0% e em terceiro lugar habitar uma casa em ruína eminente - 23,2%.

A localidade de residência anteriormente a virem morar no Bairro era, na maioria o Teixoso - 41,1%, seguindo-se a Covilhã cidade - 37,2% e Cantar Galo - 6,9%, seguem-se, depois diversas freguesias como Boidobra, Canhoso, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Terlamonte, Unhais da Serra, Vale Formoso e Vila do Carvalho.

Os anos de residência no Bairro variam entre os que residem há menos de um ano e os que residem há 10 anos. Sendo a maioria residente há 10 anos - 64 agregados - 49,6%, seguindo-se os que residem há um ano ou menos - 12 - o que equivale a 9,3% e os residentes há 4 anos que são 8,5% e 109 que residem há 9 anos - 7,8%.

## CONCLUSÃO

Tendo em conta os números destes dois estudos de caso, poderemos considerar que existe um forte desemprego, que parece estar interligado com os índices de desemprego do país, que é um dos que manteve a terceira taxa mais elevada da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Apesar de os números anunciarem um declínio do desemprego em Portugal, essa baixa poderá estar relacionada com os empregos sazonais ou com programas de inserção de emprego precário. Já o desemprego, no interior do país, tem vindo a agravar-se, tanto devido às baixas qualificações como ao encerramento das empresas têxteis com estruturas produtivas intensas e mal remuneradas. Em 2009 o Observatório já previa um encerramento de algumas indústrias têxteis da Covilhã, Cebolais, Guarda, Seia e Gouveia com laboração própria e, sobretudo, as que produzem produtos de baixa qualidade, mas também de produtos com qualidade média que não conseguem competir com a China (Francisco, Nuno em Jornal do Fundão de 07 de Janeiro de 2009).

Os rendimentos dos agregados das habitações sociais são muito baixos, vivendo, a maioria destes, de subsídios sociais. O desemprego que aumentou, nestes agregados, desde que vieram morar para os Bairros, a par da diminuição de empregados que era em maior número, deveu-se, sobretudo, ao encerramento de várias fábricas que eram o sustento da população do Concelho e que arrastou, consigo, outros ramos, como o comércio, a restauração, entre outros, que são também geradores de emprego. O próprio valor das rendas mensais reflecte os baixos rendimentos auferidos pelos agregados, tendo em conta que a maioria paga a renda mínima - 50 Euros. As rendas das habitações sociais têm vindo a diminuir ao longo dos anos. Em anos anteriores as rendas superiores à renda mínima eram em muito maior número.

As habilitações literárias são, também, muito baixas pelo que não permite a procura de empregos qualificados. Também as profissões existentes são, na generalidade, desqualificadas. Os reformados aumentaram, alguns porque atingiram a idade da reforma depois do seu alojamento no bairro e outros, pressupostamente, devido ao desemprego e à falta de oportunidades para conseguirem alcançar um novo emprego que, conjuntamente com a idade avançada, os levou a esta opção para obtenção de algum rendimento. Estes factores demonstram que o alojamento nos Bairros não melhorou a situação profissional. No entanto, os filhos dos arrendatários prosseguem com os seus estudos, permitindo uma melhoria das suas qualificações, sendo uma mais-valia para a possibilidade de obtenção de emprego das próximas gerações. Porém, também a distancia dos Bairros aliada à pobreza cria segregação e dificulta a mobilidade social.

O elevado número de residentes, que se mantêm a residir nos Bairros, desde as suas inaugurações e que foram, nessas datas, ocupados na totalidade, evidencia a incapacidade de optar por outro tipo de alojamento no mercado imobiliário, porém, demonstra, também, que houve uma maioria de residentes que desistiram das habitações sociais e deram lugar a outros agregados - os que se encontram a residir há menos de 8 anos, no Bairro do Cabeço, do Tortosendo e há menos de 10 anos na Urbanização das Nogueiras, do Teixoso. A desistência das habitações sociais, daqueles agregados, dos dois Bairros, objecto de estudo, deveu-se a que, alguns melhoraram as suas condições de vida e puderam procurar uma outra habitação fora do Bairro, outros faleceram, outros, ainda, foram alvo de acções de despejo por falta de pagamento de rendas - quantificados em 28 agregados nos dois bairros, sendo 18 no Bairro do Cabeço do Tortosendo e 11 na Urbanização das Nogueiras no Teixoso. No entanto, apenas 5 agregados foram despejados compulsivamente, no Bairro do Cabeço e 4 na Urbanização das Nogueiras, por falta de pagamento de rendas, tendo em conta que os restantes agregados, com processos de despejo, abandonaram a casa antes da execução da sentença do Tribunal. Contudo, no Bairro do Cabeço, temos de ter em conta os elementos de etnia cigana, que têm um peso na permanência da sua residência no Bairro, não tendo pretensões de procurar uma nova casa. Para estes grupos de residentes a aquisição de uma habitação social é ter uma casa para toda a vida. Este aumento de permanência de tempo, no bairro, adensa algumas redes de relações que poderão abrir novas oportunidades para estes grupos e para a sua capacidade de organização, de comunicação e, inclusivamente, para rebuscar ajudas junto das entidades locais, como a Segurança Social.

No entanto, o facto de juntar pessoas de identidades étnicas diferenciadas leva à conflitualidade. O desagrado demonstrado por estas famílias alojadas deve-se mais à deficiência das relações entre vizinhança e a factores socioculturais, do que ao desagrado pelas próprias casas, edifícios, espaços públicos, aparência dos bairros ou falta de equipamentos. A maioria dos inquilinos gosta da sua casa, mas não gosta da vizinhança. Isso, leva ao desinteresse pelas regras e a um desgosto pela 'etiqueta de bairro social' aliada à classificação destes bairros como um recurso de quem não tem posses para obter uma casa no mercado formal de arrendamento. Quando enfraquecem os laços sociais aumenta o risco da solidão, do tédio, o que leva a uma diminuição da integração. Esta individualização, deixando de participar na vida social, provoca fragilidades e vulnerabilidades.

Os Ciganos têm regras de vida e rituais completamente diferentes, têm diferentes costumes, valores e culturas. Para eles a família é sagrada e qualquer 'ataque' efectuado a um membro de sua família é motivo de desavença, o que acontece muito com as crianças que brigam facilmente, o que poderá provocar rixas entre os grupos sociais diferenciados. Uma inquilina identificada por 'E' referiu que: "...Quando há qualquer problema dentro do bairro com essas famílias, elas juntam-se todas e dá problemas, se houver uma zaragata com uma criança,

como são de raça diferente, há isso aí há barulho”. A rua, para os elementos desta etnia, é um prolongamento das suas casas e algumas das suas sociabilidades têm como palco a rua, estendendo-se os seus rituais até de madrugada. No Verão, sobretudo, reúnem-se na rua, junto das habitações, para conversar e conviver, até de madrugada, causando barulhos que impedem o descanso nocturno de quem trabalha. Alguns reúnem-se na casa de um dos membros para rezar/orar, o que destabiliza as relações de vizinhança, havendo queixas, como se comprova na resposata da inquirida ‘E’ - “Acho que deveriam escolher melhor as pessoas e não deviam cá meter tantos ciganos, pelo menos no meio de nós, eles têm costumes diferentes e não se adaptam à nossa maneira de viver, pensam que os outros é que têm de se adaptar às deles...” (Inquirido E).

Os indivíduos de etnia cigana, conservam uma economia informal, que não é declarada, e vangloriam uma certa riqueza em bens de luxo, o que gera algum descontentamento por parte dos outros cidadãos que declaram os seus rendimentos e que pagam rendas de valores superiores, que pagam água e luz e que não têm as ajudas alcançadas por aqueles. Isso cria um certo distanciamento e uma certa repulsa: “...fazem ligações directas dos contadores, metem alfinetes para não contar água e às vezes até fazem ligações da luz ao quadro do condomínio” (Inquirido A).

Daí as relações entre ciganos e não ciganos serem cíclicas. Se para alguns não-ciganos não existem problemas de convivência com indivíduos de etnia cigana, para outros estas relações são um problema devido à forma de vida seguida por aqueles. Em conversas tidas com elementos de etnia cigana, alguns admitem que a escola, para o cigano, não contribui para as suas actividades profissionais e torna-se inútil, pelo que a escola é uma instituição alheia ao grupo e que difunde normas sociais das quais os ciganos não partilham - para estes o facto de estudar não leva à obtenção de um emprego e dificulta a aprendizagem das suas ‘profissões’. A pré-escolarização não é obrigatória, logo os ciganos não levam os seus filhos ao infantário/creche, visto que a educação deverá provir da família. A escola pode tornar-se ameaçadora tanto física como culturalmente. Assim, a educação proveniente da família acaba por socializar a criança dentro das suas normas, passando ao lado da instrução escolar, orgulhando-se dessas suas formas de educação. As meninas são prometidas e aos 14 anos casam-se porque, ultrapassada essa idade, ficam solteiras e não conseguem constituir família. Alguns dos membros, mais jovens, são contra estas formas de pensar, no entanto não conseguem fazer mudar ideais enraizados. A convivência entre ciganos e não ciganos, na generalidade, é rara e apenas constituem relações formais de saudação - não é permitido, aos ciganos, casarem-se com pessoas de etnia diferente e quando existe permissão para um casamento entre estes surgem problemas para o ‘não-cigano’ que tem de se adaptar às formas de vida e aos seus ideais seguidos pelos ciganos. Existe um exemplo, no Bairro do Cabeço, de um casal constituído por um homem de etnia cigana e a mulher não cigana em



que o elemento feminino teve de se adaptar às vivências daquela etnia, o que tem gerado problemas familiares, nomeadamente, quanto ao facto da sua filha de 12 anos frequentar a escola que não é aceite pelos familiares do marido.

As pessoas sentem, assim, um enorme gosto pela casa, mas algum desgosto pela vizinhança e pelos espaços comuns. Sentem a falta da convivialidade, de companheirismo e sociabilidade a que estavam habituadas nas suas habitações anteriores. O facto de haver uma enorme percentagem de residentes que viviam noutras freguesias quebrou alguns laços de amizade e solidariedade que mantinham com familiares e vizinhos. As próprias relações de vizinhança, aliadas a essa distância, causam efeitos diversos sobre os indivíduos e os grupos.

Ao questionar os inquilinos sobre o gosto pela vizinhança, alguns afirmaram que gostam dos vizinhos, no entanto houve respostas inversas, tais como “...vieram novos inquilinos para cá e já cá têm acontecido uns certos barulhos durante a noite, coisa que não acontecia anteriormente”; “só não gosto de certos barulhos”; “...há pessoas que não têm higiene...”; “certos andares nós nem sequer lá podemos entrar pronto, porque aquilo é uma porcaria”.

A atribuição de uma casa, apesar destes condicionalismos, tornou-se numa oportunidade de melhorar a qualidade residencial destes agregados alojados, tendo em conta que a maioria residia em casas sem condições de habitabilidade ou com rendas muito elevadas, que não podiam suportar e que punha em causa o próprio alojamento: “...Não tinha possibilidades e só uma casa económica, com uma renda económica e não tenho possibilidade, enquanto nos outros lados se fosse alugar uma casa era 150, 200 Euros, 100 Euros e não temos possibilidades para isso” (Inquirido C); “Não tinha uma casa em condições, não tinha casa de banho, não tinha uma sanita era uma pia ao fundo das escadas, as portas não tinham fechaduras, tinha de estar segura com uma pedra” (descrição de uma inquilina que me relatou como vivia na casa anterior).

Estes agregados tiveram a oportunidade de ter um lar, o que deveria contribuir para a inclusão, no entanto essa inclusão não se verifica, haverá apenas uma mera integração, tendo em conta a própria pobreza, que leva à exclusão e que se deve, sobretudo, à falta de empregos e a crise estrutural, em que está em causa o crescimento económico e que arrasta consigo todas as outras esferas. Esta exclusão reflete-se, também, na falta de oportunidades dadas pela sociedade, sejam elas ao nível macro, meso ou micro. Estes indivíduos não têm uma margem de escolha, pelo que não é possível a sua inclusão, apenas uma integração. A atribuição de uma casa passa pela tentativa de acesso à oportunidade de ter uma habitação condigna a quem dela estava excluído, buscando, aqui, a sua dignidade e começando um processo de integração que se torna longo, pois existem outros condicionalismos que a impedem, como a falta ou insuficiência de recursos materiais. Muitas vezes há uma dificuldade em satisfazer as necessidades básicas, pois a despesa individual é tanto mais

baixa quanto mais crianças existam num agregado. Nos presentes casos temos famílias monoparentais, desintegradas familiarmente, sem emprego o que transmite uma falta recursos económicos que permitam melhorar as condições de vivência.

Entre as várias reclamações, para além das queixas de vizinhança, destacam-se as dos agregados que requerem uma habitação de tipologia superior, o que se considera uma excentricidade, tendo em conta que se torna difícil e mesmo prejudicial alterar a residência dos habitantes sempre que altera o número de elementos do agregado. As famílias são alvo de permanentes transformações existindo uma constante alteração da constituição dos seus elementos, por nascimento de filhos - que apesar das carências económicas não é evitada a procriação, havendo aqui, também, uma falta de consciencialização, por saída de filhos de casa de seus pais, por casamento de filhos que permanecem nas habitações e trazem consigo novos membros para o agregado, ou, ainda, por óbito de membros do agregado.

Neste âmbito, e em primeiro lugar, as famílias criam laços de afinidade com a habitação e uma permuta causa transtornos nesses laços; as habitações sociais devolutas são em número reduzido, em comparação com o número de famílias em que existem alterações da composição dos agregados, pelo que não seria sempre possível uma permuta e criaria injustiças para as famílias que não teriam essa oportunidade por falta de uma habitação de tipologia adequada. Em segundo lugar, o facto de se tratar de uma habitação social, de custos controlados, difere do mercado de arrendamento formal em que há escolha e este tipo de habitações, sociais, não se destinam a satisfazer todos os caprichos. As pessoas têm de se adaptar àquilo que lhes é oferecido, dentro das suas possibilidades, pois tornar-se-ia uma incoerência para aqueles que nem uma habitação condigna conseguem alcançar. Tendo em conta estes factores, tem-se como prioridade, para a transferência de casas, os motivos de doença e incapacidade física, em que se fazem permutas para casas mais adequadas a essas incapacidades - para um piso mais baixo ou para uma casa mais próxima da cidade, quando existem fogos vagos, de tipologia adequada, que o permitam.

Quanto à pergunta de partida - ***“A habitação social, no concelho, funciona com um mecanismo de inclusão, integração, inserção ou constitui um factor de exclusão e de marginalização dos seus habitantes que passam a ser estigmatizados?”*** - não poderemos falar em inclusão social pois existem indicadores de exclusão que estão patentes na maioria dos agregados. Logo à primeira vista, poderemos considerar que o facto de não ter acesso ao mercado de arrendamento formal/normal já é, por si mesmo, um factor de exclusão. Há uma privação de recursos sobretudo económicos; há uma *desfiliação* - estruturas familiares desagregadas, famílias que traduzem riscos de ruptura de ligação familiar, existem famílias monoparentais, idosos a residir sozinhos, avós a residir com netos e filhos menores que não residem com os pais; há uma dissolução dos laços familiares e de sociabilidade em geral, um

enfraquecimento dos laços sociais mais informais ou seja, as relações de solidariedade estão comprometidas ao nível dos grupos primários (família, vizinhos e amigos) o que leva a um isolamento social; há uma *desqualificação social objectiva* - nível baixo de escolarização (a taxa de analfabetismo é significativa e a maioria da população tem apenas um grau de escolaridade menor ou igual ao obrigatório); nível alto de desemprego; há uma *privação económica* - que remete para a noção de pobreza no sentido de privação gerada por falta de recursos materiais, que é um dos principais factores de exclusão. Todos estes indicadores, ou seja a falta deles, acaba por criar uma quebra na autoestima. Não existindo uma inclusão, existe apenas uma integração em que os moradores se tentam adaptar àquilo que lhes é oferecido, não tendo margem de escolha.

Cada vez mais, as pessoas que sentem a falta de um emprego são as que procuram residir em bairros sociais, não lhes restando alternativa. Se voltarmos à tabela n.º 3, podemos confirmar que 20% dos moradores do Bairro do Cabeço constituem agregados com os dois elementos do casal desempregados e os desempregados nas famílias monoparentais representam 13,6% e na Urbanização das Nogueiras estes números correspondem a 11,6% no primeiro caso e 11,0% no segundo. Existe uma homogeneidade social, tendo em conta que os agregados têm características económicas e sociais idênticas e uma heterogeneidade cultural, nomeadamente no Bairro do Cabeço, onde a existência de elementos de etnia cigana é bastante significativa, com diferenciados costumes, o que leva a conflitos que se vão prolongando no espaço e no tempo. Esses conflitos, aliados à desfiliação, à desqualificação social e à privação económica, à etiqueta de bairro social e de guetização levam a alguma forma de estigmatização. Existem candidatos à habitação social e agregados a residir em Bairros Sociais, nomeadamente no Bairro do Cabeço (caso do inquirido A por exemplo) e outros na Urbanização das Nogueiras, que não tinham privação de recursos económicos e que usufruíam de uma vida razoável, mas que, com a falta de emprego, convergiram para uma situação precária, o que torna mais difícil a adaptação a situações de vulnerabilidade.

Quanto à Hipótese Central: ***“Os bairros sociais, no caso particular do Concelho da Covilhã, não são apenas centros de problemas, eles também originam soluções, criam alternativas e uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida”***, pode-se afirmar que os bairros sociais não geram apenas problemas, eles também oferecem soluções, tendo em conta o grau de felicidade que dão às pessoas em ter uma habitação condigna e considerando que o facto de ter um lar é o sonho de uma vida. A habitação é uma condição essencial para a inclusão social. Há que ter em conta o grau de estabilidade provocada por ter uma casa compatível com os seus rendimentos, a estabilidade psicológica que uma casa pode proporcionar. Para além disso, pode garantir um futuro melhor, uma maior disponibilidade para procurar emprego, fomentar uma vivência melhor aos filhos e uma melhor concentração nos seus estudos. Pode proporcionar, aos pais que tiveram de deixar os filhos com terceiros,

poder resgata-los para viver em comunhão. Pode proporcionar a união de famílias desagregadas e um sem número de factores que ficariam impossíveis de concretizar com a falta desse lar.

A 2ª Hipótese: ***“O desgosto pelo bairro não se deve tanto ao sítio onde está inserido mas a problemas de vizinhança, sendo necessária uma educação e a intervenção de equipas multidisciplinares. Tal como a escola, no bairro social, as instituições têm o papel fundamental de educar para viver num espaço comum criando responsabilidades e reduzindo os conflitos”***: confirma-se, tendo em conta o explicado anteriormente, no entanto os espaços onde se inserem estes bairros perpetuam uma forma urbana estereotipada com uma uniformidade arquitectónica e uma monofuncionalidade de usos com uma descontinuidade em relação ao resto do tecido urbano, o que os leva a assemelham-se a guetos.

Uma acção de realojamento, em bairros sociais, pode envolver modificações profundas de comportamentos, atitudes e hábitos, pois quando se modificam as condições de habitabilidade altera-se algo mais profundo que a própria mudança de residência. As famílias são arrancadas das redes de sociabilidades com que se identificavam e para isso é necessária uma intervenção de equipas multidisciplinares em que as instituições têm esse papel fundamental - de educar. A escolarização e as qualificações da população são factores estruturantes fundamentais para a inclusão. As instituições poderão actuar através do combate ao absentismo e ao abandono escolar; da integração das minorias étnicas; da tentativa de prevenção e redução dos comportamentos de risco; de acções de esclarecimento; da criação de actividades regulares, criando hábitos de vida saudáveis; do incentivo dos jovens em prosseguir uma relação com a sociedade civil; da promoção da inclusão escolar e da aquisição de competências a jovens provenientes de contextos sociais vulneráveis; do apoio da transição para a vida activa, pois a falta de formação e de emprego cria uma dinâmica nociva ao desenvolvimento. Não esquecendo a luta contra a pobreza através da protecção social.

A 3ª Hipótese: ***“Para que exista um combate à exclusão social, será necessário criar condições ambientais de segurança e enquadramento paisagístico da zona envolvente, devendo as casas estar preparadas para a sua boa utilização bem como os espaços públicos envolventes e os equipamentos”***: também é confirmada, tendo em conta que a degradação social, em conjunto com o isolamento destes locais leva à guetização, que é o factor espiral da exclusão. Logo um bom entendimento da interacção entre o indivíduo e o seu ambiente pode contribuir para a inclusão social tendo em conta que o enquadramento paisagístico diminui os efeitos de guetização e os espaços públicos poderão contribuir para as sociabilidades entre vizinhos.

Num tempo de mobilidade crescente o desenvolvimento está cada vez mais ligado às infraestruturas e estas poderão incluir os espaços envolventes e os próprios equipamentos, mas também é necessário assegurar uma rede de transportes que permita uma mobilidade mais dinâmica, sendo as acessibilidades fundamentais nas actividades económicas.

Também as necessidades especiais de certos grupos, como deficientes motores terão de ser consideradas e há um problema associado a barreiras arquitectónicas que limita a mobilidade, limitando o acesso a serviços, manifestando-se numa falta de sensibilidade das instituições responsáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS/SUGESTÕES

Pegando na frase de Cardoso (1984, p. 31), que refere que a ‘habitação social está ligada às definições de inserção social/acesso; inserção económica/subsídio; inserção institucional/organização’ podemos concluir que, quanto à primeira - definição “Inserção Social/Acesso” - em que incluímos o acesso a bens e serviços que poderá corresponder a um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos nesse sistema, poderemos evocar que, nos dois Bairros estudados, há uma carência de transportes, principalmente no Bairro do Cabeço, em que a paragem do autocarro fica distanciada do Bairro; os projectos acabaram por ficar incompletos quanto aos arranjos exteriores que não foram concretizados; há uma falta de lojas de comércio, de que se queixam os habitantes, falta de espaços verdes; de creches/jardins de infância, escolas, serviços de saúde (que ficam longe), o que é uma questão de políticas públicas. Falharam os arranjos exteriores, tais como ruas, jardins, zonas verdes e de lazer, locais para realização de festas e ritos e para discutir e analisar problemas, onde se possam criar laços de solidariedade e convivência, para além da perceptível segregação espacial.

Os habitantes criam e assimilam uma imagem negativa do Bairro e sentem o estigma de bairro social e acabam por interiorizar uma imagem pública social desvalorizada, acabando por se desinteressar. O problema não é dos edifícios, que os fascina como ‘a sua casinha’ e pela qual nutrem um gosto profundo, mas um problema social devido às relações de vizinhança. Há um problema de integração, em que alguns indivíduos acabam por criar situações de constrangimento, que como referia a inquirida ‘I’: “As vantagens é que gosto da casinha e tenho cá amigas, as desvantagens é que eu estou farta desta gente de baixa qualidade... estou farta de gente sem educação, que não sabe lidar com gente de bem. Há aí uns mal educados que estão sempre a meter-se com as pessoas e nem vêm que são pessoas de idade”.

Acabam por existir conflitos sociais e étnicos com posições de racismo e segregação como os de convivência com alguns elementos de etnia cigana.

A nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com os que fogem dos padrões de normalidade, estabelecidos por um grupo que é a maioria. As diferenças acabam por se tornar iguais, quando colocadas num grupo que as aceita e as considera, porque acrescentam valores morais e respeito ao próximo concedendo os mesmos direitos a todos recebendo as mesmas oportunidades de vida.

No entanto, pressupõe-se que uma habitação social deveria ser uma passagem, transitória, que apenas serviria o indivíduo enquanto fosse necessário uma integração, após a qual ele optaria por outra situação, apesar de a maior parte dos residentes destas habitações as verem como uma casa para a sua vida.

Quanto à ‘inserção social/subsídio’, os habitantes dos bairros, para além da acentuada falta de emprego, sofrem de uma falta de formações profissionais e cursos de formação que os torne habilitados a algumas profissões mais qualificadas para que pudessem preencher os seus tempos livres e que evitassem ou minimizassem a apatia que os subsídios sociais podem causar, evitando a subsidiodependência. Pois, como foi referido, corre-se o risco de se agravarem os problemas, caso o número dos sem emprego continue a aumentar, aliado à degradação do tecido social e à situação de isolamento que pode provocar a guetização.

Quanto à ‘inserção institucional/organização’, deveriam ser criadas novas formas socioeducativas, tanto para as crianças como para jovens e adultos, para desenvolver os seus talentos e construir um novo e melhor futuro. Deveria ser promovida uma espécie de arte-educativa, cultura, apoio escolar e também, cursos profissionais, aquisição de conhecimentos. Deveria ser assegurada a participação em comissões e a colaboração com instituições que promovessem a defesa dos direitos, uma ajuda no desenvolvimento da personalidade e na orientação de toda a cultura humana, promovendo o exercício da cidadania e ética para que fosse criada uma consciência que implicasse uma responsabilidade, favorecendo o diálogo e a solidariedade e que inferisse valores e funções sociais.

Perante a insuficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão destes indivíduos, poderão ser aproveitadas algumas pessoas empenhadas em mostrarem soluções alternativas, para que fossem criadas associações de amigos e familiares que se mostrassem capazes de fazer transparecer um olhar mais positivo. Para isso, teria de haver a participação e o apoio de vários profissionais com capacidade de providenciar estudos e pesquisas que buscassem informação em entidades análogas no exterior, com troca de experiências.

As instituições poderiam, em conjunto com as próprias populações, combater a exclusão social através de sistemas digitais, aproveitando as novas tecnologias de informação e comunicação, através da instalação de telecentros para uso comunitário, o que poderia promover cursos à distância, e uma facilidade na procura de trabalho. Isto, tendo em conta que a própria exclusão digital é uma forma de exclusão e é uma característica dos bairros de habitação social, em que as populações não possuem meios financeiros para dispor destas novas tecnologias.

Com este trabalho de dissertação e estas considerações espera-se que fiquem em aberto outras questões fundamentais, a analisar em outros trabalhos de investigação, para que possa haver uma melhoria, tanto das condições habitacionais como de outras formas de inclusão, daqueles que de alguma forma possam estar excluídos e que contribua para um melhoramento das vivências humanas e uma melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.



## BIBLIOGRAFIA

### Livros:

Bichir, Renata Mirandola (2006). *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo - Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Ciência Política.

Carpin, Thais Regina Pavez (2005). *Políticas Públicas e Ampliação de Capital Social em Comunidades Segregadas: o Programa Santo André Mais Igual Dissertação de Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Ciência Política.

Castro, Ferreira de (1947). «A Lã e a Neve» (1ª Edição). Lisboa. Guimarães Editora.

*Constituição da República Portuguesa* (1997). (2ª Edição). Lisboa: Texto Editora.

Cortesão, Luísa e Pinto, Fátima (1995). *O Povo Cigano: Cidadãos na Sombra - Processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto: Afrontamento.

Costa, Alfredo Bruto da (1998). *Exclusões Sociais*. Cadernos Democráticos 2. Fundação Mário Soares. Lisboa: Grádiva.

EAPN (1996). «Lutar Contra a Pobreza e a Exclusão na Europa - Guia de acção e Descrição das Políticas Sociais», in Cruz, António Oliveira (Dir.). *Colecção: Economia e Política*. Lisboa. Piaget Editora Instituto Piaget.

Fernandes, António Teixeira (1997). *Poder Autárquico e Poder Regional*. Porto: Brasília Editora.

Fernandes, António Teixeira (1998). «O Pobre em luta pela cidadania» in *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção - Debates Presidência da República*, Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda - Debate promovido pelo Presidente da República durante a Deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza - 17 a 19 de Dezembro, pp. 45-58.

Fitoussi, Jean-Paul, Rosanvallon, Pierre (1997). *A Nova Era das Desigualdades*. (1ª Edição). Oeiras. Celta Editora

Freitas, Maria João Lopes (2001). *Habituação e Cidadania - No trilho da complexidade de processos relacionais generativos - Dissertação elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil para obtenção do grau de Doutor em Sociologia*. Lisboa: ISCTE

Garzon, Perla Serfaty (1985). «Expérience et pratiques de la maison» *In Home Environments Human Behaviour and Environment advances in Theory and Research*. Vol.8 Edité par Irwin Altman et Carol M. Werner. University of Utah Salt Lake City, Utah. Plenum Press, New York.

Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004). «Os Filhos da África em Portugal - Antropologia, multiculturalidade e educação» *in Pais, José Machado (Dir.)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Liégeois, Jean-Pierre, (2001). *Minoria e Escolarização: o rumo cigano*, Lisboa: Centre de recherches tsiganes, Secretariado Entreculturas, Ministério da Educação.

Maia, Rui Leandro Alves da Costa (2002). *O Sentido das Diferenças. Migrantes e Naturais: observação de percursos de vida do Bonfim - Tese de Doutoramento em Sociologia - Metodologias Fundamentais*, Braga: Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.

Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª Edição). Lisboa: Grádiva.

Raichelis, Raquel (2006). «Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade» *In I Relatório Científico de Pesquisa Temática «Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades em parceria entre Cedec, PUC-SP, Unesp, FGV-SP, financiada pel Fapesp*. São Paulo, Lua Nova.

Ruivo, Frnando, 2002. *Poder Local e Exclusão Social - Dois Estudos de Caso da Organização Local da Luta contra a Pobreza*. Coimbra: Quarteto Editora.

Vala, Jorge, (1999. *Novos Racismos - Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta Editora.

Veloso, António dos Santos (1984). «Contribuição para a Definição de uma Política de Habitação», *in Ministério do Equipamento Social Jornadas Técnicas de Habitação Social*. Lisboa: Sector de Artes Gráficas do LNEC, pp. 73-85.

Vilaça, Eduardo (2001). «O “Estado da Habitação”: Medidas sem Política num País Adiado», *Cidades: Comunidade e Território, n.º 3* (Dezembro). ISCTE: Centro de Estudos Territoriais, pp.83-92.

Wierviorka, Michel (2002). *O Racismo - uma introdução*. Lisboa, Fenda Edições.

## **Revistas:**

Abrantes, Teresa (1994). «Os Efeitos Perversos dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões» *in Sociedade e Território - As Pessoas não são Coisas que se Metam em Gavetas*, n.º 20 (Abril), Porto: Afrontamento, pp. 50-54).

Almeida, Virgínia Ferreira de (2009). «OHRU incentiva investigação e inovação» *in Vasconcelos, Nuno (Dir.). Causas Comuns Habitación e Reabilitación Urbana*, n.º 4 (Março), IHRU, pp. 5.

Baptista, Luís Vicente (2001). «Cidade e Políticas Sociais de Habitación - Armadilhas Conceptuais e Metodológicas», *Cadernos 3 - Comunidade e Território, Temático Habitación*. ISCTE: Centro de Estudos Territoriais, pp. 71-81)

Cardoso, Abílio Silva (1984). «Considerações Sobre o Enquadramento Geral da Política de Habitación Social», *in Ministério do Equipamento Social Jornadas Técnicas de Habitación Social*. Lisboa: Sector de Artes Gráficas do LNEC, pp. 27-41.

Costa, Augusto Vasco (1995). «As Pessoas não são Coisas que se Metam em Gavetas», *Revista de Estudos Urbanos e Regionais: Sociedade e Território (Sub)Urbanismos e Modos de Vida*, n.º 21 (Março). Porto: Afrontamento, pp. 72-76.

Freitas, Maria João Lopes (2001). «Recentramento do Olhar nas Questões da Habitación», *Cidades: Comunidade e Território*, n.º 3 (Dezembro). ISCTE: Centro de Estudos Territoriais, pp. -21-39.

Guerra Isabel (1994). «As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas». *Revista de Estudos Urbanos e Regionais: Sociedade e Território (Sub)Urbanismos e Modos de Vida*, n.º. 20 (Abril), Porto: Afrontamento, pp. 11-16.

Peralta, Carlos (2009). «Dar transparência ao sector da habitación», *in Vasconcelos, Nuno (Dir.). Causas Comuns Habitación e Reabilitación Urbana*, n.º 4 (Março), IHRU, pp. 3- 5.

Peralta, Carlos (2009). «Envolver moradores e organizações locais», *in Vasconcelos, Nuno (Dir.). Causas Comuns Habitación e Reabilitación Urbana*, n.º 4 (Março), IHRU, pp. 12-15.

Peralta, Carlos (2009). «Gestão de proximidade e conservação preventiva são os objectivos», *in Vasconcelos, Nuno (Dir.). Causas Comuns Habitación e Reabilitación Urbana*, n.º 4 (Março), IHRU, pp. 7-9.

S., D. (2009). «o IHRU segundo Luís Filipe Borges» in Vasconcelos, Nuno (Dir.). *Causas Comuns Habitación e Reabilitación Urbana*, n.º 4 (Março), IHRU, pp. 30-32.

Silva, Carlos Nunes (1995). «Poder Local e Gestão do Território numa Sociedade Pós-Fordista», *Revista de Estudos Urbanos e Regionais: Sociedade e Território (Sub)Urbanismos e Modos de Vida*, n.º 21 (Março). Porto: Afrontamento, pp. 104-111.

Velez, Sofia (2009). «É importante pensar na Reabilitación», in Vasconcelos, Nuno (Dir.). *Causas Comuns Habitación e Reabilitación Urbana*, n.º 4 (Março), IHRU, pp. 17-19.

URBIA (2006). «Lien Social, Insertion et Politiques des Villes» In. *Les Cahiers du Développement Urbain Durable*. Éditeur: Observatoire Universitaire de la Ville e du Développement Durable - Institute de Géographie, Faculté des Géosciences et de l'Environnement.

Costa, Augusto Vasco (1995). «As Pessoas não são Coisas que se Metam em Gavetas», *Revista de Estudos Urbanos e Regionais: Sociedade e Território (Sub)Urbanismos e Modos de Vida*, n.º 21 (Março). Porto: Afrontamento, pp. 72-76.

## **Artigos de Jornal:**

«Os perigos e as virtudes do PER - com o plano de erradicação de barracas a Câmara Municipal de Lisboa promete evitar a criação de novos guetos» (1995) in *Jornal o Público 24 de Abril*.

## **On-line:**

Alves, Demétrio (2008). «Habitación Social» Câmara Muunicipal do Montijo em 22/08/2008.  
Disponível em:

<http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=10209>

Amaro, Rogério Roque (s/d). «A Exclusão Social Hoje». Cadernos do ISTA n.º 9. Disponível em:  
[http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html)

Augusto, Nuno Miguel Cavaca (s/d). «Habitación social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão» in IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em:  
[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462df3cd04e3f\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF)

Brito, Maria Idalina Alves de, Cepeda, António José (2005). «Proposta no Âmbito do Apoio à Habitação e Habitação Social. Disponível em:

<http://www.concelhia.braganca.ps.pt/images/itf72.pdf>

Cancian, Renato (2009). «Escola de Chicago - Contexto Histórico: Pesquisas Centradas no Meio Urbano». UOL Educação - Pesquisa Escolar em 06/03/2009 Disponível em:

<http://educacao.uol.com.br/sociologia/escola-de-chicago-contexto-historico.jhtm>

Cutolo, Julliana et al (2007). «A Cidade como Habitat na Escola de Chicago». Disponível em:

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/escola-de-chicago---contexto-historico-pesquisas-centradas-no-meio-urbano.htm>

*Diário XXI*. 2005,02,28. Disponível em:

<http://www.centrofundao.com/mpcore.php?name=Noticias&file=article&sid=2126>

Diogo, Erica (2004). «Habitação Social nas Áreas Centrais» 07/2004. Disponível em:

<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6764.html>

Freitas, Maria João Lopes, Menezes, Marlucci, Coelho, António Baptista (1996). «Contributos Sociológicos para a Análise e Definição da Qualidade Residencial» *in* Práticas e Processos da Mudança Social. *III Congresso Português de Sociologia*. Celta Editora. Disponível em:

[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR492abea138282\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492abea138282_1.pdf)

Guerra, Isabel (2008). «Construção Massiva Potencia criminalidade em Bairros Sociais» (2008). Disponível em:

<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/quinta-do-mocho-quinta-da-fonte-bairros-sociais-criminalidade.../982630-4071.html>

Guerra, Isabel (2008) «Reprogramação de Pessoas» em 19/08/2008. Disponível em:

<http://expresso.sapo.pt/portugal-usa-modelo-ultrapassado-de-bairros-sociais=f391537>

Guerra, Isabel (s/d). «Dinâmicas Sociais Urbanas» Dossier Forum. Seixal. Disponível em:

<http://www2.cm-seixal.pt/forum/dossier/dinamicas/isabel.html>

Matos, Fátima Loureiro de (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956 - Análise Social. Vol.xxix (127). Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>

Poiars, Carlos (2008) «Portugal usa modelos ultrapassados de habitação social» em 19/08/2008. Disponível em:

<http://expresso.sapo.pt/portugal-usa-modelo-ultrapassado-de-bairros-sociais=f391537>

Portal da Habitação - Apresentação. Actualizado em 19/07/2012. Disponível em:

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/apresentacao/menuapresentacao.html>

Portal da Habitação - Os Planos Integrados. Actualizado em 19/07/2013. Disponível em:

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/planeamento/planos.html>

Sant'Anna, Maria Josefina Gabriel (2012). «A Cidade como objecto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano». Actualizado em 10/03/2012. Disponível em:

[www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid24.htm](http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid24.htm)

Santos, José Rodrigues (1999). «A Propósito das Noções de “Problema Social” e “Problema Sociológico”». Disponível em:

[www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/jrsantos\\_problema\\_social\\_problema\\_sociologico.pdf](http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/jrsantos_problema_social_problema_sociologico.pdf)

Sousa, João Pereira (2007). «A Habitação Social: uma introdução às suas problemáticas» *in* *Palavras de Arquitectura - um olhar sobre a arquitectura contemporânea*. Em 16/06/2012. Disponível em:

<http://palavras-arquitectura.com/2007/06/16/a-habitacao-social-uma-introducao-as-suas-problematicas/>

Soares, Mário (2008). «Pobreza e Exclusão Social» *in* *Diário de Notícias de 08/06/2008*.

Disponível em:

[www.fmsoares.pt/ms/textos/002/235.pdf](http://www.fmsoares.pt/ms/textos/002/235.pdf)

Teixeira, Manuel C. (1992). *As Estratégias de Habitação em Portugal 1880-1940 - Análise Social*. Vol. XVIII (115). Pp. 65-89. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1dLD4ro1Jn31VT6.pdf>

YOL *Diário* (2008). «Construção massiva potencia criminalidade em bairros sociais» Em 19/08/2012. Disponível em:

[www.diario.iol.pt/sociedade/quinta-do-mocho-quinta-da-fonte-bairros-sociais-criminalidade.../982630-](http://www.diario.iol.pt/sociedade/quinta-do-mocho-quinta-da-fonte-bairros-sociais-criminalidade.../982630-)

## **Legislação:**

Decreto-Lei n.º 49033/1969, de 28 de Maio. *In Diário da República - I Série, n.º 26;*

Portaria n.º 288/83, de 17 de Março. *In Diário da República - I Série n.º 63.*

Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de Fevereiro. *In Diário da República - I Série - Parte A, n.º 48.*

Decreto-Lei n.º 23052/1993, de Setembro. *In Diário da República - I Série, n.º 217*

Decreto Lei n.º 207/2006, de 29 de Outubro. *In Diário da República - I Série, n.º 208*

«Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006 (2006)» *in Diário da República, 1ª Série - N.º 240. 15 de Dezembro.*

# ANEXOS



# ENTREVISTA

- 1 - Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?
- 2 - É a casa que gostaria de ter?
- 3 Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?
- 4 Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?
- 5 Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?
- 6 Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?
- 7 Gosta da sua vizinhança?
- 8 Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?
- 9 Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?
- 10 Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?
- 11 Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?
- 12 Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?

A - Inquilina do Bairro do Cabeço - Freguesia de Tortosendo;

Raça: Caucasiana;

Idade: 49 anos;

Profissão: passadeira têxtil:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Bem, eu acho que a casa tem...muitas condições, a casa é boa, é espaçosa (pausa) portanto só... é um pouco chato é derivado a certas pessoas que cá moram não terem certos cuidados, aaa... a nível principalmente da higiene e... das portas abertas que devem-se manter sempre fechadas para não entrar a..., pronto, certas e determinadas pessoas. O espaço é óptimo, só que realmente é muito fria de Inverno e só tenho contra as varandas enchem-se de água. Acho que deveria ter mais esgotamento.

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Sim, gostava. Sim gostava muito de ter, embora eu já passasse aqui muitas coisas tristes mas eu gostaria de manter derivado à memória do meu marido, porque lutamos bastante por isso.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

A... infelizmente porque o meu marido esteve desempregado e... vivemos dificuldades financeiras e por isso concorri, foi esse o motivo.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

Portanto as vantagens foram a casa ser uma casa pronto pode-se dizer ser uma casa confortável e espaçosa. As desvantagens foi vir pagar preço exorbitante que... eu na altura... a minha mãe estava acamada, a... eu pus, portanto a pertencer ao agregado familiar, o meu filho estava comigo, mas o meu filho tem um problema, infelizmente a... esclerose múltipla e então disseram-me que não havia problemas e eu vim a pagar um preço exorbitante. Tivemos vários problemas porque eu tinha a minha mãe e pagava muito, eu não tinha possibilidades de a cá ter a pagar 300€ e eu continuei novamente a pagar 300€ durante meio ano sem cá ter a minha mãe e isso levou o meu marido a exaltar-se, falou, ele falou como havia de ser e eu também e o nosso pedido não era ouvido (texto não transcrito por serem considerados problemas pessoais) o meu marido teve que ir a uma sessão de Câmara e foi então que me

baixaram a renda foi preciso ser, ouvido pelo Sr. Presidente Carlos Pinto a quem eu respeito muito e quem nos ajudou bastante o Dr. Manuel quero louvar o nosso Presidente de Junta. Eu, aquilo que não gosto é de pagar uma renda mais elevada, que alguns ciganos que têm altos rendimentos e que ainda se gabam de pagar 50 Euros As vantagens é como eu disse, pronto, é ter uma casa que se pode dizer espaçosa, eu procuro ter o conforto que no final de um dia de trabalho... As vantagens do bairro social é unicamente a casa, portanto o resto, há aqui pessoas e diversos níveis... portanto aqui existem os ciganos, existem pessoas que não querem trabalho, pronto quanto a mim há... há muito barulho, pronto juntam-se todos a altas horas da noite, é buzinas a tocar, é escadarias sujas, pessoas que entram... porque ser-se pobre é uma coisa, ser-se porco é outra, não é? E aqui há de tudo um pouco, é estas as desvantagens que, como por exemplo. Há aí muito boa gente a pagar uma renda barata porque não declara os seus rendimentos, nós, temos que pagar tudo e não podemos fugir a nada, é o que faz ser sério demais...fazem ligações directas dos contadores, metem alfinetes para não contar água e às vezes até fazem ligações da luz ao quadro do condomínio”

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

Actualmente não, estou, estou bem, estou bem.

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Sim.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Da vizinhança (pausa), alguma (pausa), alguma (pausa), só. O porquê, o porquê, prontos, a...há pessoas que não têm higiene, eu tenho falado, eu tenho sido, portanto, as pessoas têm depositado confiança em nós, principalmente quando o meu marido era vivo e tentava manter aqui a disciplina, no prédio, a... tanto que ele colocou um fecho na porta para manter a porta fechada, a higiene, portanto para as pessoas limparem, quem sujasse para limpar, qualquer coisa que se estragasse o meu marido arranjava e é isso que após, pronto ele ter partido eu procuro, pronto, continuar aquilo que ele fazia. Só que há pessoas que, portanto eu digo para fecharem a porta põem o tapete para a porta não fechar. A limpeza já não é igual porque vieram novos inquilinos para cá e já cá têm acontecido uns certos barulhos durante a noite, coisa que não acontecia anteriormente.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

As carências, eu principalmente, pronto, no meu ponto de vista, eu tenho muita pena das crianças porque há aqui pessoas que também têm muita boa, têm saúde, até mais que eu e

não querem trabalho e isso havia de ser mais bem, havia de ser mais questionado, essa situação havia de ser mais ajuizada porque há certas e determinadas pessoas que não querem arranjar um emprego a sério. Sim, aqui fazia falta sim, acho que um minimercado e... haver uma comissão de, de moradores foi o que o meu marido até falava. Para haver mais união e colaboração, para haver mais limpeza e pronto, e as pessoas, tornarmos essas pessoas, certas e determinadas pessoas “louvá-las” mais, pronto, a nós à nossa igualdade, não é a questão de nós sermos superiores, mas a nível de educação e de civismo, humanidade. Sim mas aqui fazia falta era realmente um minimercado e uma boa comissão de moradores.

**9. Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?**

Pela aqueles que eu conheço, acho que sim. Eeste nosso, acho que sim, tá, tá bem situado.

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Provavelmente na mesma casa, cheia de humidade e muito pequena.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Sim algumas são vistas à parte, é certo que nós vemos aí casas, as vezes que não se justificam, eu por exemplo nunca se me estragou cá persianas e eu vejo aí casas, pronto, nós olhamos para elas e certos andares nós nem sequer lá podemos entrar pronto porque aquilo é uma porcaria e eu acho que sim queee... põem um pouco essas pessoas à parte.

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Acho que sim, portantooo... nós tentarmos, pronto, tem que haver alguém que não tenha regras. Nós por exemplo, eu falei aqui pelo meu prédio não é? Tem havido aqui situações e se nós não nos vamos opor isto é uma balbúrdia, tem que haver alguém com cabeça tronco e membros para manter a paz e mostrar a essas pessoas para terem mais, serem mais solidárias, terem mais civismo e serem mais limpas.

**B** - Inquilina do Bairro do Cabeço, Freguesia de Tortosendo;

Raça: Caucasiana;

Idade: 46 anos;

Profissão: serviços auxiliares:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Portanto a opinião é assim, é que, portanto a casa onde resido é... tenho tido muitos problemas com a casa, aliás está com humidade, já cá vieram a ver, já... não há maneiras de me arranjam aquilo, já se me estragaram electrodomésticos (não se percebe bem) sim. Gosto da casa, é um bocadito pequena, mas isso... é um T2 não é?

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Não, não, não, não é. Isso não. Porque, pronto gostava de ter uma casa que, pronto, tivesse sozinha, tivesse outras... sei lá outras condições.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

O motivo foi porque eu estou divorciada e tive que sair de pronto da casa porque o meu ex-marido tratava-me muito mal, tentou-me matar a mim e aos meus filhos e entretanto, pronto, eu como não tenho, o meu ordenado é o ordenado mínimo e entretanto foi esse o motivo, pronto que eu me, pronto.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

As vantagens? As vantagens são porque fico, pronto, foi a renda que era mais económica e entretanto, pronto, também não tinha outra opção, que eu não podia estar a pagar uma renda alta, portanto foi isso. As desvantagens... as desvantagens é os vizinhos que temos à nossa volta.

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

O meu maior desagrado é mesmo esse, portanto é a casa estar húmida, estragar-se-me tudo, aaa... e no inverno, é mesmo, está está muito frio, e é mesmo muito húmida e está sempre tudo cheio de caruncho ando sempre a limpar aquilo e não, pronto, não dá saúde e os

barulhos as ciganas juntam-se todas ali naquela casa a rezar, fazem uma barulheira... parece que estão aos gritos e a pregar... é uma ladainha que só ouvindo...

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Não não tenho, não tenho.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Aa... uma ou duas pessoas. Duas ou três vá. Mas eu também não ligo muito. Também é... é trabalho é casa, é trabalho é casa.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

O que é que falta aqui? Olhe eu acho que por exemplo, faltava aqui um comércio, por exemplo, um minimercado, qualquer coisinha assim, porque há muitas... pronto às vezes uma pessoa tem que se deslocar lá abaixo e sei lá. O ambiente aqui, também não há.

**9. Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?**

Aa... quer dizer são os locais certos, depende é de... sim eu acho, depende é das pessoas que cá metem, não é?

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Oh. Sei lá, isso aí não sei, não posso dizer que isso não sei. Na situação que estou não sei. Não sei se cá estaria se estaria no estrangeiro, não sei.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Sim, sim. Pode.

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Sim eu acho que sim, desde que as pessoas pronto, se integrem, eu acho que sim, depende é das pessoas. Eu acho que sim.

C - Inquilino do Bairro do Cabeço, Freguesia de Tortosendo;

Etnia: Cigana;

Idade: 46 anos;

Profissão: desempregado:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Acho que é uma casinha jeitosa, que é boa, tem boa vizinhança e é uma casinha com condições, com casinha de banho... só precisava era de mais um quarto, era a única coisa que eu tenho a dizer.

**2. É a casa que gostaria de ter?**

É.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Porque não tinha possibilidades e só uma casa económica, com uma renda económica e não tenho possibilidade, enquanto nos outros lados se fosse alugar uma casa era 150, 200 Euros, 100 Euros e não temos possibilidades para isso.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

As vantagens é de ser mais barata a renda, é. E as desvantagens é que às vezes a gente não gostar de morar com certas pessoas, sei lá, uns mais limpos outros mais sujos.

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

O maior desagrado é não ter um quarto a mais.

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Tenho, tenho, vou arranando de vez em quando.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Gosto. Mas às vezes são um bocadinho sujas. A maior parte é da sujidade que a gente não gosta. Sabe do que eu estou a falar. Ela sabe! E ainda por cima sabe que alguns vizinhos não querem pagar a limpeza do prédio e a luz das escadas.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

Neste bairro, olhe faz falta um supermercado que não há, que a gente para irmos às compras temos que lá ir abaixo. Temos que ir à Covilhã, que aqui não há um supermercado. É isso que faz falta, faz aqui falta uma paragem de autocarros, daqueles autocarros pequenos, faz aqui falta umas cabines telefónicas e também não temos. Faz aqui falta muita coisa...

**9. Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?**

São, para mim acho que sim que são, são sossegados e é um sítio que estamos aqui à vontade.

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Numa casa de renda. Numa casa velha a cair conforme morada primeiro.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Pode porque há muitas pessoas que não gosta de ver um bairro sujo, não gosta de ver uma casa suja. Não gosta de ver uma entrada suja. E há pessoas que vêm de fora aqui a ver da gente e que o próprio cheiro das casas, como há aí muitas não conseguem ir à casa dessas pessoas, só abrirem as portas abalam com o cheiro.

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Eu acho que das raças, tanto faz de etnia cigana como mesmo da etnia cigana isso tudo vai do querer das pessoa, porque a gente aqui, olhe, aqui no bairro é o mesmo que sermos todos família nunca há aqui problemas com ninguém. Tanto faz ciganos como sem ser ciganos. Aqui é tudo do melhor.



D - Inquilino do Bairro do Cabeço, Freguesia de Tortosendo;

Raça: Caucasiano;

Idade: 34 anos;

Profissão: desempregado:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Eu a minha opinião é assim, é que eu mandei arranjar as portas e... e vou arranjar porque descolou-se-me tudo porque... Ah, a casa é boa. Só tenho um problema que é das portas que está tudo descolado. Descolou tudo, descolou tudo.

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Sim.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Não podia pagar uma renda tão cara.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

É bom por uma coisa porque a gente paga , pronto paga barato, não é? Por uma coisa estão a fazer mal é a passar do dia 8 já estão a pedir mais 20 Euros de aumento e não sei porque razão, pedem mais 20 Euros.

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

A casa onde eu moro? A casa onde eu moro, como é que eu hei-de explicar, a casa é boa e... eu gosto, eu gosto da casa, eu gosto da casa.

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Não. Não.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Gosto sim senhor, são bons vizinhos que tenho aqui. Não tenho nada a dizer deles.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

Era uns banquinhos para a gente se sentar no Verão, é que a gente gostava e... e uma loja assim, para comer e assim. É o que eu gostava também. E que fosse isto mais limpo, que viesse o carro aqui a limpar mais, sabe como é que é as crianças. Que fosse isto mais limpo.

**9. Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?**

Estão sim senhora. Estão sim senhora.

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Tinha que me desenrascar, qualquer lado, arrendar uma renda cara e eu não posso, tenho dois filhos. E eu estou desempregado, a mim o que me tem valido é a minha sogra agora. Agora estou desempregado.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Pode.

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Eu tanto vivo no meio dos ciganos, tanto vivo no meio dos pretos, não tenho problemas nenhuns. Eu não tenho problemas nenhuns nem com os ciganos nem com nada são bons vizinhos que tenho aqui. Eu fui criado com eles. Não tenho problemas nenhuns, está a perceber. Eles são de carne e osso como a gente.

E - Inquilina do Bairro do Cabeço - Freguesia de Tortosendo

Raça: Caucasiana;

Idade: 45 anos;

Profissão: desempregada:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

As casas são boas como sabe, não tenho razões de queixa...

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Sim, claro... nem tinha possibilidades de ter outra, mas de qualquer modo gosto desta!

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Não tinha dinheiro para pagar uma renda elevada.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

As vantagens é que gosto da casa e tenho uma casa boa a um preço que posso pagar, as desvantagens é a vizinhança que é muito barulhenta, olhe... você tem de cá vir avisar esta gente, têm de fazer alguma coisa, é musica alta toda a noite... outro dia o cigano casou a filha de doze anos e parecia uma discoteca toda a noite, aquela casa. Não deixam dormir ninguém... como não trabalham... sabe... os outros é que se lixam... e os miúdos nem conseguem levantar-se para ir à escola porque não dormem... é uma barulheira e atiram coisas pela janela, sujam tudo, não querem pagar o condomínio, nem limpar... e nem se lhes pode dizer nada, senão ainda ameaçam a gente, sabe... e a gente tem medo deles.

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

O maior desagrado é mesmo esse que referi e também não querem pagar o condomínio, que é uma ridicularia de 2€ que serve, apenas, para pagar a luz e os detergentes, porque a limpeza vamo-nos revezando, apesar de alguns não a fazerem na vez que lhes compete

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Vou fazendo, não costumo pedir nada à Câmara, vou arranjando, também não tenho tido problemas de maior...

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Gosto da vizinhança, só tenho problemas com aqueles.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

Ohhh! Aqui faz falta muita coisa, faz falta um parque infantil para as crianças porque aquele que existe já o estragaram todo, nem sei quem é que o partiu...

**9. Como acha que deveria ser a habitação social?**

Acho que deveriam escolher melhor as pessoas e não deviam cá meter tantos ciganos, pelo menos no meio de nós, eles têm costumes diferentes e não se adaptam à nossa maneira de viver, pensam que os outros é que têm de se adaptar às deles...

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Se calhar numa casita velha sem condições, porque não podia pagar uma renda cara.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Claro que sim, aliás estes bairros são marginalizados, porque têm cá de tudo e têm pessoas que não interessam e dão má fama...

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Poderia ser se as pessoas soubessem viver em solidariedade e não fossem mal educadas e respeitassem mais os outros, mas torna-se impossível porque é muita mistura. Quando há qualquer problema dentro do bairro com essas famílias, elas juntam-se todas e dá problemas, se houver uma zaragata com uma criança, como são de raça diferente, há isso aí há barulho

F - Inquilina da Urbanização das Nogueiras - Freguesia de Teixoso;

Raça: Caucasiana;

Idade: 25 anos;

Profissão: reformada:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Boa. Sim, é muito boa.

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Sim.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Por dificuldades financeiras por causa dos acessos e etc.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

Bom, em primeiro lugar tenho espaço suficiente para me mexer e tudo. E agora más, acho que não há. Não. Está tudo em condições por isso...

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

Nenhuma. Não.

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Não.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Sim.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

Pausa. (Pergunto novamente, o que é que faz falta aqui, há alguma coisa que aqui faça mais falta?) Não. Eu acho que não.

**9. Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?**

Sim.

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

No mesmo sítio. Na Covilhã. Isso era de certeza.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Acho que isso não tem nada a ver. Acho que são por elas, as pessoas, isso acho que é mesmo a própria, às vezes a própria educação que as pessoas têm.

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Eu acho que sim. Bom... darem-se todos bem ó... coisas do género.

G - Inquilino da Urbanização das Nogueiras - Freguesia de Teixoso;

Raça: Caucasiano;

Idade: 28 anos;

Profissão: desempregado:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Boa. Gosto.

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Sim.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Não sei.

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

Aqui é tudo. É bom tem elevador, tem as casas em condições, tem tudo.

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

Não há. Só às vezes o que me chateia é as pessoas não quererem pagar a parte que lhes compete da limpeza e ficam a dever meses, é uma chatice...

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Sim.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Sim.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

Falta cá só uma fonte. E era as escadas que disse que iam fazer aqui as escadas (perguntei “para a estrada?”) Sim. (Não se percebe) custa muito a subir, disseee que punha aqui a escada. É custa muito a subir.

**9. Que pensa dos locais onde se situam os bairros sociais, acha que são os locais certos?**

Este é.

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Oh... noutro sítio, no Teixoso, na Vila. Tínhamos que arranjar uma casa com uma de renda mais barata. Já agora (não se percebe).

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Sim. Ah... como ? como? Não.

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

(Sem resposta).



H - Inquilina da Urbanização das Nogueiras - Freguesia de Teixoso;

Raça: Caucasiana;

Idade: 39 anos;

Profissão: operária têxtil desempregada:

**1. Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Oh! Eu gosto da casa, tem as habitações grandes, eu gosto cá de viver, né? Gosto mais da casa do que do sítio.

**2. É a casa que gostaria de ter?**

Sim. Até hoje foi uma das casas..., foi das melhores casas que tive.

**3. Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Isso foi por questões económicas, não é? Se não fosse isso...

**4. Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

As vantagens é como lhe digo em questão económicas é mais barato, é, agora as desvantagens eh... não vejo assim...

**5. Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

A varanda, havia de ser uma varanda maior do que o que tem que é muito pequenina.

**6. Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

A... actualmente não.

**7. Gosta da sua vizinhança?**

Sim, no meu prédio por acaso estamos assim, nós até estamos bem.

**8. Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

As coisas para entreter a malta nova. A malta nova anda toda para aí e acho que se houvesse actividades para eles que era melhor e para mais agora com as férias que vêm lá, puf... é complicado. Falta cá um comércio, faltam jardins para estar à sombra, principalmente para as pessoas idosas e para as crianças brincarem à vontade...

**9. Como acha que deveria ser a habitação social?**

Essa, isso não lhe sei responder.

**10. Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Numa casa velha (risos) e pequena, de certezinha absoluta, que as casas que tive antes de vir para aqui era tudo velho e pequeno.

**11. Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Não... Isso quem é marginal já é não é aqui que se fazem. Os que são são os que já vêm, porque aqui não se fazem. Não...no...

**12. Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Quer dizer nem todas as pessoas são iguais mas sempre há uma ou outra que... tem sempre essa opinião de raças e de coiso, não é? Não é que sejam todas mas há algumas pessoas. Sim sempre há uma ou outra pessoa que é impossível ter-se... um... convívio... melhor.

I- Inquilina da Urbanização das Nogueiras - Freguesia de Teixoso;

Raça: Caucasiana;

Idade: 72 anos;

Profissão: reformada:

**1 Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Gosto muito da minha casinha, já estou habituada nela e tenho tudo arrumadinho.

**2 É a casa que gostaria de ter?**

Sim é.

**3 Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Foi porque era só eu e o meu marido que Deus tem e só tínhamos as reformas e não podíamos ter outra casa com estas condições.

**4 Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

As vantagens já disse, as desvantagens é aquela vizinha de cima é insuportável, ela e os filhos... põem música alta, batem com paus no chão, parece que estão a atirar pedras... elas não gostam de mim, é para me porem doida... já fiz parte na GNR mas não querem saber, dizem que tenho de ir à Câmara, já lá fui e vocês [na Câmara] dizem-me que é na GNR, não sei já o que fazer mas têm de me tratar do assunto... eu não quero que os ponham fora, mas têm de fazer alguma coisa... a GNR não quer saber, isto é um Bairro Social e eles não estão para se chatear.

**5 Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

Desagrado a casa não, só a vizinha.

**6 Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Tenho a casa sempre limpinha e arrumadinha.

**7 Gosta da sua vizinhança?**

Não tenho queixas senão daquela, os outros não me incomodam, mas aquela, vocês têm de fazer alguma coisa, tanta vez que já fui à Câmara...

**8 Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

A mim nada, olhe eu vou até ao Teixoso ou à Covilhã, também tenho que esparecer. Não posso estar aqui em casa muito tempo que me atormentam...

**9 Como acha que deveria ser a habitação social?**

Não sei... não sei...

**10 Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Numa casa velha que era onde vivia...

**11 Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Não percebi... (expliquei) sim pode porque tem gente de má qualidade que não respeita.

**12 Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Se as pessoas fossem melhores...

K- Inquilina da Urbanização das Nogueiras - Freguesia de Teixoso;

Raça: Caucasiana;

Idade: 78 anos;

Profissão: reformada:

**1 Qual a sua opinião acerca da casa onde actualmente reside?**

Ai... gosto, gosto dela, vivi cá com a minha tia e sinto a falta mas gosto muito desta casa.

**2 É a casa que gostaria de ter?**

Claro que sim.

**3 Qual foi o motivo que o/a levou a optar por se candidatar a um fogo de habitação social?**

Na altura foi a minha tia que veio para cá por que não podia e eu vim para o pé dela porque já era velhinha, precisava de ajuda.

**4 Quais as vantagens e quais os desvantagens que lhe trouxe o facto de viver num bairro social?**

As vantagens é que gosto da casinha e tenho cá amigas, as desvantagens é que eu estou farta desta gente de baixa qualidade... estou farta de gente sem educação, que não sabe lidar com gente de bem. Há aí uns mal educados que estão sempre a meter-se com as pessoas e nem vêm que são pessoas de idade. Também o café ali, agora no Verão... é uma barulheira que não se pode... estão ali até altas horas, fecha o café e ficam ali, sabe? Não fazem nada!

**5 Qual o seu maior desagrado em relação à casa que ocupa?**

Da casa nenhum.

**6 Tem possibilidades de ir fazendo a manutenção de sua casa?**

Sim, vou fazendo.

**7 Gosta da sua vizinhança?**

Agora não, daqui do prédio não. Houve aí uma que era mal educada e os filhos também, mas já se foi embora... Só aquele rapaz é que não presta, é um mal educado e já fiz queixa dele como sabe, várias vezes.

**8 Quais as maiores carências que considera existirem no seu bairro?**

Oh olhe, se calhar um supermercado para não termos que ir tão longe às compras.

**9 Como acha que deveria ser a habitação social?**

Assim como está.

**10 Se a Câmara Municipal da Covilhã não possuísse habitação social onde pensa que moraria agora?**

Vivíamos numa casa velhinha e olhe tinha de lá continuar.

**11 Acha que a degradação dos bairros pode levar à exclusão e marginalização dos habitantes?**

Sim, sim, porque há certos marginais que vêm para aqui que deveriam era morar numa barraca. Sabe que dão casas a quem não merece...

**12 Acha possível uma maior solidariedade entre todos sem divergências que por vezes são originadas por diferentes etnias ou classes?**

Podia, podia, mas então à pessoas que não têm educação nenhuma... se as pessoas tivessem mais respeito umas pelas outras...